

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PATRÍCIA JUNQUEIRA RODRIGUES

**Escravidão miúda em Atibaia (SP):
Análise de uma vila de abastecimento no Brasil oitocentista**

Versão Corrigida

São Paulo

2019

PATRÍCIA JUNQUEIRA RODRIGUES

**Escavidão miúda em Atibaia (SP):
Análise de uma vila de abastecimento no Brasil oitocentista**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R696e Rodrigues, Patrícia Junqueira
 Escravidão miúda em Atibaia (SP): Análise de uma
 vila de abastecimento no Brasil oitocentista /
 Patrícia Junqueira Rodrigues ; orientador Carlos de
 Almeida Prado Bacellar. - São Paulo, 2019.
 127 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Escravidão. 2. História do Brasil. 3. População.
4. Mercado interno. 5. Atibaia. I. Bacellar, Carlos
de Almeida Prado, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Patrícia Junqueira Rodrigues

Data da defesa: 29/03/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/05/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Resumo

A presença da mão de obra escrava na produção de gêneros destinados ao mercado regional foi uma das características distintivas da escravidão brasileira. Com base nas listas nominativas, a mais importante coleção de levantamentos populacionais na América portuguesa, observa-se entre 1810 e 1825 a inserção da vila de Atibaia, a 60 quilômetros de São Paulo, no comércio da capitania. Mostramos com esta pesquisa como plantéis de até 5 cativos resultavam no aumento da produtividade de domicílios produtores de milho, aumentando a renda de pequenos lavradores.

Palavras-chave: Atibaia, demografia histórica, escravidão, economia de abastecimento, população

Abstract

The presence of slave labor in the production of goods for the regional market was one of the distinguishing characteristics of Brazilian slavery. Based on the most important collection of population surveys known for Portuguese America between 1810 and 1825, it is possible to observe the inclusion of the village of Atibaia, 60 kilometers away from São Paulo, in the region's commerce. This research shows that owning up to five captives caused and increase in corn productivity, therefore resulting in more wealth for small farmers.

Keywords: Atibaia, demographic history, slavery, internal market, population

*A todos os apaixonados por História que lutam pela sua
valorização em nosso país*

Agradecimentos

Foi um longo caminho, repleto de aprendizado e crescimento pessoal. Nada disso teria sido possível sem a generosa orientação do professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, cuja paciência em conduzir uma jornalista recém-graduada em História pelos meandros da pesquisa acadêmica não pode ser medida. Esta pesquisa não teria se tornado realidade sem sua compreensão nos momentos em que encontrei muitas pedras no caminho.

Aos professores Ana Silvia Volpi Scott e Dario Horacio Gutiérrez Gallardo, sou grata pelas críticas necessárias e valiosas na minha banca de qualificação. E, aos meus colegas orientandos, pelas leituras e comentários durante nossos seminários.

Aos amigos Michelle, Isabela, Mariana e Rafael, agradeço por compreenderem minhas ausências e me incentivarem nos momentos de desânimo, e a Beatriz, pelos mapas que ilustram esta dissertação e pela energia positiva de todos os dias. À grande amiga e colega de pós-graduação Rita Loiola, com quem divido desde 2006 essa jornada pelo mundo acadêmico, muito obrigada pela leitura cuidadosa que me ajudou a encontrar o estilo correto para a redação desta dissertação.

Faço questão de expressar publicamente minha gratidão aos profissionais de saúde que me ajudaram a superar os obstáculos dos últimos anos: Elaine Gloeden, Raissa Palas Veras e Luiz Amadeu Bragante, sou profundamente grata por terem me dado as ferramentas para superar a depressão.

Ao Mr. Darcy, meu companheiro de quatro de patas, que ficou aos meus pés durante as longas horas de redação deste trabalho, madrugadas adentro. Os cães são, de fato, o melhor amigo do ser humano.

Por fim, agradeço aos meus pais, Aurora e Antonio Carlos, por me incentivarem incondicionalmente a realizar meus objetivos e sempre acreditarem em mim. Minhas vitórias também são deles.

Sumário

1.	Introdução.....	11
1.1.	Como chegamos até aqui	13
1.2.	Compreendendo a base documental: um histórico sobre as listas nominativas.....	26
1.3.	Interpretando a historiografia: uma revisão.....	32
2.	Atibaia, um pequeno celeiro colonial.....	41
2.1.	A posse da terra.....	50
3.	A população de Atibaia.....	57
3.1.	Estrutura da posse de escravos.....	78
3.2.	Ocupações dos escravistas	82
4.	A economia de uma vila de abastecimento.....	91
4.1.	Um mergulho na economia de Atibaia em 1820.....	102
5.	Considerações finais.....	111
7.	Referências.....	113
6.	Apêndice.....	123

Lista de mapas

Figura 1 - Localização geográfica de Atibaia.....	12
Figura 2 - Principais caminhos para a região mineradora (século XVIII).....	19

Lista de gráficos

Gráfico 1: Comparação entre propriedades e áreas ocupadas em Atibaia em 1818.....	54
Gráfico 2: População total, livre e escrava de Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	58
Gráfico 3: Distribuição porcentual da população de Atibaia entre livres e escravos em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	59
Gráfico 4: Percentuais de crescimento da população de Atibaia em intervalos de cinco anos (1810-1825).....	60
Gráfico 5: População de Atibaia segundo cor nos anos de 1810, 1815, 1820 e 1825.....	61
Gráfico 6: População de Atibaia de acordo com cor e condição jurídica nos anos de 1810, 1815, 1820 e 1825	63
Gráfico 7: Distribuição da população de Atibaia de acordo com cor, condição jurídica e sexo em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	64
Gráfico 8: Domicílios de Atibaia e presença de escravos em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	67
Gráfico 9: Pirâmide etária dos escravos de Atibaia em 1810.....	75
Gráfico 10: Pirâmide etária da população livre de Atibaia em 1810.....	75
Gráfico 11: Pirâmide etária da população de Atibaia em 1810.....	76
Gráfico 12: Distribuição porcentual de escravos e domicílios por tamanho de plantel de Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825	79
Gráfico 13: Comparação entre escravistas e escravos por faixa de posse em Atibaia em 1810 e 1825.....	82
Gráfico 14: Percentual de chefes de fogo escravistas por ocupação em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	85

Gráfico 15: Presença percentual de gêneros cultivados e combinações nos domicílios de Atibaia em 1810, 1820 e 1825.....	95
Gráfico 16: Participação percentual de culturas e animais na produção nos domicílios de Atibaia em 1810, 1820 e 1825.....	96
Gráfico 17: Produção anual média de milho em domicílios com e sem escravos em Atibaia em 1820.....	106
Gráfico 18: Produção anual média de feijão em domicílios com e sem escravos em Atibaia em 1820.....	107
Gráfico 19: Produção anual média de Atibaia em 1820 em domicílios com até 5 escravos.....	108

Lista de Quadros

Quadro 1: Gêneros exportados de acordo com o destino (Atibaia - 1806 a 1826).....	99
Quadro 2: Gêneros importados por Atibaia de acordo com origem em 1815, 1820 e 1825.....	102
Quadro 3: Trecho da lista nominativa de Atibaia de 1810 transcrita.....	123

Lista de Tabelas

Tabela 1: Lista de indivíduos com mais de uma propriedade em Atibaia (1818).....	52
Tabela 2: Distribuição da terra de acordo com áreas em Atibaia em 1818.....	53
Tabela 3: Presença de escravos por propriedades de Atibaia em 1818.....	55
Tabela 4: População por cor na Capitania de São Paulo em 1803.....	60
Tabela 5: População de Atibaia por cor entre 1810, 1815, 1820 e 1825.....	61
Tabela 6: Distribuição percentual da população de Atibaia de acordo com cor e condição jurídica em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	64
Tabela 7: Razão de sexo em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825	66
Tabela 8: Domicílios de Atibaia por posse de escravos em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	67
Tabela 9: Distribuição de fogos por vila e presença de escravos em 1804 em São Paulo.....	68

Tabela 10: Chefes de domicílio por sexo em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	69
Tabela 11: Viúvas chefes de fogo em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	69
Tabela 12: Porcentual de chefes de domicílio proprietários de escravos em Atibaia por situação conjugal (1810, 1815, 1820 e 1825).....	70
Tabela 13: Porcentual de chefes de domicílio proprietários de escravos em 25 localidades paulistas por situação conjugal em 1804.....	70
Tabela 14: População escravista na população livre de Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	71
Tabela 15: População escravista de Atibaia por sexo em 1810, 1815 1820 e 1825.....	72
Tabela 16: População escravista por cor em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	72
Tabela 17: Proporção de escravos na população paulista entre 1798 e 1836.....	73
Tabela 18: Escravos de Atibaia por sexo e razão de sexo em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	73
Tabela 19: Porcentagem de escravos de Atibaia por faixa etária de 1810 a 1825.....	74
Tabela 20: Razão de sexo dos escravos de Atibaia por faixa etária em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	76
Tabela 21: Situação conjugal dos escravos em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	77
Tabela 22: Razão de sexo de escravos por tamanho de plantel em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	81
Tabela 23: Domicílios dedicados à agricultura com plantéis de até cinco escravos em Atibaia em 1810.....	83
Tabela 24: Atividades declaradas por chefes de domicílios escravistas em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	84
Tabela 25: Atividades declaradas por chefes de domicílios sem escravos em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825.....	89
Tabela 26: Distribuição percentual dos animais nos domicílios de Atibaia em 1810, 1820 e 1825.....	97
Tabela 27: Valor das produções em Atibaia em 1815, 1820 e 1825 (valores em réis).....	98

Tabela 28: Valor das exportações de Atibaia em 1815, 1820 e 1825 de acordo com destino (valores em réis).....	98
Tabela 29: Percentual exportado e participação percentual dos diversos gêneros no valor do produto exportado (Atibaia 1815, 1820 e 1825).....	100
Tabela 30: Valor dos gêneros produzidos em Atibaia e sua participação percentual no valor total gerado na vila em 1815, 1820 e 1825.....	101
Tabela 31: Valores em réis exportados e importados em Atibaia em 1815, 1820 e 1825.....	102
Tabela 32: Fogos com produção exclusiva de milho em Atibaia em 1820.....	104
Tabela 33: Domicílios que declararam produção agrícola em Atibaia em 1820.....	104
Tabela 34: Estatísticas da produção de milho de acordo com força de trabalho (Atibaia, 1820).....	105
Tabela 35: Produção de milho de acordo com tamanho de plantel em Atibaia em 1820.....	105
Tabela 36: População por situação produtiva de acordo com cor da pele.....	106
Tabela 37: Produtores de aguardente de Atibaia em 1820.....	110
Tabela 38: Domicílios que declararam produção em Atibaia em 1820.....	125
Tabela 39: Domicílios que declararam produção em Atibaia em 1810, 1820 e 1825.....	126
Tabela 40: Volumes produzidos e exportados dos diversos gêneros de Atibaia em 1815, 1820 e 1825.....	127

1. Introdução

O objetivo desta pesquisa é entender o papel da escravidão miúda, ou de pequeno porte, em uma vila de economia de abastecimento na capitania (e posterior província) de São Paulo a partir da análise das listas nominativas de habitantes, também conhecidas como Maços de População. Com plantéis que não passaram de 53 escravos nos anos aqui considerados e sendo uma vila pequena de pouca expressão econômica na colônia, Atibaia é um objeto de estudo ideal para essa investigação, especialmente no que se refere aos pequenos plantéis, com até 5 escravos. De acordo com Luna e Klein, o uso da mão de obra escrava na produção de gêneros destinados ao mercado regional foi uma das características distintivas da escravidão brasileira (LUNA e KLEIN, 2005, p. 107), o que confirma a pertinência desse estudo.

Base deste estudo, os Maços de População de Atibaia estão conservados no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo¹. Selecionamos os manuscritos referentes aos anos de 1810, 1815, 1820 e 1825 para traçar um perfil da população atibaiana. Os intervalos de cinco anos foram definidos com objetivo de atingir um período de análise amplo, partindo da lista de 1810 por ser, dentre as do começo do século XIX, uma das em melhor estado de conservação. A escolha também se justifica pela necessidade de mapear as famílias escravistas de forma a acompanhar o ciclo de vida desses indivíduos e o intervalo de 5 anos se mostra uma forma eficiente de acompanhar um período maior sem perder integrantes dos domicílios.

Selecionadas as listas, elas foram transcritas integralmente para que pudessem gerar um banco de dados. O processo continuou com a categorização dos proprietários de escravos de acordo com quantidade de cativos, atividade econômica e propriedade de terras. A transcrição feita em formato texto usando o Word buscou manter a integralidade dos documentos e foi feita respeitando a disposição visual original dos dados (vide quadro 3, p. 123). Na sequência, os dados foram tabelados no Excel com filtros que permitiram a seleção de dados para análises quantitativas. Apesar de tais formas de trabalho serem mais trabalhosas que o uso de softwares de banco de dados próprios para fins de pesquisa, o contato repetido com as fontes nos permitiu uma compreensão detalhada e essencial das mesmas. Com relação ao conteúdo dos documentos, nas transcrições optamos por não substituir aparentes sinônimos em busca de uma padronização que não seria fiel à documentação. Dessa forma, encontramos ocupações declaradas como ‘planta para seu passar’, ‘planta para seu sustento’ e ‘lavrador’, por exemplo. Quando atividades precisaram ser agrupadas para as análises ou comparações com outros estudos, tal decisão foi deixada clara no texto. Infelizmente, não conseguimos chegar a

¹ Usaremos na sequência a sigla AESP em referências ao Arquivo Público do Estado de São Paulo

conclusões sobre o motivo do uso de termos variados pelos responsáveis pelas listas nos arrolamentos da população no que se refere a atividades econômicas.

As chamadas listas nominativas foram produzidas anualmente em São Paulo entre 1765 e 1836 e são consideradas a mais importante coleção de levantamentos populacionais da América portuguesa². Divididos por vilas e organizados por domicílios de acordo com um padrão pré-estabelecido, os arrolamentos listavam os habitantes de acordo com idade, sexo, cor, estado conjugal e bens. Com as listas finalizadas, eram elaborados quadros de resumos de cada vila, os chamados mapas gerais, com os dados tabelados. Ano após ano, os capitães-mores faziam o levantamento da população de cada vila da capitania. Como consequência, existe hoje um vasto corpo de documentos com ricas informações acerca da vida na colônia.

Figura 1 - Localização geográfica de Atibaia



Elevada à condição de vila em 1769, Atibaia foi um dos primeiros bairros periféricos a se separar de São Paulo e, no século XIX, fazia parte de uma teia mercantil que unia São Paulo e Santos, para onde sua produção era vendida, além de Minas Gerais e Curitiba, de onde vinham produtos consumidos localmente. Sobre um dos caminhos que levavam às minas de ouro, além de ponto de parada para quem circulava pela colônia, a vila dedicou-se à agricultura, sendo fornecedora de produtos de subsistência para o mercado regional. O estudo da documentação

² As listas de São Paulo incluem também o atual estado do Paraná. Também foram produzidas listas para o que hoje são Minas Gerais e Pará.

local mostra a presença dos pequenos proprietários de escravos e possibilitará entender seu papel na economia.

Para analisar a estrutura da posse de cativos, os escravistas serão agrupados em três grupos, de acordo com o número de escravos possuídos: o primeiro é formado por aqueles que possuem até 5 escravos, o segundo, por aqueles que possuem entre 6 e 10, e o terceiro, pelos proprietários de 11 ou mais cativos. Eventualmente os dois últimos poderão aparecer unificados como um grande grupo de possuidores de 6 ou mais escravos. Tal seleção se justifica para possibilitar a comparação com outros estudos, como os de Luna, Motta e Bacellar, que usam tais faixas de posse.

Ao analisarmos os números coletados, optamos por dois recortes na documentação. Para gráficos e quadros com informações de domicílios e detalhes de seus habitantes (como sexo, cor e situação conjugal), foram usados os dados das listas nominativas. Para avaliações e comparações entre grandes números, como população total e seus recortes possíveis, volume de exportação e preços correntes, usamos os Mapas Gerais de População, resumos que faziam parte dos levantamentos. Esses documentos muitas vezes apresentam discrepâncias entre si, geralmente causados por problemas de soma. É possível que, por terem fontes distintas, os dados não sejam sempre equivalentes.

Esta dissertação está estruturada em 3 partes, além desta introdução. Uma dedicada à história de Atibaia, mostrando suas origens e a formação que levou ao contexto que encontramos na documentação estudada. Outra será dedicada à demografia de Atibaia, com análise e cruzamento de dados sobre as populações livre e escrava, bem como sobre a estrutura da posse de escravos. Finalmente, na última parte, faremos um estudo detalhado da economia local, na tentativa de responder se a posse de escravos levava ao aumento da riqueza através da produção e da comercialização de produtos de abastecimento em uma vila de pequeno porte.

Como o surgimento de Atibaia reflete a forma de povoamento paulista no período colonial, faremos aqui uma pequena revisão da história da capitania.

1.1. Como chegamos até aqui

Capistrano de Abreu chama de peculiar o desenvolvimento de São Paulo, uma verdadeira “vitória ganha sem combate sobre a mata, que reclamou alhures o esforço de várias

gerações” (ABREU, 1998, p. 107). Para o historiador, “o meio agiu como evaporador; os paulistas lançaram-se a bandeirantes” (ABREU, 1998, p. 108).

No início da colonização portuguesa, a então capitania de São Vicente viu na escravização de indígenas uma atividade econômica alternativa, uma vez que as condições geográficas de seu litoral dificultavam a implantação das grandes lavouras de exportação, tal como aconteceu no Nordeste. O papel do meio na história de São Paulo foi decisivo pois impediu o desenvolvimento da agricultura monocultora de exportação nos primeiros anos da colonização, impulsionando o desbravamento do interior com as expedições de apresamento de indígenas que expandiram os limites da colônia no século XVII.

Voltada para a escravização de indígenas, a capitania produzia gêneros básicos de consumo, especialmente milho, feijão e arroz, juntamente com alguma produção de mandioca, trigo e artigos manufaturados, como tecidos rústicos de algodão. Havia também a produção de açúcar e aguardente para consumo local, bem como a criação de porcos e mulas. Como mostrou Alcântara Machado³ de forma inovadora para a época, a riqueza local era medida pelos escravos e os bens imóveis:

Prova não há melhor da pobreza do mobiliário do que o famoso incidente, ocorrido em 1620, de que dão conta as atas da municipalidade, vulgarizadas por Taunay. É o caso da cama de Gonçalo Pires, requisitada pela edilidade paulistana, para uso do Ouvidor-geral Dr. Amâncio Rebelo Coelho, vindo a São Paulo em correição. O traste era o único da vila, condigno do ilustre visitante. (MACHADO, 2006, p. 40).

Com relação à lavoura, a região vicentina dos 1600 caracterizava-se por uma agricultura rudimentar, baseada na queimada, atrelada a “pequenas povoações costeiras, modestas vilas no planalto interiorano e esparsas lavouras produzindo alimentos de subsistência em um interior de mata densa” (LUNA e KLEIN, 2005, p. 26). A grande disponibilidade de terra fazia com que técnicas de agricultura e aproveitamento do solo não fossem elaboradas na colônia. Desta forma, prevalecia um regime de uso perdulário do solo em que as terras eram exploradas até o esgotamento e, então, abandonadas, como explicou Sérgio Buarque de Holanda: “Desfrutada,

³ Em *Vida e Morte do Bandeirante*, publicado em 1929, Alcântara Machado analisou inventários processados entre 1578 e 1700 para revelar o cotidiano dos paulistas na época das chamadas bandeiras paulistas.

assim, e sucessivamente, a extensão toda da sesmaria, sem esterco, sem arado, sem sistemática rotação de cultivos, desaparece por completo o solo fértil” (HOLANDA, 1966⁴, p. 59).

Esta prática de manejo da terra explica a dispersão demográfica da população paulista e o foco no apresamento indígena como fonte de recursos. As constantes queimadas levavam ao desgaste do solo e, como a oferta de terra era ampla, os colonizadores davam preferência por abandonar o campo esgotado e partir para a ocupação de matas virgens, ampliando a área povoada. Como consequência da constante movimentação, o encontro frequente com populações nativas criava uma oferta recorrente de escravos.

A narrativa cristalizada pela historiografia brasileira até as décadas finais do século XX se baseou na ideia do isolamento geográfico superado pela autossuficiência como marca principal da São Paulo colonial, povoada por uma “raça de gigantes”⁵. Nela, a figura do bandeirante, o exemplo maior dessa nova raça, era enaltecida e comparada a uma “nobreza guerreira”, nas palavras de Oliveira Vianna (VIANNA, 1999, p. 153). Descrevendo as propriedades vicentinas como organismos completos, Alcântara Machado diz:

Dentro de seu domínio tem o fazendeiro a carne, o pão, o vinho, os cereais que o alimentam; o couro, a lã, o algodão que vestem; o azeite de amendoim e a cera que à noite lhe dão claridade; a madeira e a telha que o protegem contra as intempéries; os arcos que lhe servem de broquel. Nada lhe falta. (MACHADO, 2006, p. 37)

Alfredo Ellis Jr. também reforça a imagem de autonomia paulista, justificando o cultivo de gêneros básicos de consumo pela impossibilidade de se cultivar cana de açúcar em grande escala, “não só por razões climáticas, mas também econômicas, pois o transporte do açúcar seria muito mais caro” (ELLIS Jr., 1944, p. 301). O autor, assim como sua orientanda, Mafalda Zemella, considera que a única fonte de riqueza da região estava na comercialização de indígenas escravizados, que seriam enviados para as regiões exportadoras no Nordeste.

As regiões vicentinas, em verdade, durante o século XVII, só possuíam uma mercadoria para exportar: o escravo ameríndio; as outras produções só se intensificaram um pouco mais quando a indústria do apresamento declinou, a partir dos meados do século XVII, mas não a ponto de alimentar exportação perceptível. (ZEMELLA, 1990, p.56)

⁴ O título correto do artigo de Sérgio Buarque de Holanda é “Movimentos de população em São Paulo no século XVII”. Trata-se do mesmo texto que foi publicado equivocadamente como “Movimentos de população em São Paulo no século XVIII”.

⁵ Em *Viagem à Província de São Paulo*, Auguste de Saint-Hilaire, ao descrever os paulistas, diz: “tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes”. O termo ganhou popularidade e tornou-se um epíteto comumente usado na historiografia paulista.

No entanto, não podemos concordar com tais explicações. John Monteiro refutou a tese ao mostrar que cerca de 70% dos índios apresados teria permanecido nas próprias lavouras paulistas, onde se dedicaram à pecuária e ao cultivo de trigo, milho e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade. As incursões de apresamento de nativos serviam, em primeiro lugar, para dar conta de uma crescente demanda pela força de trabalho indígena em São Paulo, tanto para produção, quanto para o transporte de excedentes agrícolas.

Sem este fluxo constante de novos cativos, a frágil população indígena do planalto logo teria desaparecido, porque, a exemplo da escravidão negra do litoral nordestino, a reprodução física da instituição dependia, em última instância, do abastecimento externo.

[...] apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica da mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas. (MONTEIRO, 1994, p. 57)

Monteiro não descarta que tenha havido comércio e fornecimento de escravos indígenas para o Nordeste, mas redimensiona esse papel e estima que apenas 30% dos nativos capturados foram parar nos engenhos açucareiros, criticando a historiografia enaltecida do bandeirantismo e criadora da ideia de que São Paulo foi responsável por suprir as *plantations* de cativos.

Portanto, ao contrário de outros sistemas de apresamento e fornecimento de mão-de-obra - onde o tráfico africano é o exemplo mais notável-, os paulistas não exerceram o papel de intermediários no comércio de cativos, sendo antes tanto fornecedores como consumidores da mão-de-obra que este sistema integrado produzia.

(MONTEIRO, 1994, p. 98)

Com o passar do tempo, a falta de índios nas proximidades dos centros populacionais paulistas levou os exploradores a expedições mais distantes na busca de nativos para serem escravizados, atingindo até mesmo missões jesuíticas no Sul, como relata Taunay:

Partiam de São Paulo expedições como as de Raposo Tavares, André Fernandes e Fernão Dias Pais, para só falarmos das principais, em direção ao território hoje sul-rio-grandense, onde destruíram numerosas e avultadas aldeias da Companhia de Jesus. (TAUNAY, 2004, p. 47)

Com o aumento das distâncias para a busca de índios, esse sistema entrou em declínio e alguns paulistas se lançaram à busca de metais preciosos, como foi o caso de Fernão Dias Pais. Nas palavras de Capistrano de Abreu, “os bandeirantes viravam mineiros sem pensar e sem querer” (ABREU, p. 146). Zemella ressalta como as bandeiras de desbravamento do sertão para captura de índios literalmente abriram caminho para a mineração:

[Os paulistas] reconheceram serras e rios, exploraram campos e florestas, abriram picadas para o sul, para o oeste, para o norte. Do Prata ao Amazonas, da serra do Mar à cordilheira dos Andes, tudo foi devassado e percorrido. (ZEMELLA, 1990, p.35)

A busca por metais como o ouro não era uma novidade para a colônia. Desde a descoberta das minas de Potosí pelos espanhóis em 1545, a busca por ouro e prata acendera a cobiça dos europeus. Em 1591, D. Francisco de Sousa, sétimo Governador-Geral do Brasil, iniciou seu governo disposto a impulsionar expedições no sertão para a descoberta de jazidas de metais nobres (TAUNAY, 2004, p. 42).

Ante o declínio do açúcar no Nordeste, a metrópole retoma as esperanças de encontrar riquezas minerais em sua colônia. Em 1667, assume o trono português o príncipe regente D. Pedro que orientou sua política para a colônia americana por dois pontos: ampliação da fronteira até o rio da Prata e a busca por metais preciosos. A procura por bens minerais não era de todo nova entre os paulistas, de acordo com Capistrano de Abreu:

Em terras paulistas houve sempre alguma mineração em Iguape e Paranaguá: em maior número ainda, entregaram-se a pesquisas minerais a partir da era de 670, depois que o monarca português apelou para seus brios. (ABREU, 1998, p. 116)

Em linguagem heroica típica da historiografia a que pertence, Capistrano de Abreu fala dos “brios” dos paulistas para se referir à estratégia da corte a partir de 1677, quando o fidalgo espanhol d. Rodrigo de Castelo Branco foi nomeado administrador geral das minas pela Coroa portuguesa. Considerado experiente na localização de jazidas, ele tinha “larga prática de mineração peruana” (TAUNAY, 2004, p. 63). Como as explorações minerais não eram tarefa simples, o príncipe enviou cartas pessoalmente a paulistas como Fernão Dias Pais, Francisco Dias Velho e Lourenço Castanho Taques, solicitando que participassem das expedições mineradoras, o que historiografia paulista exaltadora considera uma prova da importância de seu povo.

Uma das formas com que os paulistas eram chamados a colaborar com Castelo Branco era através da condução de indígenas para composição das expedições. Um dos planos do nobre

espanhol era se reunir com Fernão Dias Pais, que se acredita ter passado por Atibaia após partir de São Paulo em 21 de julho 1674. No entanto, não há documentação precisa sobre a quantidade de indígenas que acompanhou o sertanista “nem se sabe por onde marchou a bandeira ao partir de São Paulo, se o fez pelo norte paulista em direção à garganta do Embaú ou se por Atibaia” (TAUNAY, 1951, v.1, p. 161). Um dos caminhos para acessar o que forma o atual sul mineiro passava por Atibaia, onde havia uma picada até o morro do Lopo, como explica Taunay:

Para o norte o grande caminho parece ter sido aquele que mais tarde seguiram os devassadores da região aurífera do Espinhaço, a marcha ao longo do Paraíba e o vencimento da Mantiqueira pela garganta do Embaú, para se atingirem as terras elevadas do sul mineiro. Havia outra picada, a que por Atibaia ia ao morro do Lopo, penetrando nas atuais terras mineiras (TAUNAY, 1951, v.2, p. 314).

Em mais de uma ocasião o espanhol se apresentou à Câmara da vila de São Paulo para demandar indígenas aldeados para suas jornadas pelo interior da colônia em busca de metais preciosos. Ele apenas conseguiu formar um grupo em 1681, com 95 índios (BLAJ, 2002, p. 19-20), mas nunca encontrou Fernão Dias Pais e sua história não foi de sucesso.

D. Rodrigo de Castelo Branco partiu de São Paulo em 19 de março de 1681. Depois de passar por Atibaia, chegou a Paraopeba, onde recebeu as pedras verdes das mãos do filho de Fernão Dias, Garcia Rodrigues Pais. Tempos depois, esteve em Sumidouro, onde foi assassinado em agosto de 1682. As lendárias minas somente seriam descobertas em finais do XVII, enriquecendo muitos paulistas, entre eles o próprio Garcia Rodrigues Pais e Manoel Borba Gato, provável assassino de d. Rodrigo. (BLAJ, 2002, p. 341)

A primeira notícia oficial da descoberta de ouro é de 1693, por Antonio Rodrigues Arzão, nos sertões do rio Casca, um afluente do rio Doce, no atual estado de Minas Gerais, inaugurando o que seria o auge da atividade mineradora na colônia. Caio Prado Jr. destaca a mudança do eixo econômico da colônia do Nordeste para o Sudeste como uma das maiores transformações provocadas pela mineração (PRADO Jr., 2008, p. 64).

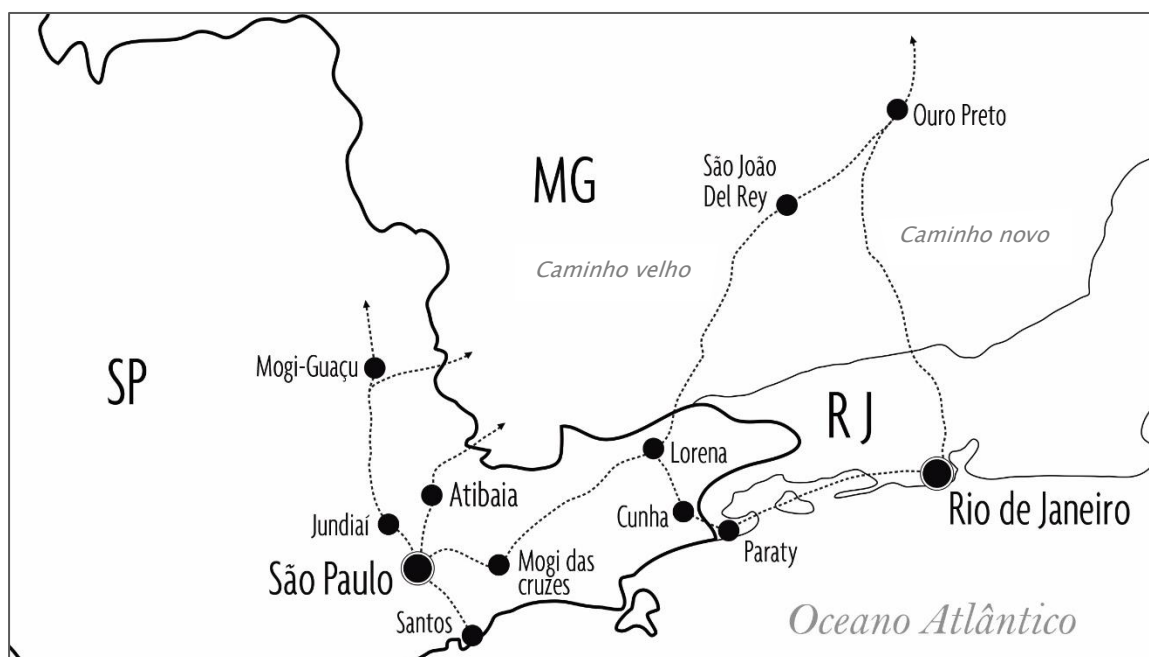
A expansão mineradora no século XVIII criou estímulos para a economia paulista com o crescimento de sua rede mercantil para suprir os novos mercados consumidores de alimentos e animais de carga. Com isso, houve um incentivo ao desenvolvimento da agricultura de mantimentos para suprir as demandas dos novos centros de consumo, resultando ainda em uma grande transformação demográfica.

Frente às crescentes necessidades causadas pelo aumento constante da população nas regiões de mineração, os paulistas aproveitaram a oportunidade para ampliar seus negócios. O resultado foi uma mercantilização da capitania, que passou a integrar uma rede de comércio voltada para as minas.

[...] a princípio, os habitantes de Piratininga limitaram-se a mandar para as Gerais as sobras de sua minguada produção. Depois, atraídos pelos gordos lucros, intensificaram esta produção, com o fito de vender cada vez mais, ainda que fosse com sacrifício dos consumidores locais. Em seguida, não contentes com isso, foram buscar, em regiões por vezes distanciadas, tudo aquilo que os mineiros careciam e que eles mesmos não podiam produzir. (ZEMELLA, 1990, p.60)

A população da região mineradora cresceu rapidamente gerando um importante mercado para a produção agrícola paulista, com o consumo de alimentos e animais em Minas expandindo-se a um ritmo constante. Os gêneros paulistas chegavam à região por três vias diferentes: a que transpunha a Mantiqueira pelo vale do Camanducaia e passava por Atibaia; o caminho de Mogi-Mirim, que passava também por Mogi-Guaçu, e o que ia pela garganta do Embaú, no Vale do Paraíba, passando por Lorena, também conhecido como “caminho velho” (ZEMELLA, 1990, p. 137).

Figura 2 - Principais caminhos para a região mineradora (século XVIII)



No entanto, a concentração populacional na região mineira torna-se um problema ao evidenciar a precariedade do abastecimento interno colonial. A migração para as minas causou também um esvaziamento populacional em diversos povoados, como narra Antonil:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das Minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente estão lá (ANTONIL, 2007, p. 226).

O afluxo populacional para a região das minas foi tão grande que, em 1776, a capitania das Minas Gerais era a mais povoada da colônia, com 650 mil habitantes, ultrapassando a Bahia (530 mil), Pernambuco (480 mil) e Rio de Janeiro (380 mil) (ZEMELLA, 1990, p. 54).

Com essa explosão demográfica na região mineradora, a produção de alimentos das áreas vizinhas passou a ser enviada para suprir as necessidades dos trabalhadores. Houve também inflação e falta de produtos em São Paulo. “A consequência foi a alta dos preços, a escassez de mantimentos e mesmo a carência de gêneros alimentares em todo o Planalto” (ZEMELLA, 1990, p. 57). Como relata Taunay, o preço da carne quadruplicou entre 1696 e 1700 (TAUNAY, 2004, p. 110).

No ano de 1775, a colheita em Atibaia foi ruim e os cereais começaram a faltar. O problema foi intensificado pela atuação dos negociantes que vendiam trigo para as minas, onde conseguiam melhores preços. Como solução, o governo ordenou que o trigo de Atibaia e Jaguari (atual Bragança Paulista) não fosse vendido para fora da capitania. Em 1777, a câmara de Atibaia enfrentou uma crise com o descontentamento da população com relação à alta dos preços dos gêneros essenciais (SILVEIRA, 1950, 212).

Em São Paulo, o sinal mais forte dessa grande mudança socioeconômica foi o crescimento notável da população de escravos negros a partir de 1700 (LUNA e KLEIN, 2005, p.39). Segundo Marcílio, a agricultura de autoconsumo, que marcou a capitania de São Paulo desde o início da colonização portuguesa, transformou-se em agricultura para o mercado interno (MARCÍLIO, 2000, p. 18). São Paulo, então, assumiu um papel de conexão entre as diversas regiões da colônia por onde transitavam as tropas que iam do Sul para as zonas mineiras e o Rio de Janeiro.

A abertura do chamado Caminho Novo (vide figura 2, p. 19), estabelecendo uma ligação direta entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais, iniciada em 1698 e finalizada em 1708, teve consequências negativas para a economia de São Paulo, que perdeu a posição de passagem para a região mineradora. A queda no comércio paulista foi logo compensada pela descoberta de

jazidas de ouro em Mato Grosso e Goiás, que abriu novos mercados consumidores para os paulistas. (ZEMELLA, 1990, p. 122).

Em 1748, a capitania perde sua autonomia administrativa e passa a ficar subordinada ao Rio de Janeiro. Tal acontecimento é usado por alguns historiadores, dentre os quais se destaca Alice Canabrava, como sinal de uma suposta decadência paulista⁶. Segundo essa historiografia, São Paulo voltava para sua posição de região pobre, estagnada e isolada economicamente que apenas teria passado por um breve período de ascensão com a descoberta do ouro e a participação de sua população no abastecimento das áreas mineradoras⁷. Entretanto, refutamos essa teoria, uma vez que São Paulo nunca atingiu um nível de riqueza para poder passar por uma decadência. Além disso, a região continuou integrada ao mercado regional, com indivíduos acumulando riquezas através da agricultura e do comércio.

Tal conceito aparece constantemente na literatura sobre a capitania. Ao retratar a cidade de São Paulo e as demais freguesias do planalto de Piratininga durante o século XVIII, Taunay reduziu a agricultura local a uma produção rudimentar para a subsistência, caracterizando uma pobreza em comparação à fortuna do Nordeste canavieiro. A saída de paulistas para a busca do outro foi considerada por Taunay um golpe a mais na já empobrecida região.

Nenhum grande acontecimento veio perturbar-lhe a quietude de uma época de acentuada e profunda depressão econômica progressiva, provocada principalmente pelo despovoamento em prol das três grandes regiões do ouro desvendada pelas bandeiras em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. (TAUNAY, 2004, p. 249)

Com o arrefecimento da atividade mineradora na segunda metade do século XVIII, a agricultura voltou a ocupar a posição principal na economia da colônia. Capistrano de Abreu, apesar de considerar esse processo um “renascimento”⁸, cita exemplos dessa expansão:

A agricultura aos poucos se reanimava; existiam numerosos engenhos de açúcar e de aguardente; duvidava-se ainda que o clima permitisse a grande cultura do algodão e do café. A mais importante fonte de receita consistia no comércio de trânsito, de Mato Grosso, de Goiás, de parte de Minas e dos sertões do Sul. Já funcionava a famosa feira anual de Sorocaba (ABREU, 1998, p. 209)

⁶ Em seu artigo de 1972, Canabrava se refere ao período de 1765 a 1767 como de “profunda decadência” para São Paulo. vide CANABRAVA, 1972-a, p. 95

⁷ Para uma explicação detalhada sobre a revisão da teoria da pobreza e decadência de São Paulo, ver BLAJ, 2002 e MATTOS, 2009.

⁸ Chamar esse momento de “renascimento” ou “ressurgimento” pressupõe que houve um abandono da atividade agrícola em favor da mineração, o que se sabe não ter acontecido.

Roberto Simonsen afirma que a ausência de gêneros exportáveis era a causa principal do que chamava de pobreza generalizada de São Paulo, com lavoura e comércio pobres, e também relaciona o esgotamento da mineração à decadência, afirmando que São Paulo apenas se recuperaria com o café: “Com o declínio da mineração, a capitania paulista, que dela tinha apenas uma vida reflexa, se empobreceu, como todo o Sul, até o advento do café” (SIMONSEN, 2005, p. 293).

Para Alice Canabrava, a mineração havia representado apenas uma interrupção na estagnação marcante de São Paulo. A autora atribui como causa da “decadência” a inexistência da lavoura de produtos voltados ao comércio ultramarino. Em artigo de 1972, a autora usa as informações dos mapas de população para concluir que a região vivia em estado de pobreza e decadência.

A decadência paulista vinha do século XVI, quando a capitania deixou de participar da corrente de exportação para a metrópole e apenas se entrosava na economia açucareira como fornecedora de mão de obra indígena, de preço muito inferior à africana. Da grande decadência geral do século XVII, manifesta desde 1624, que caracteriza a economia brasileira, São Paulo despertou primeiro, com os seus descobridores de ouro e a participação no abastecimento das minas gerais, a mais rica área de exploração aurífera. A fase durou quase meio século, aproximadamente de 1690 a 1733; em seguida, a área paulista voltou-se ao recesso econômico. (CANABRAVA, 1972-a, p. 123)

Baseando-se nos arrolamentos realizados nos anos de 1765-67, a autora analisa os níveis de riqueza da população paulista e destaca o alto volume daqueles que “nada possuem”: são 5.352 famílias (54,07%), que representam 21.758 pessoas (49,93% da população). A população que possuía bens compreendia 4.545 famílias (45,92%), somando 21.818 pessoas (50,06% da população total). A autora conclui que, apesar do contexto por ela considerado decadente, houve acumulação de recursos em segmentos da população paulista, com uma economia voltada para dentro e articulada com o interior da colônia.

Dentro da profunda decadência que afetava a capitania, o nível de riqueza de seus homens de negócio vem demonstrar que o pequeno aglomerado paulistano desfrutava de atividade comercial de certa importância no cenário da capitania. [...] Os dados revelados quanto às fortunas declaradas em ambas as cidades [São Paulo e Santos] permitem-nos documentar um processo de acumulação de riqueza, que

vinha de um passado muito mais distante, de uma fase de atividade essencialmente mercantil que precede a da acumulação da riqueza por meio de plantation destinada a produzir para exportação. (CANABRAVA, 1972-a, p.123)

Em *A Trama das Tensões - O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, Ilana Blaj se propõe a rejeitar as imagens de uma São Paulo do século XVII isolada em que o paulista é caracterizado como o bandeirante heroico e integrante de uma sociedade autônoma e democrática. Ao analisar o século XVIII, a autora desmonta a visão do despovoamento e da estagnação econômica da região e sua visão sobre a mercantilização da região é essencial ao oferecer uma revisão da interpretação tradicional sobre São Paulo, ao mostrar uma economia dinâmica em transformação constante. Para a autora,

A história da vila e da cidade de São Paulo entre 1681 e 1721 a distancia das várias imagens cristalizadas pela própria historiografia. Não se trata de um núcleo isolado, autárquico e, muito menos, de um paulista independente, símbolo de uma “raça de gigantes”. Não pode igualmente ser caracterizada como uma região extremamente pobre voltada apenas para a subsistência e que teria passado ao largo dos estímulos coloniais. (BLAJ, 2002, p.343)

Novas interpretações levando em conta a economia interna dinâmica de São Paulo partem do princípio de que a capitania nunca foi rica o suficiente para ter passado por um processo de decadência no século XVIII e continuou a apresentar uma economia interna dinâmica, mesmo com a diminuição da mineração.

Embora historiadores locais tenham explicado essa perda de autonomia como uma suposta reação à decadência da capitania, na realidade São Paulo continuou a apresentar um crescimento modesto no período. Suas exportações cresceram, como também cresceu sua população, enquanto a mão de obra africana se consolidava como a principal força de trabalho cativa a colônia (LUNA e KLEIN, 2005, p. 40)

Marcílio comprova, a partir do estudo do crescimento demográfico paulista, que a capitania não estava "decadente" nos setecentos, mas encontrava-se em plena e contínua expansão, refutando a até então explicação tradicional.

Para qualquer lado que nos voltemos, quer da economia, quer da sociedade, da demografia ou do povoamento, da vida material à vida cultural, nada nos indica um período, no século XVII, de pronunciado

ou de relativo crescimento material ou humano na região, período esse interrompido no século XVIII por um recuo ou “decadência”.
(MARCÍLIO, 2000, p.190)

A análise mais recente de Borrego, baseada em inventários paulistas, mostra que os valores indicados nas listas nominativas muitas vezes são menores do que os patrimônios reais (BORREGO, 2010), fazendo parte de uma estratégia de declaração menor de bens. Dessa forma, conclui a pesquisadora, os declarantes eram mais ricos do que a documentação deixava transparecer, num cenário que não corresponde à imagem de região decadente.

O estudo do caso de Atibaia corrobora essas teorias ao mostrar que mesmo uma pequena vila de pouca expressão econômica estava integrada e participava da dinâmica mercantil regional, com comércio estabelecido tanto na própria capitania (com trocas com São Paulo, Santos e Curitiba), como fora, com relações comerciais com Minas Gerais.

A intensificação da produção agrícola nas últimas décadas do século XVIII aumentou importância do Brasil na economia do império português⁹ uma vez que o crescimento da economia interna acompanhou a expansão da economia escravocrata de exportação. Para Schwartz, “o surgimento de uma população rural livre e o desenvolvimento de um mercado nacional de gêneros alimentícios após essa data [1780] facilitou a nova expansão da exportação” (SCHWARTZ, 2001, p. 129).

A produção de açúcar na capitania passou de uma atividade para consumo interno para uma escala maior, chegando ao posto de principal fonte econômica da economia paulista no final do século XVIII. O *boom* açucareiro paulista vai de 1765 até o produto ser ultrapassado pelo café em 1850-51, de acordo com Petrone (1968).

A abundância de escravos a baixo preço, disponíveis após o declínio da atividade mineradora, fortaleceu a agricultura em São Paulo com a fixação de lavouras no interior, onde a terra roxa se mostrou ideal, inicialmente, para a cana e, depois, para o café.

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, São Paulo passou por um período de transição, deixando de ser caracterizada pela economia voltada para o mercado interno e tornando-se uma potência agrícola exportadora baseada no trabalho de escravos.

⁹ Se no início do século XVIII as colônias de França e Inglaterra tomam espaço como produtoras de mercadorias tropicais, no final do período a situação muda. A posição de neutralidade da Coroa portuguesa frente a conflitos europeus, como a guerra de Sucessão Espanhola, e as agitações políticas que levaram à independência norte-americana, à Revolução Francesa e ao colapso de São Domingos (1792), colocou o Brasil em posição de vantagem economicamente com relação à produção de gêneros tropicais. Além do açúcar, já conhecido e cultivado na colônia, o algodão ganha espaço com o aumento da demanda inglesa causada pelos progressos técnicos da Revolução Industrial com a criação do tear mecânico.

A capitania paulista entrou então numa fase nova de sua economia. De região periférica da periferia do sistema da Economia-Mundo – na expressão de Fernand Braudel – e do sistema Colonial, inaugurou-se, na segunda metade do setecentos, um setor colonial de exportação, de agricultura monocultora, escravista e de exportação. (MARCÍLIO, 2000, p. 19).

Para Luna e Klein, estudiosos de importantes aspectos demográficos e econômicos de São Paulo colonial, a expansão da agricultura de exportação foi acompanhada de uma intensificação da produção de alimentos em pequenas propriedades onde o trabalho escravo também se fazia presente. As pequenas lavouras voltadas para o abastecimento interno continuaram a prosperar, uma vez que o crescimento das zonas urbanas gerava demanda no mercado interno por produtos da economia rural.

Baseada até então no trabalho familiar, a agricultura regional não teria condições de aumentar sua produtividade sem o acréscimo de trabalhadores, o que aconteceu na forma do escravo africano. Ao estudar a demografia da população escrava de São Paulo¹⁰, Luna encontrou uma população crescente que passou de 15.789 cativos em 1777 a 54.454 em 1829 (LUNA, p. 95, *in* LUNA, COSTA e KLEIN, 2009).

O crescimento da população de escravos negros na agricultura paulista foi constante a cada ano, tendo essa força de trabalho papel significativo na implantação da economia açucareira e cafeeira de São Paulo (LUNA e KLEIN, 2006, p. 39).

Schwartz destaca a dependência da escravidão como aspecto fundamental da sociedade e economia brasileiras, mostrando que a inclusão da mão de obra cativa não se restringiu às lavouras voltadas à produção dos gêneros de exportação, mas aconteceu também nas pequenas fazendas de produção de alimentos, um sinal da progressiva capitalização dessa agricultura (SCHWARTZ, 2001, p. 139).

É neste segmento que se encontra este trabalho, cujo objetivo é, a partir da análise das listas nominativas de habitantes, entender o papel da escravidão miúda em uma vila de abastecimento interno na capitania (e posterior província) de São Paulo usando os métodos da demografia histórica. A escolha de Atibaia se justifica pelo fato de a vila, no século XIX, ter feito parte de uma teia mercantil que unia São Paulo, Santos, Minas Gerais e Curitiba.

¹⁰ O estudo, originalmente publicado em 1992, levou em conta 25 localidades da capitania de São Paulo em três anos diferentes: 1777, 1804 e 1829 e foi baseado em dados das Listas Nominativas de Habitantes, manuscritos que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. *In* LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 93

1.2. Compreendendo a base documental: um histórico sobre as listas nominativas

Relatos de viajantes estrangeiros serviram como fontes para a compreensão do desenvolvimento da região paulista por muito tempo, até que a descoberta dos maços de população, uma extensa documentação sobre os habitantes de São Paulo abriu a possibilidade de estudos variados sobre a demografia e a economia locais. As chamadas listas nominativas foram produzidas anualmente abrangendo todas as vilas e respectivos domicílios de São Paulo (incluindo o atual Paraná) entre 1765 e 1836 e são consideradas a mais importante coleção de levantamentos populacionais na América portuguesa. Organizados por domicílios, os maços de população listavam os habitantes de acordo com idade, sexo, situação (livres, escravos e agregados), cor, estado conjugal e bens.

A ordem para confecção dos arrolamentos e o restabelecimento da capitania de São Paulo, em 1764, com a nomeação de dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, estavam ligados à reestruturação do mundo colonial português e à ameaça castelhana no sul da colônia. Com o fim da União Ibérica, em 1640, Portugal e Castela tornaram-se reinos independentes e a demarcação de limites entre as colônias da América tornou-se fonte de tensões na região sul do Brasil.

Em ofício aos capitães-mores datado de 30 de julho de 1765 o governador pede a elaboração de “uma lista de toda a gente da sua companhia com os nomes das cabeças de casais, e sua idade, os nomes de suas mulheres, o valor de seus bens, distinguindo seus filhos cada um pelo seu nome e idade”¹¹. O primeiro arrolamento da população de São Paulo, entretanto, não foi integral: os escravos, bem como as crianças menores de sete anos, não foram incluídos. Em 1767, o governador instruiu que os cativos de cada domicílio também fossem listados.

Em 1762, a Colônia de Sacramento, cujo território hoje faz parte do Uruguai, havia sido atacada por forças espanholas iniciando um conflito que durou até 1777 mobilizando a ação portuguesa para defender o domínio colonial. Em 1763 a capital colonial foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro e, em 1765, a capitania de São Paulo foi restaurada. Essas duas medidas estão relacionadas à estratégia de guerra e defesa da colônia. Foi empreendida, então, uma intensa ação de recrutamento de homens aptos ao serviço militar.

Visava-se criar na capitania de São Paulo um arsenal para abastecimento em recursos humanos e materiais, a fim de empreender a campanha para deter o avanço castelhano e restabelecer os limites

¹¹ DI, v. 72, p. 27

antigos da colonização portuguesa no sul. (CANABRAVA, 1972-a, p. 97)

Em São Paulo, tanto o Morgado de Mateus, como seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), tentaram colocar em prática as ordens da Coroa, exigindo o recrutamento de “todos os moradores (...) que se acharem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”.¹²

Assim obrigou os paulistanos e paulistas a severo arrolamento nas fileiras das tropas auxiliares da Ordenança, criando seis unidades para toda a Capitania, das quais duas caberiam à cidade de São Paulo, de cavalaria e infantaria. Em 1767 tinha sob as bandeiras 1.404 cavalarianos e 2.600 infantes além das ordenanças, companhias de pardos e tropa de índios. Mais de 6.000 homens mobilizados dentro de uma população que escassamente alcançaria cem mil almas! (TAUNAY, 2004, p. 186)

Ao longo dos anos, vemos que a qualidade das informações melhorou e as listas ganharam detalhamento. Entretanto, nem sempre os documentos apresentavam todas as informações exigidas. Devido à falta de padronização entre os responsáveis pela coleta das informações, os dados variavam muito, podendo ser extremamente detalhados ou pouco informativos. Marcílio destaca que muitas listas se limitavam a copiar os dados dos anos anteriores, como aconteceu em São Paulo nos anos de 1765 e 1766. Tal problema não parecia ser isolado: Antonio de Mello Castro e Mendonça, governador da capitania em 1800, apontou irregularidades e exigiu novo levantamento, com ordens precisas para a execução (MARCÍLIO, 2014, p. 121).

Com as listas finalizadas, eram elaborados quadros de resumos de cada vila, os chamados mapas gerais, em que as informações eram tabeladas. Tais mapas, entretanto, contêm erros de tabulação e até mesmo de soma. Devem, portanto, ser usados com cautela quando fonte para análises quantitativas.

Assim como a descoberta das minas trouxe um importante impulso para a agricultura local devido à necessidade de produção de itens de subsistência, a política desbravadora implantada pelo Morgado de Mateus também reforçou o perfil abastecedor da capitania.

¹² “Carta de D. José I ao governador e capitão-general de São Paulo, Morgado de Mateus”. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 22 de março de 1766. AHU-SP, Caixa 24, n. 2354. *Apud* SOUZA, 2011, p. 56

Após estabelecer a estrutura dos corpos militares paulistas, o governador deu início a expedições para, conforme as instruções da Coroa, ampliar os domínios portugueses na América. Desta forma, duas regiões foram eleitas como objetivo principal da conquista de “novos sertões”: o Iguatemi, a oeste de São Paulo e na fronteira com domínios espanhóis, e o Tibagi, ao sul. A primeira expedição para o Iguatemi partiu em 28 de julho de 1767, com 360 homens. Já a campanha para o Tibagi começou em dezembro de 1768 e teve etapas até 1773.¹³

De acordo com Bellotto, para o governador, a importância em se estabelecer no território do oeste era, além de dominar uma fronteira relevante, apostar na hipótese de atrair a atenção dos espanhóis e diminuir a pressão no Sul da colônia (BELLOTTO, 2007, p. 107).

Uma das maiores dificuldades nestes empreendimentos para manter o interior povoado era garantir a alimentação das tropas e dos moradores. O governo da capitania recorria a Atibaia e outras vilas para garantir suprimentos aos exploradores do interior. Em 9 de outubro de 1772, em correspondência ao ajudante de ordens Antonio Lopes de Azevedo, o governador informa sobre a falta de toucinho para a expedição ao sertão e solicita uma parada em Atibaia para abastecimento das tropas¹⁴. No dia 24 de novembro, em nova correspondência, ele escreve à Câmara de Atibaia para agradecer o envio de 150 arrobas de toucinho ao povoado de Iguatemi¹⁵.

A carta régia de 22 de março de 1766 deixou claro que todos os indivíduos capazes de levantar armas eram passíveis de serem recrutados. O arrolamento da população era instrumento essencial para garantir a composição das tropas. Desta forma, o estudo com base nesta documentação deve sempre levar em conta a possibilidade de subnotificações como meio de escapar do alistamento. As correspondências do governador Saldanha revelam ainda o problema da deserção, muito comum e passível de punição com o encarceramento dos pais do desertor.

Deserção e tentativa de escapar da recruta eram frequentes entre a população porque o alistamento implicava na diminuição de um braço na lavoura em uma época em que grande parte da mão de obra dos pequenos agricultores a era composta por integrantes do domicílio, sejam eles filhos ou agregados.

A militarização provocada pela política da Coroa aferrada à posse das terras uruguaias e sul-rio-grandenses contribuiu fortemente para a decadência da região paulista com a recruta dos seus homens válidos para as campanhas pombalinas do Sul. (TAUNAY, 2004, p. 249)

¹³ Para detalhes sobre as expedições do Iguatemi e do Tibagi, ver BELLOTTO.

¹⁴ DI, volume 7, p. 125

¹⁵ DI, volume 7, p. 136

Em carta de 29 de outubro de 1775, Saldanha pede que o capitão-mor de Atibaia, Lucas Siqueira Franco, lhe remeta quatro desertores. Na ausência deles, deveriam ser presos seus pais:

João de Oliveira, filho de Inácio Gil de Oliveira, e Salvador Pedroso, filho de Antonio Pedroso, ambos naturais de Juqueri, João José Barbosa, filho de Alexandre Caetano, natural do Rio Verde, e Angelo Franco Correa, filho de Antonio Franco, natural dessa vila de Atibaia, desertaram da Praça, VM os faça procurar, prender e remeter com segurança e brevidade e, na falta deles, aos pais¹⁶.

Fonte rica de informações que vêm sendo exploradas pelos historiadores, as listas nominativas não devem ficar livres da crítica. É tarefa do pesquisador questionar o documento em que baseia seu trabalho. Saber ler nas entrelinhas, detectar falhas e questionar o que se mostra – e o que se escolhe ocultar - nas listas devem ser preocupações primordiais para quem utiliza esta fonte. “Temor ao fisco e à recruta, somados, certamente estabeleciam uma reação assustada e desconfiada dos lavradores e roceiros paulistas à solicitação de informações sobre sua lavoura e sua família” (BACELLAR, 2008, p. 109).

O sub-registro dos homens é um dos problemas apontados por Marcílio, reflexo de um desejo de escapar da guerra. O problema era tão comum que, em 25 de setembro de 1775, o governador envia uma carta fortemente repressora à câmara de Atibaia, em que critica a postura dos jovens da vila por tentarem evitar o serviço militar:

Vim do Reino, deixei os meus Morgados, e filhos para vir Servir a Sua Majestade e não tendo tão grandes embaraços os Solteiros dessa Vila e Termo para Servir ao mesmo Senhor, vejo que obrigam a vossas mercês a representar-me fundamentos menos fortes.

[...] Estes não eram os honrados sentimentos dos nobres Avós dos atuais Paulistas: eles deixavam suas casas e mulheres, e se sacrificavam aos maiores trabalhos por servirem ao seu Rei, e não devem agora os Netos degenerar da honra que herdaram de seus Avós: assim o espero e que quando menos se pensar os faça restituir a essa Vila cheios de honra, e de gosto, e eu o terei muito grande na presente ocasião em escusar os mais que me for possível escusar agora, no que podem estar certos; e que nada desejo tanto como a felicidade de todos os habitantes desta Capitania¹⁷.

¹⁶ DI, volume 74, p. 263

¹⁷ DI, v. 74, p. 154

Em alguns casos, os pais faziam esforços para conseguir livrar seus filhos do serviço militar por vias legais. Em correspondência ao capitão João de Godoy Moreira, de Atibaia, o governador Saldanha sinaliza, em 17 de outubro de 1775, uma situação que poderia ser apontada como subnotificação dos homens em idade de serviço:

*Estou pouco satisfeito com a recruta de vossa mercê mandou com as suas cartas de quinze do corrente porque dela só pude tirar dois soldados, porque havendo tantos solteiros nessa vila, vossa mercê somente mandou os que tinham despachos meus de isenção, os quais devia observar*¹⁸.

Em 26 de outubro de 1775, 6 homens foram dispensados do serviço militar por serem filhos únicos de mães viúvas ou muito pequenos e por serem considerados incapazes. Entretanto, o governador deixa claro na correspondência com o capitão-mor Lucas de Siqueira Franco que a punição para deserção é a prisão, dos próprios ou de seus pais, e pede que sejam enviados os solteiros capazes, “e já fica livre e desembaraçado de tais implicâncias”¹⁹.

Entre problemas destacados por Bacellar na confecção das listas, temos variação na qualidade das informações coletadas, uma vez que a dedicação do responsável pelo levantamento afetava diretamente o resultado do trabalho; fraudes com listas sendo copiadas ano após ano apenas acrescentando um ano às idades dos moradores, dando falsa impressão de levantamentos minuciosos; falta de padronização para indicar cor da pele, com o uso simultâneo das palavras negro e preto, além de pardo e mulato (BACELLAR, 2008, p. 111).

No caso de Atibaia, as listas nominativas usam os termos negro e pardo na designação da cor dos habitantes. Entretanto, os mapas gerais, quadros de resumo que acompanhavam as listas compilando informações demográficas totais e detalhes de comércio, usam preto e mulato. O motivo dessa discrepância nos documentos elaborados de forma conjunta não fica claro, mas nossa hipótese é de que existisse alguma padronização formal para os dados gerais que não era seguida pelos capitães no momento da realização dos arrolamentos.

Luna e Klein também criticam as listas do início do século XIX com relação à falta de informações que permitam entender o processo de mestiçagem entre índios, europeus e africanos, inclusive sobre as relações entre livres e escravos e a condição de liberto, que raramente aparecia. No caso de Atibaia, em nenhum dos anos aqui analisados aparecem indivíduos classificados como libertos.

¹⁸ DI, v. 74, p. 225

¹⁹ DI, v. 74, p. 251

As informações contidas nos censos e nas listas nominativas limitavam-se às classificações: brancos, negros ou pretos, pardos ou mulatos. A influência dos índios na população e no processo de mestiçagem tornava-se difícil de ser avaliada. (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 167)

Eduardo França Paiva, ao estudar as “dinâmicas de mestiçagens”²⁰ entre os séculos XV e XVIII, conclui que elas influenciaram o léxico com a inclusão de termos depreciativos ou simplesmente diferenciadores (PAIVA, 2013, p.14). Para o pesquisador, que se baseou em documentações administrativas, crônicas, relatórios, cartas, testamentos, inventários post-mortem, processos judiciais, literatura, entre outras fontes antigas, termos como “preto”, “pardo”, “mulato” e “negro” tinham significados além da cor da pele e trariam embutidas identificações, hierarquizações e distinções sociais.

Com relação às ocupações, as listas raramente trazem informações sobre membros do domicílio além do chefe de família, o que dificulta a compreensão do papel de cada morador e da força produtiva de cada fogo. Outro problema diz respeito à falta de padronização dos termos usados: como diferenciar lavrador, agricultor, roceiro e aquele que planta “para o gasto” ou “para viver”? Para alguns estudiosos, como Schwartz, o uso de nomenclaturas diferentes dependia “da relação que tinham com a terra, com os proprietários da terra e com o mercado” (SCHWARTZ, 2001, p.133).

Apesar dessas dificuldades, Bacellar destaca a importância do estudo sistemático das listas nominativas como forma de acompanhar a evolução geográfica e social dos povoados a partir do rastreamento de novos domicílios dentro de um território conhecido (BACELLAR, 2008, p. 121)²¹.

Como vimos, inicialmente o objetivo das listas era mapear os homens que poderiam ser convocados para o serviço militar. Eventualmente, as preocupações econômicas passaram a orientar a confecção dos arrolamentos e a inclusão de informações sobre produção e comercialização torna-se sistemática a partir da década de 1790, paralelamente ao declínio da atividade mineradora. “Conhecer a produção e a distribuição dos gêneros agrícolas permitiria,

²⁰ O autor detalha o conceito da seguinte forma: “Como ‘dinâmicas de mestiçagens’ não se entenda, portanto, a mescla resultante, mas o conjunto de forças e de operações das quais resultaram os produtos mestiços, incluídos os humanos, e, também, os lexicais, que nomearam, definiram, valoraram e atribuíram significados a essas dimensões e a esses produtos”. in PAIVA, 2013, p. 14

²¹ Um desafio para quem busca acompanhar indivíduos ou famílias ao longo do tempo é identificar tais pessoas, especialmente nos setores mais humildes da população. Há muitos homônimos entre os lavradores e, entre os escravos, a ausência de sobrenome torna a tarefa ainda mais complexa.

em tese, estabelecer estratégias para melhor explorar o território colonial, que há décadas via o fulgor aurífero minguar” (BACELLAR, 2013, p. 53).

A base organizacional das listas nominativas são os domicílios ou fogos, onde geralmente encontramos uma unidade de trabalho. Entretanto, um domicílio não está necessariamente vinculado à posse da terra onde se encontra. O chefe do fogo poderia ser um lavrador com participação no mercado e não ter a propriedade da terra que explorava.

A presença de lavradores sem terras próprias é apontada por Bacellar como marco da existência de um tipo diferente de agregado, que vivia em terras alheias, mas não dividia o mesmo teto (BACELLAR, 2008, p. 116). Canabrava tratou do problema da concentração de terra a partir da análise dos Inventários dos Bens Rústicos de 1818²². Atibaia é apontada como a vila com menor concentração de terras na capitania e menor índice de desigualdade entre os moradores. Canabrava faz uma correlação da economia de subsistência com as desigualdades menos acentuadas na localidade:

Nessa região de economia de subsistência na maior parte de seus pontos povoados, com exceção apenas de Jundiaí, conhecida pelos seus lavradores humildes, que abasteciam a capital, distinguimos a vila de Atibaia, como ilustrativa da estrutura fundiária de um núcleo populacional caracterizado pela economia de subsistência. Como o I. Gini 0,61, o quinhão de proprietários a partir de 63 alqueires é o menor da região (1,93% dos proprietários e 16,39% da superfície). (CANABRAVA, 1972-b, p. 91)

1.3. Interpretando a historiografia: uma revisão

Estudos realizados principalmente a partir dos anos 1980 mostram que nem mesmo o modelo das regiões da grande lavoura monocultora, escravista e voltada para a exportação, como analisado e consolidado por Gilberto Freyre, era predominante. Tal sistema teórico não abarca uma parcela considerável da sociedade colonial em que o trabalho escravo também se fazia presente: a economia de subsistência e de abastecimento interno.

Muito embora a indústria açucareira tenha caracterizado a formação inicial da economia brasileira, a escravidão acabou por revelar-se uma

²² “Efetuado para atender às exigências do aviso régio de 21 de outubro de 1817, este cadastro rural, o Inventário de Bens Rústicos, é o mais antigo ora conhecido, quanto à área que constitui atualmente o Estado de São Paulo. Registrou a declaração dos proprietários e possuidores de terras e, na sua ausência, de seus prepostos.” In CANABRAVA, 1972- b, p. 79

forma de trabalho adaptável a outras atividades agrícolas, bem como a cenários urbanos. Salvador e outras cidades da colônia dependeram totalmente do braço escravo, e nenhuma área rural passou sem a presença de cativos. (SCHWARTZ, 1988, p. 120)

Ao estudar os engenhos de açúcar da Bahia, Stuart Schwartz descobriu que apenas 15% deles possuíam 100 ou mais cativos. O autor apontou a necessidade de uma revisão da abordagem até então preponderante ao afirmar que “nem o plantador típico nem o escravo típico viveram nas grandes plantações do Brasil colonial” (SCHWARTZ, *Apud* FERREIRA, 2005, localização 235-236, ebook Kindle).

Analisando dados da economia do Recôncavo Baiano a partir da presença de escravos, Schwartz conclui que o cultivo de subsistência não era uma atividade exclusiva de lavradores livres, pois o trabalho escravo era frequentemente usado no setor. Ele afirma que a compra de escravos por pessoas não consideradas ricas indica que esta força de trabalho era barata, abundante, fácil de obter e, mais importante, fácil de substituir:

Nas cidades, as chances eram de cerca de 50% que um indivíduo livre vivesse em uma casa com um escravo. Nas áreas rurais, o alcance era mais amplo, dependendo da economia local, passando de cerca de 25% das famílias em São Paulo para mais de 90% em algumas paróquias do Nordeste (SCHWARTZ, 1982, p. 79, tradução nossa).

Estudiosos clássicos da nossa historiografia não viam o abastecimento interno como determinante para o desenvolvimento da colônia. Para Gorender, os pequenos lavradores não escravistas representavam um modo de produção de natureza marginal subordinado à grande lavoura de exportação (GORENDER, 2001, p. 295). Furtado, por sua vez, considera o fortalecimento da agricultura e a expansão da população após o declínio das minas como uma involução econômica:

Uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão de obra fora um fator extremamente escasso, involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. (FURTADO, 2003, p. 91)

No entanto, há que se ressaltar que Furtado representa a parte da historiografia brasileira dedicada a entender a questão do desenvolvimento brasileiro, ou melhor, seu subdesenvolvimento e caráter periférico na economia mundial, explicando-o como herança do período colonial, onde a grande propriedade baseada no trabalho escravo voltada para a

exportação seria a base. Nesse contexto, a região de São Paulo foi “esquecida” por essa parcela de estudiosos e considerada secundária.

Caio Prado Jr. já havia diferenciado de maneira sucinta os dois setores da produção colonial: de um lado, colocou a grande lavoura de produção voltada para o mercado externo e baseada na mão de obra escrava. De outro, agricultura de subsistência, considerada uma atividade acessória com o único objetivo de manter o funcionamento da economia de exportação (PRADO JR., 2011, p. 41). Para ele, a população livre era dependente dos grandes proprietários e marginal à grande lavoura escravista.

Entretanto, ao citar produtos de subsistência que também podiam ser exportados, o autor explica que a diferença vai além da escala quantitativa e se encontra no objetivo de cada atividade. “Há a considerar a natureza econômica intrínseca de uma e outra categoria de atividade produtiva: o fundamento, o objetivo primário, a razão de ser respectiva de cada uma delas. A diferença é aí essencial” (PRADO JR., 2011, p. 165).

Apesar de ver na grande lavoura de exportação a “célula fundamental da economia agrária brasileira”, Caio Prado Jr. ajuda a desconstruir a imagem do passado de São Paulo, uma vez que destaca a importância da economia paulista e seu papel na integração com o restante da colônia, retratando o mercado interno colonial.

Com relação à natureza econômica das pequenas lavouras, Marcílio demonstra em sua pesquisa que “as primeiras fortunas da história paulista nasceram com o comércio de abastecimento das Minas; o processo de monetização e de acumulação de capitais começou seu lento caminho de ampliação” (MARCÍLIO, 2000, p. 70). A análise de Marcílio também reitera a importância dessa agricultura como fonte de abastecimento interno.

Em um país como o Brasil, onde a grande lavoura de produtos tropicais, voltada para os mercados internacionais, representava o denominador comum, constata-se que, ao contrário, os territórios dependentes da cidade de São Paulo não foram ocupados pelos grandes proprietários. As fazendas onde se produziam cereais, ou onde se criavam o gado, as pequenas chácaras produtoras de legumes, frutas e aves, ocupavam exclusivamente a população ativa do setor primário da cidade. E, em oposição a algumas cidades, sua população voltava-se principalmente para o mercado interno, restrito à cidade mesma ou, em escala bem maior, ao da capitania, sempre dentro de sua esfera. (MARCÍLIO, 2014, p. 19)

Da mesma forma, em seu estudo sobre Sorocaba nos séculos XVIII e XIX, Bacellar demonstrou que as fortunas locais não vieram da atividade canavieira, mas dos negócios que a antecederam, como o comércio de animais. Bacellar critica a falta de mais estudos sobre o segmento do abastecimento interno, uma vez que era nesse tipo de lavoura que a maioria da população colonial estava inserida²³.

Como já visto, escravos eram possuídos por segmentos desses lavradores, o que sugere que a renda obtida pela venda de produtos no mercado interno justificava o gasto com a aquisição do braço escravo.
(BACELLAR, 2001, p.142)

Pioneiros no estudo da presença do trabalho escravo em lavouras não voltadas para o mercado externo, Amilcar Martins Filho e Roberto Borges Martins apontaram o uso intenso de cativos em Minas Gerais fora das lavouras de café no século XIX. A explicação até então amplamente aceita se baseava na hipótese da transferência dos escravos ociosos da região mineradora para a nascente cultura do café. O contingente escravo desocupado pela queda da mineração no século XVIII teria sido transferido em massa para as regiões cafeeicultoras de São Paulo e Rio de Janeiro (FURTADO, 2003, p.120). A dupla de estudiosos, entretanto, constatou que a associação entre escravos provenientes de Minas Gerais e a cafeeicultura, ou qualquer forma de economia voltada para os mercados exportadores, não era tão significativa como se acreditava.

De acordo com Borges Martins e Martins Filho, a expansão do café sozinha não poderia explicar a sobrevivência e o crescimento da instituição escravista na região. Segundo os autores, a população escrava em Minas Gerais continuou crescendo vigorosamente fora dos setores mineradores e da grande lavoura. “Esse contingente de escravos fora das *plantations* e das minas também superou em número a população escrava total de qualquer outra província brasileira e até mesmo de todas as dez províncias do norte da Bahia, além de Goiás, Mato Grosso e Paraná combinados” (BORGES MARTINS & MARTINS FILHO, 1983, p. 538, tradução nossa).

A economia mineira no século XIX caracterizava-se pelo cultivo de suprimentos básicos e a pecuária para consumo local e comércio em mercados vizinhos, sendo a produção raramente comercializada fora da província. Para os autores, a pequena lavoura tem sido ignorada pela maioria dos estudiosos da história colonial brasileira, focada especialmente no modelo de grande lavoura voltada para o mercado exportador. Eles ressaltam ainda que o caso de Minas

²³ BACELLAR, 2001, p. 142

Gerais, com a sobrevivência e o crescimento do sistema escravista mesmo sem uma economia exportadora, mostra que sua existência não estava atrelada obrigatoriamente às grandes lavouras de exportação.

Slenes critica o trabalho dos pesquisadores, alertando para dados pouco confiáveis usados como base de análise. Ele avalia com reservas os números do censo de 1872²⁴, acreditando que, diferentemente do que dizem Borges Martins e Martins Filho, a migração de escravos de Minas Gerais para a Zona da Mata foi substancial entre 1850 e 1860, apesar de lhe faltarem dados para comprovar a hipótese (SLENES, 1983, p. 578). Além disso, Slenes estabelece uma relação entre a pequena lavoura e a grande lavoura cafeeira através da economia. Emprestando o termo de “centro dinâmico”, de Celso Furtado²⁵, Slenes explica que o mercado interno girava em torno da cafeeira de exploração, mesmo indiretamente, através do fornecimento, por exemplo, de alimentos, tropeiros e outros produtos consumidos nas grandes lavouras.

As áreas de plantation consumiam gado, queijo, bacon e outros produtos alimentícios mineiros, além de grandes quantidades de algodão para fazer roupas para escravos e sacos para o transporte de café. A Corte (a cidade de Rio de Janeiro e seus arredores), com 266 mil pessoas em meados do século, também foi um grande mercado para as exportações de Minas. (SLENES, 1983, p. 573, tradução nossa)

Apesar de ver a escravidão em Minas Gerais como parte do complexo da grande lavoura, Slenes elogia Borges Martins e Martins Filho por terem demonstrado que a presença da mão de obra escrava não era uma exceção fora das lavouras de exportação como a maioria dos historiadores acreditava. “Ao chamar a atenção para o tamanho e a natureza dinâmica da escravidão mineira, os Martins ampliaram as pesquisas de Karasch, Lenharo, Mott e Schwartz e, com esses autores, apontam para a importância do trabalho escravo em atividades não diretamente orientadas para o mercado estrangeiro” (SLENES, 1983, p. 581, tradução nossa).

Em resposta aos comentários sobre o artigo original, Borges Martins e Martins Filho discordam de Slenes ao dizer que seria insustentável manter um sistema escravista de tal monta em Minas Gerais apenas como apêndice da grande lavoura cafeeira (BORGES MARTINS & MARTINS FILHO, 1984, p. 144). Os autores concluem o novo artigo afirmando que “o debate sobre o sistema escravo de Minas Gerais ou, em um sentido mais amplo, sobre a natureza da

²⁴ O “Recenseamento da População do Império do Brasil”, realizado em 1872, foi o primeiro e único recenseamento geral brasileiro produzido no Império cobrindo todo o território nacional. O documento está disponível em <<https://goo.gl/CEHFpZ>>, último acesso em 20.out.2018)

²⁵ FURTADO, 2003, p. 242

escravidão fora das plantations está apenas começando" (BORGES MARTINS & MARTINS FILHO, 1984, p. 145, tradução nossa).

Retomando os temas de Borges Martins e Martins Filho, Laird Bergad (2004) se baseou em mais de 10.000 levantamentos sobre mais de 110.000 escravos para abordar a relação entre os ciclos econômicos e os padrões demográficos, demonstrando como a população cativa de Minas Gerais cresceu após o declínio minerador.

Para Stuart Schwartz, a expansão da economia escravocrata exportadora foi acompanhada por uma ampliação do mercado interno de gêneros alimentícios fornecidos por produtores, grandes e pequenos, que recorriam à mão de obra escrava em suas roças entre os séculos XVIII e XIX (SCHWARTZ, 2001, p. 123). Em paralelo, o crescimento das zonas urbanas gerou mercados internos que exigiam abastecimento proveniente da economia rural e dos comércios internacionais e coloniais.

Schwartz aponta a dependência da escravidão como aspecto fundamental da sociedade e da economia brasileiras. Com o impulsionamento da atividade agrícola após o declínio da mineração, observa-se também um aumento no tráfico atlântico de escravos, com um novo auge da escravidão, entre 1780 e 1830.

Estudiosos contemporâneos como Dale Tomich têm se dedicado a estudar esse segundo ciclo da escravidão. No final do século XVIII, a escravidão em áreas não-açucareiras, como as regiões mineiras brasileiras, estava decadente. Entretanto, no século XIX, antes da onda abolicionista encerrar tanto o tráfico como a escravidão, a instituição viu um novo auge nas áreas relativamente atrasadas, como América do Norte, Cuba e Brasil, para atender às demandas crescentes por algodão, café e açúcar.

A demanda de algodão, café e açúcar atingiu proporções sem precedentes durante o século XIX, e a produção dessas safras revitalizou a escravidão em Cuba, nos Estados Unidos e no Brasil como parte dessa emergente divisão capitalista internacional do trabalho. (TOMICH, 2011, p. 89)

Tal teoria vai ao encontro do que diz Schwartz, que vê no uso crescente de escravos na produção de alimentos um sinal da progressiva capitalização da agricultura de subsistência. Para ele, a agricultura de subsistência e a de exportação estavam ligadas como “duas faces da mesma moeda” (SCHWARTZ, 2001, p. 125).

Nas cidades, as chances eram de 50-50 que um indivíduo livre vivesse em uma casa com um escravo. Nas áreas rurais, o alcance era mais amplo, dependendo da economia local, passando de cerca de 25% das

famílias em São Paulo para mais de 90% em algumas paróquias do Nordeste (SCHWARTZ, 1982, p. 79, tradução nossa).

A demografia histórica brasileira vem se revelando um vasto campo de estudo para os historiadores desde o trabalho precursor de Maria Luíza Marcílio²⁶, que explorou de modo sistemático os registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos de São Paulo, bem como arrolamentos populacionais antigos. Outro trabalho fundamental de Marcílio é sua tese de Livre-Docência, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*, apresentada em 1974, em que usou as listas nominativas como fonte de pesquisa sobre a capitania.

É a partir daí que se abre espaço para a realização de estudos sobre a demografia da escravidão. “A contribuição da demografia histórica para o estudo da população escrava brasileira foi da maior importância, pois foi possível realizar as mesmas análises que se procediam para a população livre” (SCOTT, 1998, p. 305).

Segundo Canabrava, a posse de escravos era o grande diferenciador social, dando a medida da riqueza. Scott, ao analisar as posses dos grandes proprietários de escravos de São Paulo e suas estratégias de acumulação, observou que a maioria dos indivíduos começou com poucos recursos, inclusive em relação a escravos, até ascender socialmente (SCOTT, 1995, p. 135).

Dentre os estudos que investigam a participação do escravo em pequenas unidades, Francisco Vidal Luna foi o primeiro a estudar, em 1981, a distribuição de escravos em relação aos proprietários, e não por domicílios. A partir deste recorte, o autor demonstrou que, na região mineradora, os proprietários de poucos escravos eram maioria e possuíam parcela significativa do total da escravaria. Os trabalhos que se seguiram à obra de Luna implicaram uma revisão na historiografia tradicional sobre a distribuição da propriedade escrava.

Em trabalho posterior, ao estudar 25 localidades paulistas, dentre as quais Atibaia, antes da intensificação da cafeicultura, Luna aponta que, considerada uma região pobre comparativamente às áreas mais importantes do Brasil, São Paulo concentrava “uma população escrava considerável, a maioria nascida no Brasil” (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 94).

Uma das localidades estudada por Luna, Atibaia fazia parte da região da capital, marcada pela produção de alimentos e aguardente. Era ali também que se encontrava o maior

²⁶ *A Cidade de São Paulo – Povoamento e População (1750-1820)*, tese de doutoramento defendida na Sorbonne em 1967 e que teve primeira edição em português em 1973, marca a introdução da demografia histórica no Brasil.

equilíbrio quantitativo entre os sexos dos escravos, o que foi interpretado por ele como um sinal de reprodução natural da população cativa.

Ao considerarem dez localidades paulistas em 1804, Luna e Costa, em artigo de 1983, dedicam-se à análise da estrutura da posse de escravos e observam que o perfil de distribuição de cativos não era muito diferente do que se via e outras regiões, com os pequenos proprietários de escravos sendo a maioria.

Os estudos sobre a demografia escrava também permitiram a realização de pesquisas sobre as formas de vida dos cativos. José Flávio Motta (1990) combinou o estudo da estrutura da posse de escravos com uma pesquisa sobre a família escrava em Bananal nos primeiros anos do século XIX. Com relação à população cativa, observou a elevação contínua de sua participação conforme se consolidava a cafeicultura na região.

Robert Slenes documentou a presença da família escrava nas grandes fazendas e propriedades medianas na região sudeste desde o final do século XVIII em seu importante trabalho de 1999. Cristiany Miranda Rocha acompanha quase um século de existência de uma família de proprietários de escravos na cidade de Campinas em sua dissertação de mestrado, também de 1999. A partir da análise quantitativa de uma série de documentos, a autora acompanha a evolução de algumas famílias escravas e consegue desfazer a ideia de que a escravidão foi responsável por tirar dos negros a noção de vida em família.

Ainda restam aspectos a serem estudados mais profundamente sobre a população cativa no Brasil, principalmente no que diz respeito ao uso do escravo fora das grandes propriedades de lavoura monocultora.

Trabalhos nesse sentido buscam esclarecer como era composta a população ligada ao abastecimento interno. Analisando a demografia escrava em uma região de povoados dedicados à pecuária e à agricultura de pequena escala no Paraná, Gutiérrez mostra um significativo equilíbrio entre os sexos nas primeiras décadas do século XIX. Tal dado, associado à baixa média de idade da população cativa e à grande concentração de crianças escravas, revela um cenário semelhante ao da população livre, sugerindo um peso decisivo na reprodução natural para o crescimento da população escrava (GUTIÉRREZ, 1987, p. 298).

Importante contingente escravo voltou-se à agricultura de subsistência e à produção de artigos destinados a mercados locais. É o caso dos escravos paranaenses, cujo perfil demográfico (...) difere grandemente daquele encontrado nas áreas exportadoras. (GUTIÉRREZ, 1987, p. 313)

Em estudo posterior, de 2006, Guitérrez afirma que a presença da mão de obra escrava representava um divisor de águas na produtividade, mesmo em uma economia pouco escravizada, como a do Paraná.

Nas economias de subsistência destinadas aos mercados internos, ou ao consumo próprio, a organização do trabalho mostrou matizes mais variados, conjugando-se à policultura, à apropriação de menores extensões de terras e a modos de acesso a ela mais informais. O escravo, no entanto, definiu também aqui o ponto de inflexão a partir do qual era impossível crescer produtivamente sem contar com o seu concurso, nem aceder a terras devolutas através da solicitação de sesmarias, possibilitando-se assim a ampliação das áreas destinadas à lavoura ou à criação. (GUTIÉRREZ, 2006, p. 100)

O autor destaca ainda a importância da posse de escravos como fator de estratificação social. Ao cruzar as informações das listas nominativas de 1817 com os dados do Inventário de Bens Rústicos de 1818, Guitérrez encontrou uma discrepância entre o volume de escravos: no inventário, foram contabilizados 2.345 escravos, enquanto as listas apresentam 5.174 cativos. Para o autor, a explicação mais pertinente para tal diferença é a existência de donos de escravos sem terras, indicando um peso mais importante para a posse de escravos que a de terras no patrimônio. “A obtenção de mão de obra adicional cativa significava abrir efetivamente as portas de ingresso à economia mercantil com produção dirigida ao mercado” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 110).

Bacellar, no entanto, mostra que os pequenos proprietários, especialmente aqueles que tinham apenas um cativo, davam preferência a escravas mulheres, devido ao menor custo no mercado. “A presença de um escravo criava uma realidade ainda pouco conhecida, aquele em que o senhor e o cativo dividiam a mesma casa e o mesmo trabalho, sem maior diferenciação” (BACELLAR, 2000, p.251).

Sendo a grande lavoura possuidora de grandes plantéis um universo bastante conhecido e estudado pela historiografia brasileira, cabe investigar e expandir os conhecimentos sobre os pequenos proprietários de escravos. Esperamos que este trabalho contribua para este aprendizado.

2. Atibaia, um pequeno celeiro colonial

“Ouviste dos bandeirantes/ O tropel das cavalgadas!... /Freando indóceis corcéis/ Em heroicas arrancadas!” É com essas palavras de exaltação que o hino de Atibaia faz referência direta ao mito do bandeirante paulista, cuja força teria sido responsável pela fundação da cidade. Situada em uma colina banhada pelo rio de mesmo nome, a 60 quilômetros da cidade de São Paulo, Atibaia²⁷ teve sua ocupação iniciada no século XVII como resultado das ações de desbravamento do sertão pelos paulistas. Credita-se a Jerônimo de Camargo a fundação do núcleo originário do povoamento. Entre os anos 1653 e 1660, o sertanista teria construído a fazenda São João em terras às margens do rio Atibaia²⁸, fazendo da região um ponto de parada oportuno para quem saía de São Paulo rumo ao interior.

A história da família Camargo, que viria a se tornar uma das mais ricas de São Paulo, começa com a chegada à vila de São Paulo de Piratininga do sevilhano Jusepe, no final do século XVI, onde se casou com Leonor Domingues, descendente de João Ramalho. Em 1611, ele tornou-se juiz ordinário²⁹, confirmando um papel importante na sociedade local. Seus descendentes, incluindo Jerônimo, seu oitavo filho, foram responsáveis por repetidas entradas no sertão para o apresamento de nativos, o que lhes garantiu riqueza e influência local. A família pertencia à elite colonial e participava ativamente do poder local.

De acordo com Funchal, a historiografia recente sobre a ação política das câmaras coloniais tem se dedicado a estudar pontos como a oligarquização do poder municipal, a distinção social obtida pelo acesso a cargos públicos e a inserção de negociantes em postos controlados pela chamada nobreza da terra. No Brasil, essa nobreza não era necessariamente ligada a títulos vindos de Portugal, mas correspondia à geração dos primeiros conquistadores, também conhecidos como “homens bons”³⁰.

E como era composto o funcionalismo municipal? Basicamente, a câmara possuía dois níveis de cargos. O primeiro correspondia ao

²⁷ O município paulista de Atibaia situa-se a 66 quilômetros da capital do Estado, a 46°32'29" de longitude oeste e 23°06'50" de latitude sul. De acordo com o censo de 2010, a população é de 126.603 habitantes e a área territorial total chega a 478,517 km², além de taxa de urbanização de 91%. Com altitude média em torno de 800 metros, Atibaia faz limite ao norte com Bragança Paulista, a sul com Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã, a leste com Piracaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista e a oeste com Jarinu e Campo Limpo Paulista.

²⁸ SILVEIRA, 1950, p. 85

²⁹ “Os oficiais camarários não necessariamente eram nobres conforme o estamento do Antigo Regime, ou seja, por derivação sanguínea. Alguns oficiais, embora tivessem nascimento humilde, conseguiram cargos honrosos em algumas câmaras devido às ações valorosas e/ou ao seu próprio patrimônio, distinguindo-se, portanto, da antiga nobreza herdada do sangue”, in FUNCHAL, 2016, p. 91

³⁰ *idem*, p. 91

grupo dos oficiais eleitos: dois juízes ordinários, que nem sempre tinham formação em Direito, de três a quatro vereadores e um procurador encarregado das finanças. Eles não eram remunerados, porém possuíam certo grau de prestígio pelo exercício da função e tinham o poder de voto, o que por si só já era um símbolo de distinção social. Já o segundo era composto pelos cargos por indicação, tais como: o juiz dos órfãos, de vintena e o almotacé. Os seus titulares eram escolhidos pelos integrantes do primeiro escalão, não podiam votar, porém, recebiam remuneração. (FUNCHAL, 2016, p. 92)

A participação da família Camargo na política de São Paulo se inicia com o próprio patriarca exercendo o cargo de juiz ordinário. Seus herdeiros mantiveram forte participação nos conselhos, com cargos como almotacé (José Ortiz de Camargo, em 1629 e 1633; Fernando de Camargo em 1636), vereador (Fernando de Camargo em 1635) e juiz ordinário (Fernando de Camargo em 1653). Os dois irmãos lideraram a disputa dos Camargos contra os Pires, estes conduzidos por João Pires e seu genro, Francisco Nunes de Siqueira³¹. A discórdia entre os grupos que disputavam o poder político-econômico na vila de São Paulo só foi resolvida após intervenção do governo-geral, através de uma ordem real passada pelo conde de Autogüia determinando que:

(...) daqui em diante sirvam na Câmara da dita vila, tanto oficiais de um bando como do outro, para que com esta igualdade cessem as inquietações. (...) Pondo em cada ano no primeiro um juiz e dois vereadores Pires, um juiz, um vereador e o procurador do concelho Camargo; no segundo um juiz e dois vereadores Camargos, e um juiz, e um vereador, e o procurador do concelho Pires; e no terceiro um juiz, e um vereador Pires, um juiz e um vereador Camargo, e um vereador e o procurador do concelho neutral; e nesta forma se farão três pelouros e os meterão em um saco, e dele tirarão por sorte um para cada ano. (Provisão do conde de Autogüia, 28/12/1655, DI, v. 73, p. 70³²)

Descendiam dessas duas famílias os homens que se tornaram as lideranças de Atibaia quando foi elevada a vila. De acordo com a *Genealogia Paulistana*, de Silva Leme, Lucas de Siqueira Franco, batizado em 1710 na própria vila, foi seu primeiro capitão-mor e era casado

³¹ SILVA LEME, v.1, 1903-1905, p. 179

³² Cópia do alvará porque Sua Majestade que Deus Guarde faz mercê de conceder as duas famílias de Pires e Camargos de servirem na câmara da cidade de São Paulo. DI, v. 73, p.70

com uma bisneta de Jusepe, Izabel de Silveira de Camargo³³. Por sua vez, Lucas era relacionado ao português e patriarca dos Pires, Salvador Pires, natural do Porto e um dos primeiros povoadores de São Vicente, onde chegou em 1531³⁴.

Desta forma, temos em Atibaia famílias pertencentes ao que podemos chamar nobreza colonial, uma vez que eram indivíduos de prestígio com distinção política e social. Naturalmente, essas famílias confirmaram-se como as mais ricas da região.

Lucas de Siqueira Franco, neto do primeiro capitão-mor, aparece como um grande senhor de escravos para os padrões de Atibaia nos 4 anos aqui analisados, tendo declarado a posse de 53, 42, 42 e 47 cativos nos anos aqui analisados. Em 1810, 1815 e 1820, Lucas aparece como sargento-mor e seu tio, José de Siqueira Franco, como capitão-mor de Atibaia. Em 1825, após a morte de José, Lucas aparece no posto de capitão-mor.

Ignacio Franco de Camargo, arrolado como capitão de ordenanças entre 1810 e 1825, descendia dos Lemes, família fidalga portuguesa que se estabeleceu em São Vicente em meados do século XVI e, após enriquecerem com engenhos de açúcar no litoral, seguiram para São Paulo³⁵. Esses três indivíduos são exemplo de presença da nobreza da terra em Atibaia, cujos laços com as instituições governamentais vinham deste o início da colonização e explicam sua preponderância econômica e política na região aqui analisada.

As primeiras referências à região de Atibaia e ao rio de mesmo nome surgem em cartas de sesmarias e inventários do século XVII, sem, entretanto, menção exata ao planalto onde se firmou o vilarejo. Em sua *História de Atibaia*, Silveira³⁶ afirma não haver citação precisa a Atibaia ou ao local da fazenda de Jerônimo Camargo nas cartas de sesmaria mais antigas da então capitania de São Vicente³⁷. No entanto, alguns documentos apontam acidentes

³³ SILVA LEME, v.2, 1903-1905, p. 48

³⁴ Em segundas núpcias, Salvador casou-se com Mécia Rodrigues, neta da índia Antonia Rodrigues, que fora batizada pelo padre Anchieta. Desse casamento, nasceram Anna Pires e João Pires, além de outros 6 filhos. Anna casou-se com Francisco Siqueira e teve Mécia de Siqueira, mãe de Maria Vidal. Essa, por sua vez, casou-se como português João de Siqueira Ferrão, com quem teve o capitão Ignácio de Siqueira Ferrão, pai de Lucas de Siqueira Franco. SILVA LEME, v.2, 1903-1905, pp. 48-91

³⁵ *idem*, pp. 179-229

³⁶ Nascido em 1891, Waldomiro Franco da Silveira foi um genealogista que se dedicou a escrever a memória de Atibaia nos anos 1950. Seu trabalho, apesar de abundante em elogios e exaltações aos fundadores e homens influentes de Atibaia, reúne uma vasta pesquisa em documentações como cartas de sesmarias, correspondências e inventários. Usado com a devida contextualização, foi uma fonte importante para este trabalho.

³⁷ Em 1710, a Coroa decidiu juntar as antigas capitanias de São Vicente e Santo Amaro, criando a capitania de São Paulo, cuja extensão abrangia os territórios dos atuais estados de Mato Grosso e Tocantins, ao norte, Minas Gerais e São Paulo, limitando-se ao sul e ao oeste pelas terras espanholas (atuais estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul)

geográficos da região, como o rio Juqueri e a serra da Cantareira, podendo indicar a localização do povoado inicial³⁸.

A primeira alusão à região de “Ibiatibaia”, termo que teria dado origem à palavra Atibaia, é de 1638, sendo possível deduzir que os primeiros exploradores tiveram contato com a região naquela década. Tal referência aparece em uma carta de sesmária de 12 de janeiro de 1638 concedida aos irmãos Manoel Garcia e Garcia Rodrigues Velho por Antonio de Aguiar Barriga, capitão-mor agindo em nome do governador de São Vicente Álvaro Pires de Castro e Sousa, o conde de Monsanto. O pedido detalhava a localização das terras desejadas como a partir do rio Juqueri até “um rio que se chama Ibiatibaia”³⁹.

Apesar disso, não é possível afirmar com certeza que tal sesmária citando o rio Atibaia se localizava onde hoje se encontra a cidade, uma vez que este curso d’água “começa na Serra do Mato Mole, passa por Nazaré, atravessa o município todo de Atibaia, e entra no de Campinas em grande extensão, sempre conservando o nome” (SILVEIRA, 1950, p. 92).

Durante o período colonial, a ocupação da terra muitas vezes acontecia sem a busca pela legalização da posse e, não raro, se dava antes mesmo da liberação por meio das cartas de sesmária. Acreditamos que este tenha sido o caso da fundação de Atibaia. Tendo encontrado terras no sertão paulista onde achou por bem se estabelecer, Jerônimo de Camargo não teria solicitado a liberação da Coroa para ali instalar-se. Ao analisar em detalhe documentos citando o rio Juqueri, Silveira constata que a maioria dos desbravadores tomava posse das terras dessa mesma maneira: “Comparativamente à extensão territorial da região estudada, poucas, mui poucas, são as datas legais por meio de cartas de sesmária” (SILVEIRA, 1950, p. 89), o que pode explicar a ausência de referências em cartas de sesmárias ao planalto onde Jerônimo de Camargo ergueu seu primeiro sítio.

Outros indícios sobre os primórdios de Atibaia podem ser encontrados em inventários do século XVII, nas referências a terras nos campos de Juqueri e também ao bairro de Cajossara. O inventário de Miguel Garcia Velho, falecido em 1654, por exemplo, “refere a uma légua de terras na paragem chamada Guatibaia onde tem algum gentio da terra” (SILVEIRA, 1950, p. 92).

A indicação mais precisa a Atibaia surge no termo de vereança datado de 3 de julho de 1665 em que a Câmara de São Paulo recebe a declaração do padre Mateus Nunes de Siqueira sobre ter descido, ou seja, trazido do mato, com seus próprios recursos financeiros uma quantidade expressiva de índios guarulhos. Segundo o documento, o padre afirma ter trabalhado

³⁸ SILVEIRA, 1950, p. 85

³⁹ Carta de Sesmária datada de 12 de janeiro de 1638, vol.1, p. 374 *apud* SILVEIRA, 1950, p. 87

ansiosamente tendo como única motivação seu fervor cristão, que o gentio estava “em povoado e termo desta vila na paragem chamada Atubaia” e que os entregava para ali formarem aldeia e servirem ao reino⁴⁰. Um renomado sertanista de seu tempo, o padre fez parte de diversas incursões pelo interior da colônia chegando a ser convidado, em 1677, a combater índios anaiós no sertão do rio São Francisco⁴¹.

Na descrição de Silveira, típica da historiografia exaltadora do bandeirismo paulista, o encontro do padre Siqueira com Jerônimo de Camargo teria acontecido de forma heroica e amistosa, enaltecendo o papel decisivo de ambos na história da cidade. O autor, no entanto, não informa suas fontes para descrever a atitude de Camargo como hospitaleira e acolhedora:

Um encontro fortuito põe o padre Mateus em presença de seu velho amigo Jerônimo de Camargo; este, hospitaleiro e acolhedor, oferece descanso em sua fazenda; o convite é aceito com prazer. A bandeira galga o planalto, arranchando nas proximidades da fazenda São João. (SILVEIRA, 1950, p. 112)

Silveira conclui que o povoado citado na ata da Câmara de 1665 só poderia se referir à fazenda de Jerônimo de Camargo, “pois não há notícia nem pela tradição, nem por papéis oficiais, de qualquer outro em região próxima ao rio desse nome” (SILVEIRA, 1950, p. 112). Ele até mesmo propõe um motivo para o nome do sertanista ter sido ocultado do documento:

Dissesse o padre estar a sua conquista orçada por algumas centenas de índios, alojada na fazenda de um Camargo, e logo surgiriam as vozes da oposição exigindo fosse o gentio alojado nos aldeamentos de Sua Majestade, como era de direito; era esse e só esse o motivo do seu silêncio. (SILVEIRA, 1950, p. 113)

A explicação do autor se baseia na histórica disputa entre as famílias Camargo e Pires, que disputavam o poder político-econômico na vila de São Paulo. Tal rivalidade era tão famosa que Taunay chegou a compará-la à dos Montéquios e Capuletos da tragédia “Romeu e Julieta”:

Logo depois encetou-se em São Paulo longo período em que a vila ensanguentou uma série de acontecimentos perduradores dum lapso de vinte anos. São os fatos compreendidos no que se chama o conflito entre os Pires e os Camargos, do nome de duas grandes famílias cuja inconciliabilidade redundou em verdadeira guerra civil, à semelhança das lutas municipais assoladoras das cidades italianas medievais e das quais a mais conhecida é a dos Capuletti e Montecchi de Verona, por

⁴⁰ *Actas da Camara da villa de S. Paulo, 03/07/1665*

⁴¹ TAUNAY, 1951, p. 109

Shakespeare imortalizada. O truncamento, a ausência da documentação não nos permite redigir a narrativa da longa sequência de fatos violentos e sobremaneira obscuros. (TAUNAY, 2004, p. 51)

A concorrência entre as famílias por colocações no poder local e nas instituições coloniais só foi resolvida após um acordo feito pelo conde de Atouguia em 1655, dividindo cargos entre as duas linhagens. “Sintomaticamente, este acordo foi renovado em 1674, em 1688 e seria novamente sancionado, em 1722, por d. João V, por petição dos ‘homens bons’ da capital” (BLAJ, 2002, p. 328).

Ao analisar a lista dos contribuintes do Donativo Real entre 1679-1682, John Monteiro mostra Jerônimo de Camargo como maior contribuinte e chega à conclusão de que os Camargo se tornaram, junto com os Bueno (do bairro da Ribeira em Antonio Bueno), a família dominante de São Paulo na segunda metade do século XVII⁴².

Eventualmente, no século XVIII, os herdeiros de Camargo obtiveram títulos de sesmarias para legalizar as terras da família:

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que havendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer Antonio do Prado da Cunha e seu filho João do Prado Batista [Camargo – DOMR] moradores na vila de São Paulo, que no termo dela no bairro de Guatibaia, freguesia de São João, na paragem denominada Cogoassu da outra banda do dito rio Guatibaia está uma légua de terras de testada com o sertão que lhe pertence em que eles suplicantes tem suas lavras e casas de vivenda nas quais lavrou e cultivou seu sogro e avô Jerônimo de Camargo há mais de quarenta anos sem impedimento nem contradição de pessoa alguma e por seu falecimento as logram e possuem eles suplicantes. Dada a passada na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em os dez dias do mês de julho de mil setecentos e sete. (apud MARTINS, 1940, pp. 36-37)

A partir da análise desses documentos, Silveira conclui que o fundador de Atibaia radicou-se no planalto da região em 1653 e expandiu suas posses pelo sertão rio abaixo, “lançando aí os fundamentos de outro estabelecimento agrícola, sem, contudo, abandonar o planalto onde se localizara primitivamente, e onde construiu a primeira igreja” (SILVEIRA, 1950, p. 95). John Monteiro se refere a Camargo como chefe de uma expedição que penetrou o sertão de Minas Gerais em busca de nativos para serem escravizados que, pouco depois, teria

⁴² MONTEIRO, 1994, p. 200

estabelecido uma “próspera propriedade em Atibaia, com seiscentos índios e uma elaborada capela” (MONTEIRO, 1994, p. 82).

A capela, dedicada a São João Batista, é erguida em 24 de junho de 1665, data aceita atualmente como de fundação do município. Em 1679, a igreja recebe o título de capela curada, um passo importante para o desenvolvimento de qualquer lugarejo no Brasil colonial, quando o estabelecimento de povoados acontecia inicialmente pela legitimação de sua igreja, mediante tal título. “A elevação de uma comunidade ao estatuto de capela curada significava a ascensão de uma região inóspita a núcleo reconhecido pela Igreja” (BUENO, 2009, p. 252). Em uma realidade em que a rede eclesiástica precedia a civil, isso significava que a região passava a dispor de acesso aos sacramentos, o que trazia a possibilidade dos registros de nascimento, matrimônio e óbito.

A fundação de povoados no interior do atual estado de São Paulo está diretamente ligada ao contexto econômico-social da capitania. Monteiro vincula a expansão do povoamento paulista, que levou à criação de vilarejos, à busca de mão de obra e destaca que os participantes dessas expedições,

(...)tais como Francisco Cubas Preto, Baltasar da Veiga, Salvador de Oliveira, Antonio Bueno e Bartolomeu Fernandes Faria, assentaram-se, igualmente, nas boas terras situadas entre os rios Juqueri e Atibaia, cada qual com plantéis com mais de cem índios. Essas prodigiosas posses de cativos, na verdade as últimas em São Paulo de alguma expressão até a expansão açucareira do final do século XVIII, formaram a base dos bairros rurais de Atibaia, Votorantim e Antonio Bueno (ou Juqueri). (MONTEIRO, 1994, p. 82)

Com seu estudo sobre a mercantilização paulista entre 1681-1721, Ilana Blaj desconstrói o mito da “raça de gigantes”, difundido pela historiografia paulista até meados do século XX para moldar a imagem de São Paulo como líder do progresso brasileiro, a “locomotiva da nação”. Para isso, Blaj desmonta a imagem reforçada por autores como Taunay, de que a São Paulo, isolada geograficamente, precisou desenvolver-se de forma a abastecer-se por conta própria, “produzindo cereais em grande escala – sobretudo trigo, milho e feijão – algodão, lã, um pouco de açúcar, marmelos” (TAUNAY, 2004, p. 95).

Maria Luiza Marcílio também contribuiu para reduzir a ideia do isolamento, colocando em destaque o comércio interno da capitania, que se articulava com outras regiões da colônia, além de mostrar, através da análise demográfica, que a São Paulo do século XVIII não passou

por uma decadência, mas por uma contínua expansão, tendo experimentado um forte crescimento populacional⁴³.

Em estudo anterior sobre o povoamento da cidade de São Paulo, Marcílio já havia demonstrado a relação simbiótica entre a vila e seu vasto território, composto por bairros rurais que acabaram se expandindo e dando origem a outras vilas, como foi o caso de Atibaia. “Com o crescimento, o centro urbano concentrava-se sobre si mesmo, enquanto que suas zonas extremas ‘supérfluas’ davam nascimento a outras vilas com existência própria” (MARCÍLIO, 2014, p. 19).

Marcílio demonstra como, nas primeiras décadas do século XVIII, a vila⁴⁴ de São Paulo era um centro comercial articulando-se com bairros rurais e outras vilas, assumindo uma função mercantil importante. Com isso, a produção de gêneros agrícolas concentrou-se no entorno da cidade, como mostra Canabrava:

Somente nas terras em torno à Capital, as fruteiras variadas, os plantios de cana-de-açúcar para aguardente, as pequenas roças de milho, de feijão, de mandioca, as grandes árvores algodojeiras, formam um cinturão de área verde e acolhedora descrita por vários viajantes.
(CANABRAVA, 1972-b, p.83)

Situada entre São Paulo e os caminhos para as regiões mineradoras e o sertão cujo desbravamento se intensificou às vésperas do século XVIII, Atibaia fazia parte de um verdadeiro cinturão ao redor da vila de São Paulo, termo usado por Canabrava ao se referir a freguesias da segunda metade dos setecentos que gravitavam ao redor do núcleo urbano:

Em 1766 (...) distinguía-se a imensa jurisdição da vila de São Paulo, em área que alcançava quase 80 km no seu maior percurso. Compreendia as freguesias de Santo Amaro, Cotia, Guarulhos, Juqueri, Nazaré, Atibaia e Jaguari; gravitavam na órbita do aglomerado paulistano, que possuía apenas 1.516 habitantes.
(CANABRAVA, 1972-a, p.97)

A particularidade da capitania, que funcionava com dinâmica própria muito diferente do que acontecia no Nordeste produtor de açúcar, se repetiu também nos movimentos da população paulista. Sérgio Buarque de Holanda afirma que a expansão do povoamento na região durante o século XVII se deu de maneira única na América portuguesa:

Partindo de seu núcleo originário, em geral a própria vila de S. Paulo, e sem contar com o poderoso influxo de fora, chega ela a cobrir grande

⁴³ MARCÍLIO, 2000.

⁴⁴ São Paulo foi elevada à categoria de cidade em 11 de julho de 1711.

porção do espaço utilizável das redondezas, de sorte a formar, terra adentro, um rosário de sítios urbanos que servem para marcar a paulatina ocupação do solo. (HOLANDA, 1966, p. 55)

Diferentemente das unidades latifundiárias voltadas para a produção de açúcar no Nordeste, em São Paulo se destacaram, até meados do século XIX, as pequenas propriedades produtoras de itens básicos para o abastecimento da colônia.

As povoações rurais do entorno de São Paulo não constituíam latifúndios, mas fazendas modestas, como as de Atibaia, considerada por Canabrava um celeiro por ser importante fornecedora de gêneros essenciais à alimentação, especialmente milho, feijão e toucinho.

A lavoura é a atividade na qual se ocupa a maioria dos que habitam a capitania de São Paulo. Em parte, é a lavoura de subsistência, cuja função é abastecer os núcleos urbanos. Contudo, esta é uma função exercida apenas pelos lavradores estabelecidos nos sítios e fazendas de gado, e nela se distinguia o povoado de Atibaia; com seu grande número de pequenos lavradores, apontavam-na como celeiro da população paulistana. (CANABRAVA, 1972-a, p. 103)

Entretanto, comparando o volume da produção de Atibaia com a quantidade comercializada, tema sobre o qual nos aprofundaremos no capítulo 4, é possível concluir que apenas uma pequena parte chegava ao mercado, uma vez que a produção era quase integralmente consumida localmente, diminuindo assim o peso de sua caracterização como “celeiro da população paulistana”.

Em 1765, a capitania de São Paulo foi restaurada como unidade autônoma após dezessete anos subordinada ao governo do Rio de Janeiro. D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, foi nomeado governador e implementou medidas para revitalizar economicamente a região, após a decadência do ouro, e organizar a defesa colonial, especialmente no Sul e no Oeste. Ao tomar posse, D. Luís anuncia que se dedicará à expansão territorial, à urbanização e à recuperação econômica⁴⁵ de São Paulo, seguindo orientações do Marquês de Pombal.

A organização de uma produção agrícola rentável vinha de uma necessidade econômica e a Metrópole considerava São Paulo uma área virgem com possibilidades de ampliação de tal exploração. Outra preocupação pombalina era a proteção do território da colônia. O governo português temia o avanço dos castelhanos, bem como dos jesuítas, no sul da colônia e via em

⁴⁵ Quando Portugal inclui a recuperação da economia local nos objetivos de D. Luís, trata-se de uma referência à volta de produção de riquezas após a decadência da mineração, não havendo a suposição de que São Paulo passava por uma decadência, como alguns historiadores afirmam, opinião da qual discordamos.

São Paulo o papel de barreira entre os inimigos ibéricos e a região das minas e o Rio de Janeiro (BELLOTTO, 2007, p. 60). Neste contexto, a militarização e a fundação de vilas foram o resultado direto no dia a dia da população paulista.

A restauração da capitania de São Paulo também veio reafirmar diretrizes mais gerais do governo pombalino, no sentido de combater os espanhóis, perseguir os jesuítas, promover a efetiva assimilação dos indígenas, reativar a economia e, em última instância, fortalecer o poder central. Na nova agenda imposta pela Coroa portuguesa a São Paulo, a criação de vilas foi instrumento político-administrativo básico de intervenção no território. (DERNTL, 2012, p. 111)

Novas vilas e povoações no interior foram criadas com o objetivo de garantir a ocupação e a defesa do território em paralelo à busca por uma nova fonte de renda independente do ouro das Minas Gerais. Nos dez anos de seu governo, o Morgado de Mateus promoveu a elevação de dez vilas, dentre elas Atibaia em 1769. Menos de 30 anos depois, em 1797, a freguesia de Jaguari é desmembrada de Atibaia, dando origem à vila de Nova Bragança. De acordo com uma portaria assinada por D. Luís,

[...] era muito conveniente ao seu Real Serviço que nesta Capitania se erigissem Villas aquelas Povoações que fossem mais próprias para o dito efeito, e porque huma das mais que se distinguem em os requisitos necessários para receberem a honra do nome de Villa hé a Povoação de S. João de Atibaya. (SILVEIRA, 1950, p. 184)

Como principais produtos cultivados em Atibaia, encontramos milho e feijão. A análise dos mapas de comércio, como são chamadas as tabelas que resumem as informações sobre a produção de cada localidade nos Maços de População, mostra que a lavoura servia prioritariamente para o abastecimento local e, seus excedentes, para o comércio com outras regiões, em especial São Paulo e Santos.

2.1. A posse da terra

Apesar de a legislação portuguesa na colônia determinar a posse de terras a partir da concessão de sesmarias, a tomada irregular do solo era recorrente através da instalação de agricultores em terras desocupadas. Da mesma forma como os herdeiros de Jerônimo de

Camargo alegaram a posse da terra ao solicitar o título da mesma, nos setecentos, era prática comum informar a posse antiga ao requerer a legalização⁴⁶.

No Inventário de Bens Rústicos, um registro realizado em São Paulo em 1818 contabilizando toda as propriedades rurais da capitania, 76 dos 221 proprietários de Atibaia afirmam possuir títulos de suas propriedades. Mesmo sendo baseado em depoimentos orais, o documento pode ser considerado bastante fidedigno, levando-se em consideração que os proprietários tinham interesse em oficializar suas posses:

Não havia nenhum sesmeiro na Atibaia de 1818, assim como não foi declarada nenhuma propriedade adquirida exclusivamente por posse. Há que notar, no entanto, que estamos analisando um período muito posterior à chegada dos primeiros povoadores. (REIS, 2010, p. 403)

Dentre as formas de apropriação da terra em Atibaia citadas no documento de 1818, as compras aparecem em primeiro lugar. São 98 os proprietários que adquiriram suas terras por compra, como é o caso do capitão-mor José de Siqueira Franco:

(...) morador nesta vila de São João Batista de Atibaia tem um sítio no Bairro do Rio Abaixo, termo desta mesma vila, e possui por compra, e tem títulos delas. (AESP, Inventário de Bens Rústicos de Atibaia)

Além da compra, outra forma de acesso à propriedade muito frequente era através da herança. Em Atibaia, foram arroladas 53 propriedades nessa situação, como a do capitão Francisco Bueno de Aguiar:

(...) tem um sítio, terras que têm de largura um quarto de légua, de comprimento meia légua, tudo regula mais ou menos entre cultivados divide-se com o capitão Jerônimo de Godois Mor.a, com D. Maria Leite, com João Peçanha e com o capitão Joaquim de Siqueira, houve por herança de seus pais, reside nelas com vinte escravos de dez anos para cima empregados na cultura. (AESP, Inventário de Bens Rústicos de Atibaia)

Aconteciam ainda combinações entre duas ou mais formas (compra e herança, compra e doação, etc.). Ao estudar o documento, Canabrava divide a capitania de São Paulo em sete regiões: Grande São Paulo, Periferia do Grande São Paulo, Região açucareira, Região da pecuária, Vale do Paraíba, Litoral Centro-Norte e Litoral Sul. De acordo com essa divisão, Atibaia fica na chamada periferia, descrita como uma área típica de subsistência, com produtos como feijão, milho, toucinho, aguardente, tecidos de algodão e farinha de mandioca sendo

⁴⁶ REIS, 2010, p. 361

vendidos no mercado paulistano. “Estes produtos constituíam cerca de 95% do valor da exportação global das vilas de Atibaia e Bragança” (CANABRAVA 1972-b, p. 85).

Tabela 1: Lista de indivíduos com mais de uma propriedade em Atibaia (1818) ⁴⁷		
Proprietários	Tamanho da propriedade (alqueire paulista)	Área total
Jerônimo de Godois Moreira	168,8	843,8
	675	
Nicolau Soares de Pugas Duque	0,3	646,7
	8,0	
	30,0	
	30,0	
	56,3	
	56,3	
	56,3	
	72,0	
	112,5	
225,0		
Francisco Cordeiro do Amaral	112,5	442,5
	330	
Felix Manuel Cintra	72	297
	225	
José Soares de Oliveira	112,5	281,3
	168,8	
Francisco Soares de Lima	30	255
	225	
José de Siqueira Franco	92,1	240,3
	148,2	
José Joaquim de Godois Lima	18	138
	120	
Antonio Franco Penteado	3	51
	48	
Feliciano da Cunha Ramos	9	46,5
	37,5	
Daniel da Rocha Franco e dois herdeiros	18	42,5
	24,5	
José de Araújo Chaves	16	40
	24	
Francisca de Paula Pedrosa	4	13
	9	
Francisco Pires Pimentel	1,6	9,1
	7,5	
Maria Leite de Araújo	1	5
	4	
TOTAL	3.351,7	

Fonte: AESP, Inventário de Bens Rústicos de 1818

⁴⁷ Optamos pela conversão de braças e léguas pelo alqueire paulista de forma a permitir a comparação com os dados de Canabrava. “O alqueire paulista mede 24.200 metros quadrados (5.000 braças quadradas). Não se pode determinar a margem de erro quanto às dimensões declaradas; em muitos casos deviam ser aproximadas ou estimadas, em razão da deficiência de meios de mensuração e do estado incipiente da exploração”, *in* CANABRAVA, 1972-b, p. 79

O arrolamento traz 221 proprietários (considerando-se únicos ou coletivos, como no caso de parentes e herdeiros, por exemplo) de 244 propriedades em Atibaia, somando uma área de 26.495 alqueires. A maior propriedade declarada pertencia a Maria Cardoso de Oliveira, medindo 1.350 alqueires, dos quais metade pertencia a seus 8 filhos. Na propriedade, ela empregava 8 escravos, enquanto seus filhos tinham 5, todos dedicados à agricultura.

Em termos de quantidade de propriedades, o capitão Nicolau Soares de Pugas Duque era o maior, com 10⁴⁸ declaradas, totalizando 646,6 alqueires. Outros 14 proprietários declararam duas propriedades cada um. Dessas 38, 18 tinham menos de 30,9 alqueires, 13 tinham entre 71 e 310,9 alqueires, 5 estavam na faixa de 31 a 70,9 e duas passavam de 311: 1 com 330 alqueires, pertencente a Francisco Cordeiro do Amaral, e uma de Jerônimo de Godoy Moreira, medindo 675 alqueires.

De maneira geral, a distribuição da posse da terra seguia padrões inversamente proporcionais em relação à área possuída. Considerando-se os 91 proprietários de terras de até 30,9 alqueires⁴⁹, vemos que eles eram 41,2% do total e ocupavam 4,6% do solo, enquanto 8,1% dos proprietários, os 18 com áreas acima de 311 alqueires, tinham 41,4% do solo.

Área em alqueire paulista	Propriedades*		Área média	Área ocupada	
0 – 30,9	97 (nº)	39,8%	12,5	1.213,7	4,6%
31 – 70,9	50 (nº)	20,5%	52	2.652,4	10,1%
71 – 310,9	79 (nº)	32,4%	147,3	11.638,7	43,9%
311 – 630,9	10 (nº)	4,1%	414,3	4.143,0	15,6%
> 631	8 (nº)	3,2%	855,9	6.847,5	25,8%

*O número de propriedades é superior ao de proprietários

Fonte: AESP, Inventário de Bens Rústicos de 1818

A comparação entre as áreas ocupadas e número de propriedades por extensão de fazendas, como mostra o Tabela 2, reafirma a caracterização de Atibaia como uma vila dedicada à economia de abastecimento, povoada em sua maioria por pequenos agricultores e com ausência de grandes latifúndios. Os dados mostram que 96,8% das propriedades ocupavam 74,2% da área total disponível de acordo com o Inventário de Terras de 1818. Comparando-se

⁴⁸ “Em 1817-1818, Nicolau seria um dos maiores proprietários de terras, em número de propriedades, da capitania de São Paulo” (REIS, p. 395, apud NOZOE, *A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo*. Livre docência. São Paulo: FEA/USP, 2008)

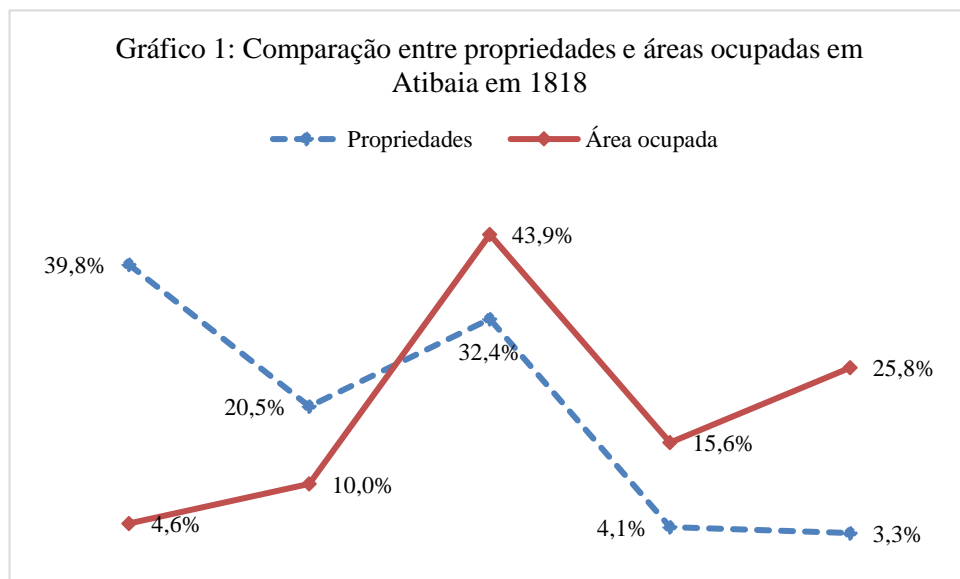
⁴⁹ Para a separação das faixas de terra, seguimos o padrão de CANABRAVA, 1972-b, para podermos traçar paralelos com outras regiões estudadas por ela

com a região açucareira, conforme recorte proposto por Canabrava, vemos que em Atibaia existia menos desigualdade na distribuição da terra.

[Na região açucareira], mais da metade da sua superfície (64,50) acha-se em mãos de 5,58% de seus proprietários (preenchem as faixas a partir de 630 alqueires de superfície) e opõe-se à pequena parcela (2,62%) que domina quase a metade do número de seus proprietários rurais (46,33%). (CANABRAVA, 1972-b, p. 92).

Percebe-se também como é significativo o número de propriedades entre 71 e 310,9 alqueires, a segunda faixa mais volumosa, ocupando ao todo 43,9% da área. Canabrava encontra comportamento semelhante em Nazaré e Nova Bragança e afirma que a chamada periferia da Grande São Paulo “distingue-se pelo mais baixo índice regional de concentração”⁵⁰. A partir dessa análise comparativa, concordamos com Canabrava ao traçar uma relação entre a economia de abastecimento com desigualdades menos acentuadas na distribuição da terra.

Fazendo um recorte pela presença de escravos, temos 106 propriedades com cativos, 736 ao todo, divididos entre 652 escravos de serviço e 84 menores, termo usado para diferenciar



Fonte: AESP, Inventário de Bens Rústicos de Atibaia, 1818

as crianças que ainda não exerciam nenhum tipo de trabalho. Considerando o tamanho dos plantéis, temos que a maioria era composta por até 5 cativos: 62, ou 58,5%, dessas propriedades têm de 1 a 5 escravos (184 ao todo, ou 25% da escravaria declarada); 19, ou 17,9%, das propriedades aparecem com entre 6 e 10 (145 ou 19,7%) e as outras 25 (ou 23,6%), 11 ou mais (407, 55,3%). O maior plantel pertencia ao sargento-mor Lucas de Siqueira Franco, com 51

⁵⁰ CANABRAVA, 1972-b, p. 90

escravos de serviço declarados. Com relação a suas terras, a propriedade declarada tinha área de 900 alqueires.

Observando-se a relação entre escravos e tamanhos das propriedades (Tabela 3), vemos que as propriedades variando de 71 a 310,9 alqueires, além de concentrarem a maior parte das terras (Tabela 2), concentravam a maioria dos escravos, com 344, ou seja, 46,7% deles. As menores escravarias, de 1 a 5 cativos, estavam nas propriedades com menos de 31 alqueires. Também é possível notar que quanto maior a propriedade, maior a chance de ela ter escravos: das propriedades de 311 a 630,9 alqueires, 80% tinham escravos. Entre as propriedades acima de 631 alqueires, 87,5% tinham escravos. No extremo oposto, as menores propriedades com escravos eram a minoria: apenas 16,5% das terras de até 30,9 alqueires tinham cativos. Esse comportamento se reflete na comparação das áreas com e sem escravos, uma vez que as 106 propriedades com indivíduos cativos abrangiam 71,7% das terras, enquanto os outros 28,3% correspondiam a 138 propriedades.

Tabela 3: Presença de escravos por propriedades de Atibaia em 1818			
Área (alqueire paulista)	Escravos	Propriedades com escravos	Propriedades sem escravos
0 – 30,9	53 (7,2%)	16 (16,5%)	81 (83,5%)
31 – 70,9	107 (14,5%)	26 (52,0%)	24 (48,0%)
71 – 310,9	344 (46,7%)	49 (62,0%)	30 (38,0%)
311 – 630,9	98 (13,3%)	8 (80,0%)	2 (20,0%)
> 631	134 (18,2%)	7 (87,5%)	1 (12,5%)

Fonte: AESP, Inventário de Bens Rústicos de Atibaia, 1818

A lista nominativa de 1820, o ano mais próximo a 1818 que analisamos, traz uma quantidade de domicílios de 658, bastante superior às 244 propriedades de terra de 1818. Além disso, há diferença no número de escravos arrolados: a lista de 1820 elenca 1.007 cativos, enquanto o registro de 1818 aponta 736 o que nos leva a concluir que nem todos os proprietários de escravos possuíam terras. Dentre esses, temos os soldados milicianos Jacinto da Cunha, que declarou ter um escravo, e José Joaquim de Godois, que declarou 8 escravos em 1820, mas não aparecem no arrolamento de bens rústicos de 1818.

A qualidade do solo é outra informação relevante que pode ser apreendida a partir da análise do Inventário de Bens Rústicos. A menção a terras “safadas”, “em samambaia”, “cansadas” ou “inúteis” aparece ao menos 30 vezes em todo o documento. Não se pode afirmar

com certeza que essas terras eram todas improdutivas, uma vez que poderia se tratar de uma estratégia para fugir da declaração de produção e rendimentos. Entretanto, tais características são condizentes com a geografia da região de Atibaia.

Na divisão do relevo do estado de São Paulo, Atibaia fica no Planalto Atlântico, na região conhecida pelos Mares de Morros. Com relação às temperaturas, trata-se de uma região de clima ameno, principalmente como resultado de sua altitude média em torno de 800 metros⁵¹. De acordo com mapa do IBGE de Potencialidade Agrícola dos Solos, a região tem fertilidade baixa, e sua principal limitação é a baixa disponibilidade de nutrientes. O principal tipo de solo da região é o latossolo⁵², ocorrendo também argissolos e cambissolos⁵³. De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos da Embrapa, “no Brasil, as classes Latossolos e Argissolos ocupam aproximadamente 58% da área e são solos profundos, altamente intemperizados, ácidos, de baixa fertilidade natural e, em certos casos, saturados por alumínio” (EMBRAPA, 2018).

As principais limitações desse tipo de solo são a acidez elevada e a fertilidade química baixa, fazendo com que precisem de correção de acidez e adubação frequente, o que justificaria a presença de tantas terras impróprias para a agricultura.

Somando a qualidade do solo, o tipo de relevo e a baixa quantidade de grandes propriedades, com predominância de pequenos sítios, podemos supor que estes elementos tenham influenciado a presença majoritária de produção de alimentos e criação de animais como parte da economia de abastecimento interno do Brasil colonial e o não desenvolvimento de uma economia de exportação, como aquelas de Campinas e Jundiá.

O papel de Atibaia no abastecimento interno colonial se confirmaria ao longo do século XVIII e se consolidaria no XIX, quando São Paulo firmou-se como potência agroexportadora. Povoada pela ação de um sertanista, ela é um exemplo concreto das ações que marcaram o XVII, o “século do bandeirantismo por excelência”, nas palavras Taunay⁵⁴.

⁵¹ “Segundo o Relatório Técnico Preliminar da Cetesb (1999), a cidade possui clima temperado brando, com inverno seco e verão quente na zona média da bacia do rio Atibaia, segundo a classificação de Koppen. Na zona de cabeceira, nas sub bacias do Atibainha e do Cachoeira, o clima também é temperado brando, porém chuvoso e com verão fresco.” in CAMPOS, R. S. de, CARNEIRO, C. D. R., 2013, p. 28

⁵² De acordo com o documento “Solos do Estado de São Paulo”, do Instituto Agrônomo do Estado, ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo: “Latossolos são solos minerais, homogêneos, com pouca diferenciação entre os horizontes ou camadas, reconhecido facilmente pela cor quase homogênea do solo com a profundidade. Os latossolos são profundos, bem drenados e com baixa capacidade de troca de cátions, com textura média ou mais fina (argilosa, muito argilosa) e, com mais frequência, são pouco férteis”., disponível em <www.iac.sp.gov.br/solosp>. Acesso em 11.nov.2018

⁵³ CAMPOS, R. S. de, CARNEIRO, C. D. R., 2013

⁵⁴ TAUNAY, 2004, p. 45

3. A população de Atibaia

Acima de todos coloca-se o branco; o mulato julga-se melhor do que o caboclo, do que o cabra e o negro; o cabra por sua vez, quer ser mais do que o negro e este, quando nasceu no Brasil, olha com desdém o africano recém-chegado

G.W. Freireyss⁵⁵

A análise da demografia de Atibaia nos anos de 1810, 1815, 1820 e 1825 mostra que a vila não acompanhou o ritmo de crescimento do restante da capitania para o século XIX. Crescendo constantemente, a população paulista experimentou um aumento de 390% entre 1808 e 1872, de acordo com Maria Luiza Marcílio, que mapeou esses números desde o século XVI até 1970 (MARCÍLIO, 2000, p. 71).

Usando os dados da pesquisa de Marcílio e fazendo um recorte nos anos mais próximos aos 4 aqui analisados, vemos que São Paulo teve um aumento de 46,6% de habitantes de 1808 a 1828. Já para Atibaia, no período estudado nesta pesquisa, encontramos um crescimento de 5,7%, com o total variando de 7.619 habitantes em 1810 a 8.405 em 1825⁵⁶.

Na avaliação de Marcílio, o crescimento elevado em São Paulo era resultado dos movimentos imigratórios, com a entrada tanto de indivíduos livres, como de escravos. “Era essa população que pressionava a agricultura e provocava mudanças essenciais na produção e na economia” (MARCÍLIO, 2000, p. 72).

Em seu estudo sobre a população paulista entre 1777 e 1829, fazendo um recorte entre 25 localidades, entre elas Atibaia, Luna mostra constante crescimento, ainda que em níveis menores aos encontrados por Marcílio:

Contaram-se 90.953 pessoas em 1777 e 147.062 em 1804, com taxa média de crescimento de 1,8% ao ano, entre esses dois anos. Em 1829 a população alcançava 202.116 pessoas, com crescimento anual médio de 1,3%, entre 1804 e 1829. Considerando-se todo o período (1777 a

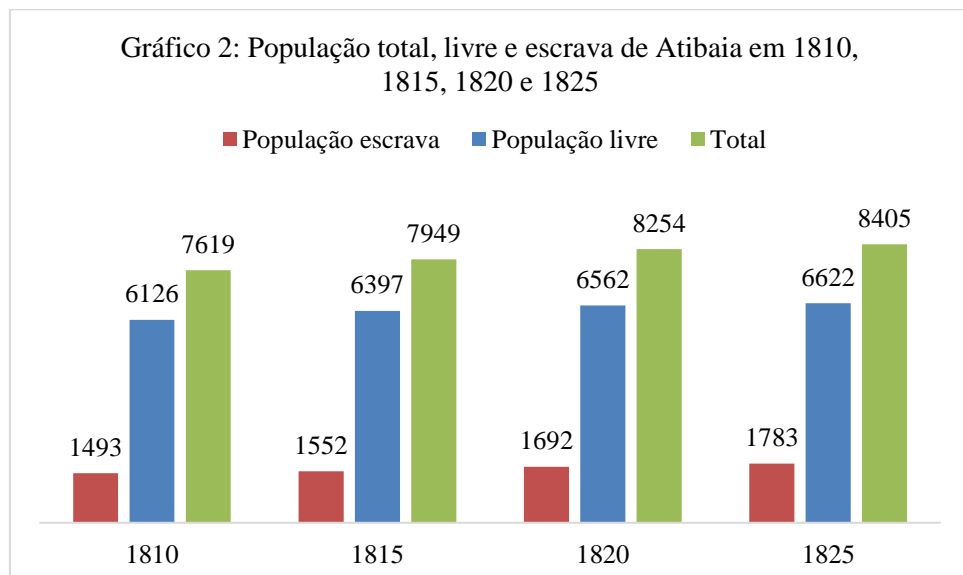
⁵⁵ FREIREYSS, 1906, p. 212-213

⁵⁶ Levamos em consideração os dados referentes a Atibaia e seu termo, segundo os quadros de resumo dos Maços de População

1829), o aumento anual médio da população resultou 1,55%. (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 337)

Tendo dividido essas localidades estudadas em cinco regiões geográficas (Oeste Paulista, Litoral, região da Capital, Caminho do Sul e Vale do Paraíba), Luna conclui que o fortalecimento da agricultura paulista, especialmente em áreas como o Vale do Paraíba e o Oeste, reduziu a importância da região da Capital, onde se localiza Atibaia. Isso pode explicar a diferença no nível de crescimento de nosso objeto de estudo em relação ao restante da capitania.

Segmentando-se os moradores de Atibaia entre escravos e livres, houve crescimento de 4,4%, 2,6% e 0,9% dos últimos nos intervalos de 1810-1815, 1815-1820 e 1820-1825 respectivamente. Entre os escravos, a variação foi de 3,9%, 9% e 5,4%, e a população total variou em 4,3%, 3,8% e 1,8%, na mesma ordem.



Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes de Atibaia e seu termo, anos selecionados

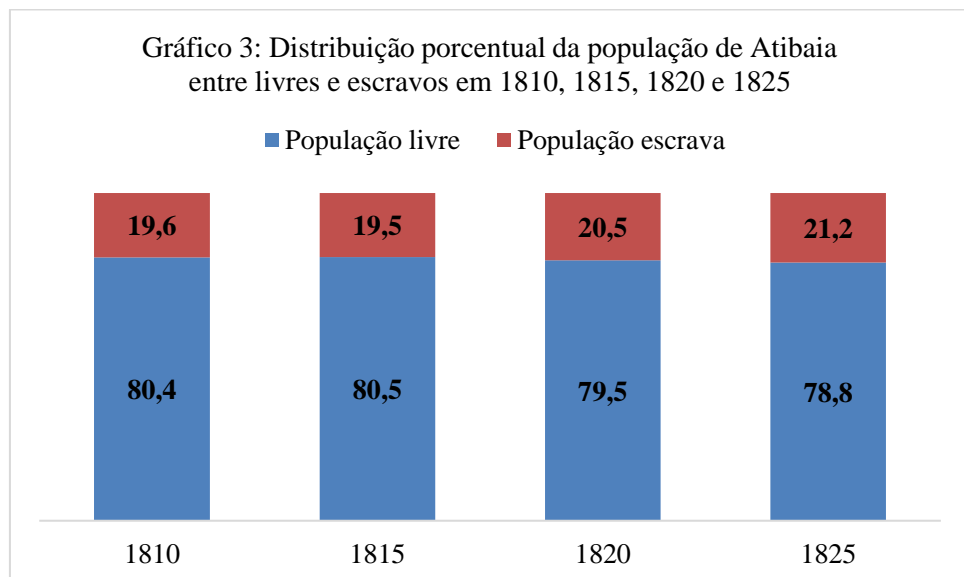
Acompanhando o padrão paulista, Atibaia tinha uma proporção de escravos de 19,6%, em 1810, chegando a 21,2% em 1825. Luna e Klein, em estudo sobre os habitantes de São Paulo no século XIX, mostram que, em 1803, a população total paulista chegou a 188.404 pessoas, com 44.121 escravos (23,4%)⁵⁷. Bacellar, ao estudar a demografia de Sorocaba em 1810, encontrou 20,2% de escravos em uma população total de 9.581 habitantes. Trata-se de uma proporção considerada típica de comunidades não ligadas à grande lavoura⁵⁸. Nas 25

⁵⁷ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 168

⁵⁸ BACELLAR, 2001, p. 144

localidades analisadas por Luna com base na documentação de 1777, 1804 e 1829, a proporção de cativos na capitania fica em torno de 20%, chegando a 30% em 1829.

(...) repetem-se na Capitania de São Paulo várias das características verificadas em outras áreas escravistas da América, nas quais não predominavam as atividades orientadas para exportação. A proporção de escravos na população situa-se ao redor de 20%, elevando-se dez pontos percentuais em 1829. Aproximadamente 30% dos fogos possuíam escravos, com média de escravos por proprietário relativamente baixa. Regionalmente, dada a heterogeneidade da atividade econômica na Capitania, ocorriam diferenças, mas em nenhuma localidade encontrou-se um perfil fundamentalmente diferente. (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 96)



Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes de Atibaia e seu termo, anos selecionados

Marcílio já havia apontado dados semelhantes, mostrando que a proporção de escravos havia sido de 23% em 1798, 22% em 1808, 24% em 1818, 29% em 1828, e 27% em 1836, em São Paulo⁵⁹.

Com relação à cor declarada, ao levantar as características da população de São Paulo em 1803, Luna e Klein mostram a preponderância de brancos, com 51,6% da população, seguidos por 29,2% de pardos e 19,2% de negros. Essa proporção se assemelha com a que encontramos em Atibaia nos quatro anos de análise.

⁵⁹ MARCÍLIO, 2000, p. 105

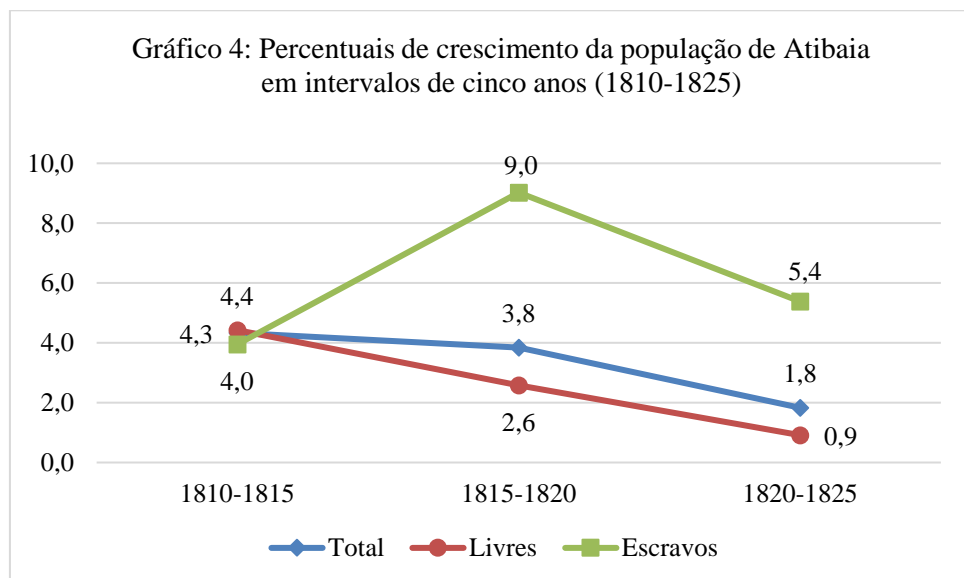
Branços		Pardos		Negros		Total
97.336	51,6%	54.985	29,2%	36.985	19,2%	188.404

Fonte: LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p.169

Luna e Klein apontam que a população de São Paulo cresceu em ritmo rápido, a aproximadamente 2% ao ano, no último quarto do século do XVIII e continuou a crescer nas duas primeiras décadas do XIX, a 1,3% ao ano, sendo que, em 1803, havia 44 mil cativos para 144 mil livres⁶⁰.

No começo, a população livre aumentou em ritmo maior que a escrava. Depois de 1803, porém, a taxa de crescimento da população cativa ultrapassou notavelmente a da população livre, e no período de 1817 até o censo de 1836 atingiu o nível de 2,7% anuais. (LUNA e KLEIN, 2005, p. 137)

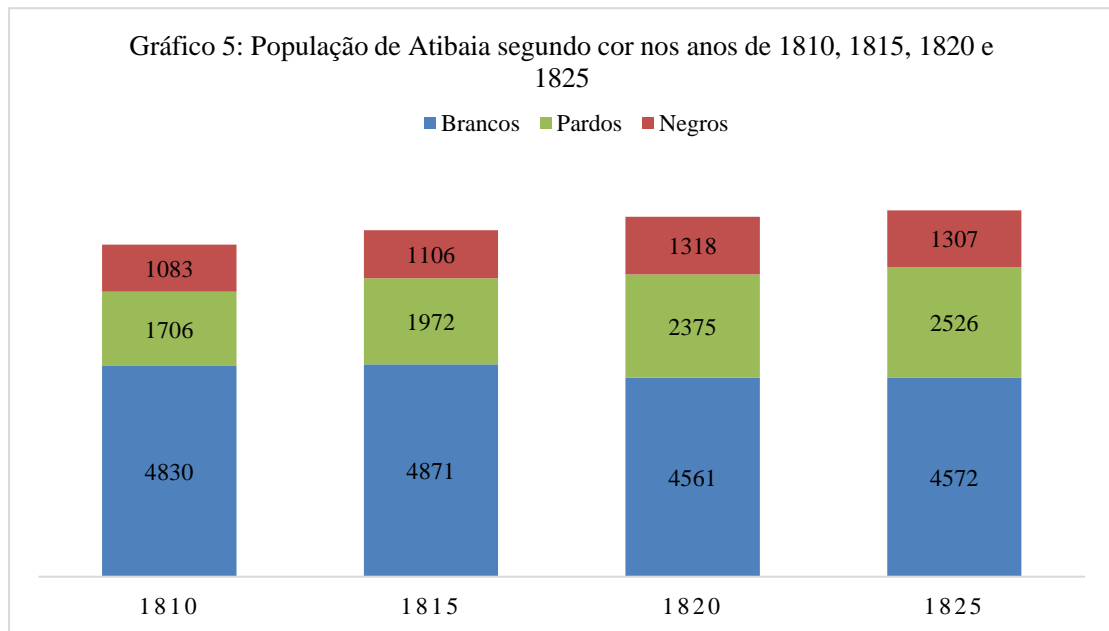
Em Atibaia, no período de 1810 a 1825, observamos uma variação de 8% entre os livres, 19% entre os escravos e 10% na população total. Analisando os três períodos isoladamente, nota-se que os livres aumentaram em níveis mais baixos que os escravos, com comportamento semelhante ao da população total: ambos caindo um ponto percentual nos dois últimos períodos. O aumento da população escrava, no entanto, teve um pico de 9% entre 1815 e 1820, o que nos leva à conclusão de que houve afluxo maior de cativos nesse intervalo de tempo.



Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes de Atibaia e seu termo, anos selecionados

⁶⁰ LUNA e KLEIN, 2005, p. 138

Com relação à cor da pele, vemos um aumento das populações negra e parda, enquanto os brancos tiveram redução de 5,3% entre 1810 e 1825, contrariando a tendência de crescimento da população de Atibaia, que aumentou 10,3 % no período. Entre os pardos, o crescimento foi de 48,1% e, entre os negros, 20,7% no mesmo período, devido ao afluxo de pessoas negras na região através da escravidão, como visto no gráfico 3.



Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes de Atibaia e seu termo, anos selecionados

De acordo com Luna e Klein, entre 1750 e 1850, a expansão das culturas e exportações de açúcar e café causaram uma mudança na demografia paulista, com o aumento da população cativa da qual emergiu uma classe de pessoas livres de cor⁶¹, movimento que também encontramos em Atibaia.

Tabela 5: População de Atibaia por cor entre 1810, 1815, 1820 e 1825

	Branco			Pardo			Negro		
	nº	%	variação (%)	nº	%	variação (%)	nº	%	variação (%)
1810	4.830	63,4	-	1.706	22,4	-	1.083	14,2	-
1815	4.871	61,3	0,80	1.972	24,8	15,60	1.106	13,9	2,10
1820	4.561	55,3	-6,40	2.375	28,8	20,40	1.318	16,0	19,10
1825	4.572	54,4	0,20	2.526	30,1	37,50	1.307	15,6	-0,80

Colunas com nome “variação” incluem dados da variação percentual em relação ao período anterior

Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes de Atibaia e seu termo, anos selecionados

⁶¹ LUNA e KLEIN, 2005, p. 137

Marcílio ressalta que a definição da cor nos levantamentos sofria pressão de ordem econômica, social e cultural, sendo o “branqueamento” na documentação um sinal padrão de ascensão social. A cor, diz a autora, “era um dos definidores da estratificação social” (MARCÍLIO, 2000, p. 117). Para Eduardo França Paiva, o uso de termos indicadores da mestiçagem era uma forma de expressão cultural como maneira de demarcar socialmente as diferenças entre as condições jurídicas de um indivíduo. Desta forma, “negros” seriam diretamente relacionados ao trabalho forçado, e “pardos”, à população livre, o que poderia influenciar a determinação da cor das pessoas listadas.

O léxico das mestiçagens associadas ao mundo do trabalho era, então, um instrumento de organização social e uma forma de expressão cultural operada por toda a população, nas dimensões mais cotidianas da vida, ainda que os usos que se fizesse dele sustentassem diferentes formas de poder exercido por grupos e indivíduos sobre outros.
(PAIVA, 2013, p.16)

No entanto, não encontramos evidências de expressão socioeconômica na identificação da cor nos indivíduos de Atibaia. Nos documentos aqui analisados, não ocorre em mesmas seções dos registros o uso concomitante das palavras “negro” e “preto”, bem como de “mulatos” e “pardos”. Como explicado anteriormente, para os arrolamentos nominais, os termos escolhidos para designação de cor são “negro” e “pardo”. Por outro lado, para os quadros de resumo com dados gerais, a opção é por “preto” e “mulato”. Além disso, mesmo que em proporções bastante diferentes, havia negros e pardos entre os cativos de Atibaia.

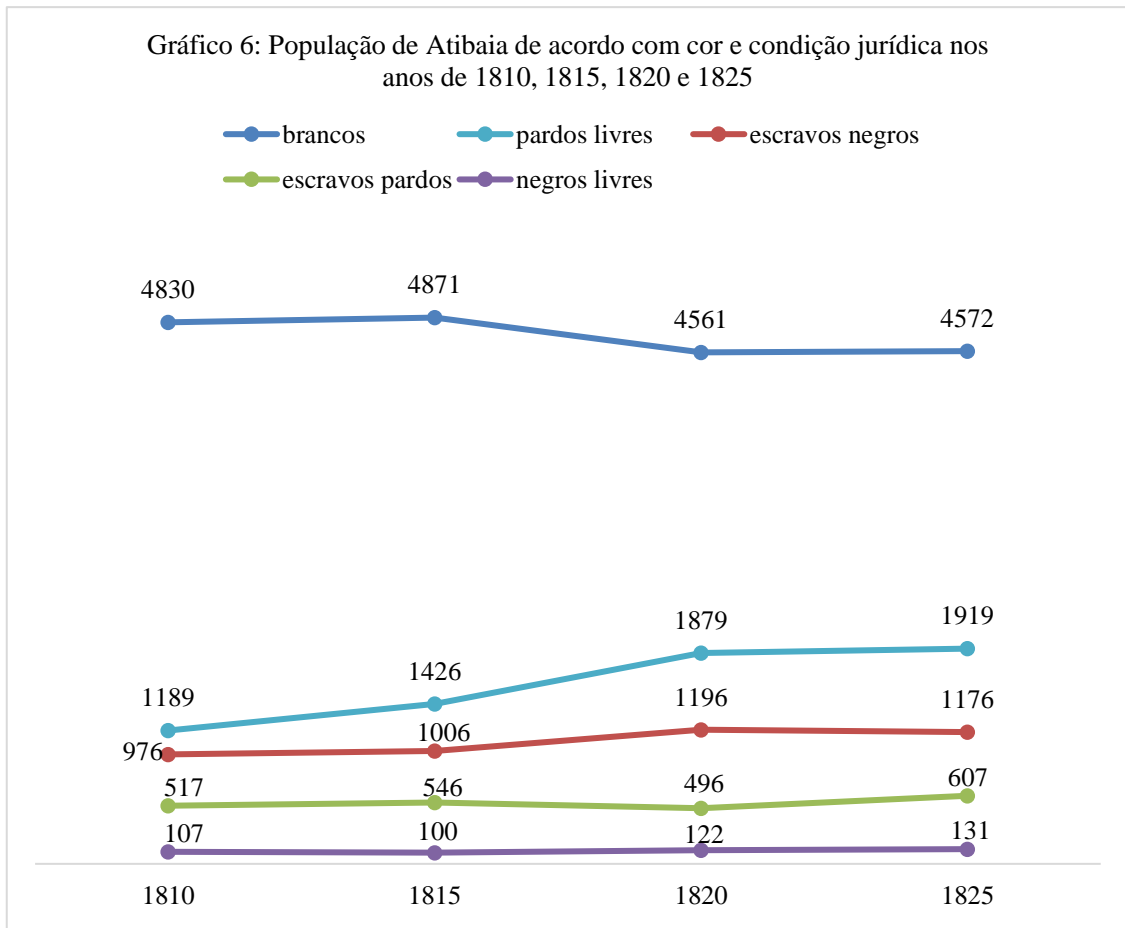
Outra questão que se coloca é a da mestiçagem de fato da população: o que faz uma pessoa ser considerada negra ou parda? Diante da impossibilidade de comprovarmos se ocorria a mestiçagem entre brancos e negros, resultando em indivíduos mestiços, uma hipótese que se apresenta é o uso de “negro” para indivíduos nascidos na África e “pardo” para os naturais da colônia. No caso de Atibaia, todos os escravos de naturalidade africana arrolados foram listados como “negros”⁶². Entretanto, tal hipótese não pode ser confirmada, uma vez que aparecem ainda 1.352 escravos negros sem origem atestada e 904 nascidos no Brasil.

Uma diferença considerável que Luna e Klein encontraram na população paulista de 1803 está entre o número escravos negros e pardos, destacando que, entre aqueles, 90% eram escravos, e entre esses, apenas um quarto.

⁶² Nos quatro anos aqui avaliados, 480 pessoas tiveram origem declarada como africana, em suas diversas denominações (“de Nação”, Mina, Benguela, etc)

A probabilidade de mulatos e pardos serem livres superava largamente a dos negros; somente um quarto dos mulatos e pardos eram escravos, enquanto o percentual alcançava 90% entre os negros. (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 169)

Em Atibaia, encontramos um quadro semelhante: 90% da população negra era escrava em 1810, passando a 91% em 1815 e voltando a 90% em 1820 e 1825. Com relação aos pardos, nas listas de 1810 e 1815, temos respectivamente 68% e 69% livres, e a diferença aumenta nas listas seguintes. Em 1820, 79% dos pardos eram livres, chegando a 86% em 1825. É possível que houvesse uma tendência por parte dos responsáveis pelos arrolamentos de classificar pessoas de cor livres como pardas, e as escravas, como negras, sem que houvesse, no entanto, uma orientação oficial para padronizar essas informações.



Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes, anos selecionados

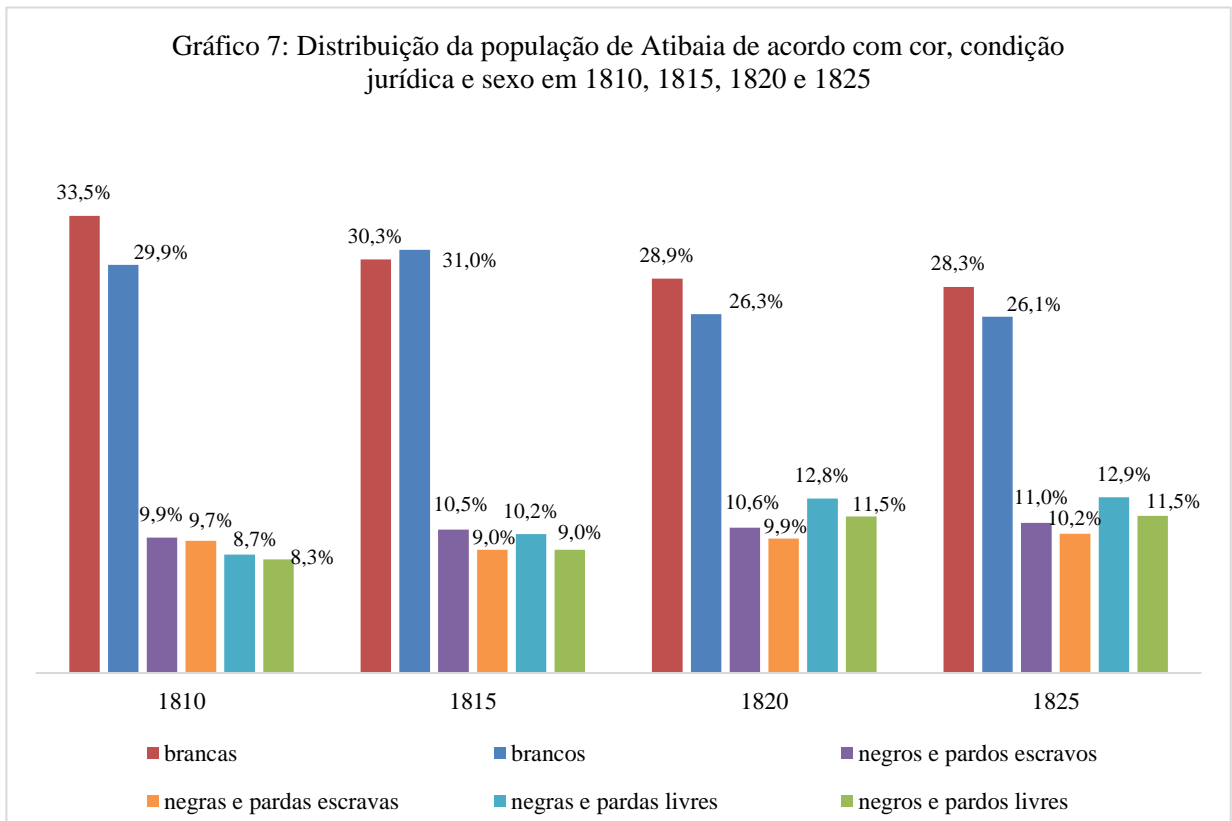
Nos quatro anos estudados, a população negra livre não passou dos 131 indivíduos, ao passo que os pardos livres chegaram a 1.919 em 1825. Para Luna e Klein, tal retrato da população paulista seria resultado da mestiçagem resultante da entrada de africanos em São Paulo a partir do século XVIII:

Talvez ocorrem diferenças nas oportunidades de alforria dos dois grupos, mas sem dúvida a reprodução dos livres com ascendência africana e a ampla mestiçagem deveria explicar a maior parte da diferença, diluindo a importância dos pretos. (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 169)

Tabela 6: Distribuição percentual da população de Atibaia de acordo com cor e condição jurídica em 1810, 1815, 1820 e 1825				
	1810	1815	1820	1825
Branco	63,4	61,3	55,3	54,4
Pardos livres	15,6	17,9	22,8	22,8
Negros escravos	12,8	12,7	14,5	14,0
Pardos escravos	6,8	6,9	6,0	7,2
Negros livres	1,4	1,3	1,5	1,6

Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes de Atibaia, anos selecionados

No recorte da população de Atibaia por sexo, encontramos um relativo equilíbrio entre homens e mulheres, com aqueles prevalecendo entre os escravos nos três últimos anos de análise. Tal comportamento é esperado entre a população cativa, uma vez que havia preferência



Fonte: AESP, Mapas gerais de habitantes de Atibaia, anos selecionados

pela aquisição de escravos homens. Em seu estudo sobre a demografia escrava em São Paulo, Luna apontou a região da capital, “marcada pela produção de gêneros alimentícios variados e aguardente”,⁶³ como aquela em que havia o maior equilíbrio quantitativo entre os sexos.

No entanto, o fato de os números de Atibaia não mostrarem uma desigualdade intensa entre homens e mulheres cativos também vai ao encontro da literatura sobre pequenas lavouras escravistas. Como as mulheres eram normalmente mais baratas que os homens, era comum que a população livre não senhorial ascendesse para o grupo escravista a partir da aquisição de mulheres.

Onde e quando mais fortemente se efetuavam os cultivos de “exportação” (principalmente café e cana-de-açúcar) ampliava-se o peso masculino. Inversamente, nas áreas de maior concentração de atividade típicas de agricultura de “subsistência”, ainda que com comercialização de excedentes, caso da pecuária e cultivos de arroz, feijão, milho e mandioca, ocorria maior equilíbrio quantitativo entre os sexos, embora raramente encontrássemos números próximos a cem ou maioria feminina. (LUNA, COSTA E KLEIN, 2009, p. 574)

Bacellar já havia identificado quadro semelhante em Sorocaba como evidência do baixo envolvimento com a grande lavoura⁶⁴, o que também era o caso em Atibaia. Os dados de Atibaia ficam um pouco abaixo daqueles encontrados por Luna para a população escrava de São Paulo nos anos de 1777, 1804 e 1829, quando foram calculadas razões de 115,6; 121,4 e 158,7, respectivamente⁶⁵. Considerando-se o perfil de Atibaia e sua economia, é possível concluir que a maioria dos escravistas locais acessavam o mercado de escravos pela aquisição de mulheres.

O escravo do sexo masculino era, sempre, mais valorizado e, portanto, de mais difícil acesso aos indivíduos mais humildes. Estes buscavam, portanto, de modo preferencial, a escrava adulta, em idade fértil, que poderia eventualmente gerar, mas que normalmente podia trabalhar nas rotinas da lavoura ou do artesanato. Os proprietários de um único escravo tinham uma nítida preferência por escravas na faixa etária de 14 a 50 anos, que compunham 43,1% dos escravos encontrados nesses domicílios. (BACELLAR, 2001, p.147)

⁶³ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 95

⁶⁴ BACELLAR, 2001, p. 50

⁶⁵ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 115

A razão de sexo na população total aponta a superioridade numérica das mulheres ante os homens. Luna e Klein encontraram comportamento semelhante para a capitania de São Paulo em 1803, com o predomínio das mulheres confirmado por uma razão de sexo total de 96,6. Entre os livres, a dominância das mulheres era ainda maior, com 90,5, ao passo que os homens as superavam entre os escravos, com 119,7⁶⁶. Em Atibaia, a única exceção nos quatro anos analisados foi 1815, provavelmente devido a um aumento de escravos de sexo masculino, levando o total geral da população masculina a se sobrepôr à feminina.

Tabela 7: Razão de sexo em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825			
	População total	Livres	Escravos
1810	92,9	90,8	102,3
1815	102,1	98,9	116,4
1820	93,8	90,5	107,9
1825	94,4	91,1	107,8

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

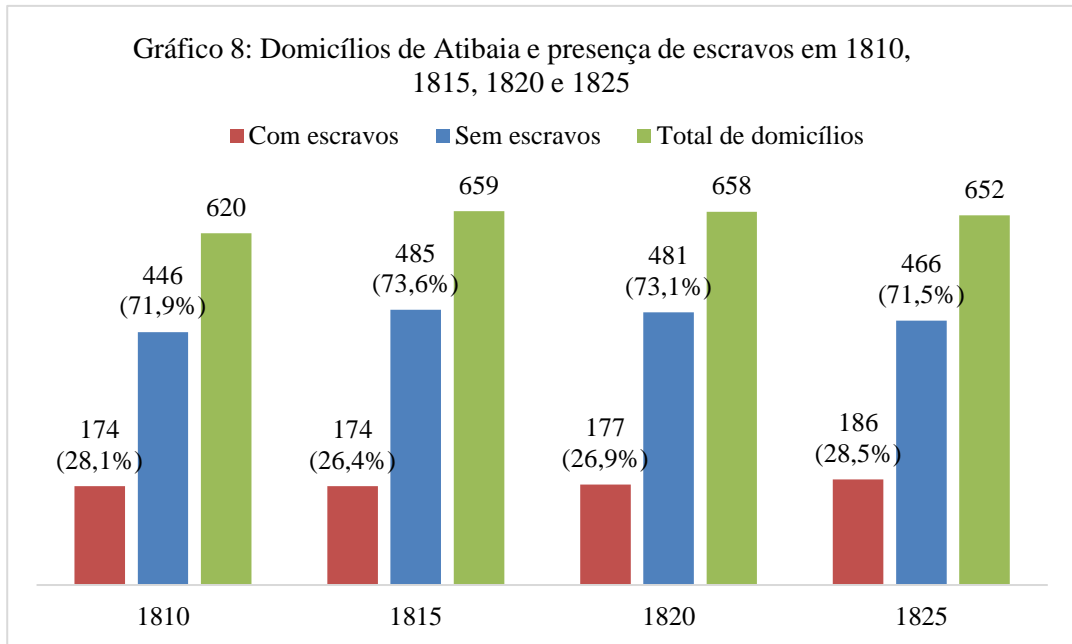
A literatura mostra que tal padrão era relativamente uniforme na capitania. Dentre as possíveis explicações estão as migrações e o medo dos alistamentos militares, que fazia homens elegíveis se esconderem dos arrolamentos. Como apontou Marcílio,

(...) o medo do recrutamento levava os homens a se ocultarem nos matos, na época do censo, os pais a esconderem seus filhos varões, muitos a fugirem temporariamente para outras capitanias próximas. (MARCÍLIO, 2000, p. 78)

Quando se parte para o exame da presença de escravos nos domicílios, verifica-se que esse grupo estava na minoria deles, o que é um traço típico da sociedade paulista, especialmente nas regiões dedicadas ao abastecimento interno. De acordo com Marcílio,

(...) 74 a 77% dos fogos da capitania/província de São Paulo, entre 1798 e 1828, produziam exclusivamente por meio do trabalho familiar livre. No tocante à população havia a mesma preponderância, uma vez que as proporções de escravos nunca atingiram 30% do total de habitantes da região. (MARCÍLIO, 2000, p. 105)

⁶⁶ *idem*, p. 168



Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Luna e Klein apresentam números semelhantes para São Paulo, afirmando que um terço dos domicílios possuía escravos e os cativos compunham de um quinto a um terço da população local. Para as áreas de produção de alimentos, predominavam os plantéis pequenos e 20% dos domicílios eram escravistas⁶⁷.

Apesar do crescimento da população, a importância relativa dos proprietários de escravos permaneceu praticamente igual em 1810 e 1825 em Atibaia, onde os domicílios sem escravos passavam dos 70% nos quatro anos analisados neste trabalho, mostrando uma estabilidade econômico-social na vila. Embora minoritário, o grupo dos domicílios com escravos era representativo, sendo mais de um quarto do total nos quatro anos estudados. Em 1810, 28,1% dos fogos contavam com 945 trabalhadores cativos, com média de 5,4 escravos em cada um. O mesmo padrão se manteve para as listas seguintes, com médias de 5,7 em 1815 e 1820, e 6 escravos por fogo em 1825.

Tabela 8: Domicílios de Atibaia por posse de escravos em 1810, 1815, 1820 e 1825

	1810		1815		1820		1825	
	%	escravos	%	escravos	%	escravos	%	escravos
Domicílios sem escravos	71,9	-	73,6	-	73,1	-	71,5	-
Domicílios com escravos	28,1	945	26,4	999	26,9	1.007	28,5	1.119

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados⁶⁸

⁶⁷ LUNA e KLEIN, 2005, p. 139

⁶⁸ Conforme explicação anterior, os números de escravos nos Maços de População apresentam discrepância quando comparados aos dados dos Mapas Gerais da mesma documentação

Em pesquisa a partir de dados de 1804 para dez vilas paulistas (Campinas, Curitiba, Guaratinguetá, Iguape, Itu, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes, São Sebastião e Sorocaba⁶⁹), Luna e Costa mostram que, em seis delas (Campinas, Guaratinguetá, Iguape, Itu, Lorena e São Sebastião), as unidades domiciliares com escravos representavam um quarto do número total de domicílios. Das dez, São Sebastião era a com maior presença de domicílios com escravos, com 38,3%. Por outro lado, Jacareí tinha o menor número de domicílios escravistas: 13,9%. De maneira geral, Atibaia seguia o mesmo padrão, com 26,4%, 26,9% e 28,5% de domicílios escravistas em 1815, 1820 e 1825, respectivamente.

	Porcentagem de fogos com escravos	Número de fogos
Campinas	28,1	566
Curitiba	17,4	2.018
Guaratinguetá	25,1	1.070
Iguape	28,4	825
Itu	36,3	1.045
Jacareí	13,9	971
Lorena	26,7	1.184
Mogi das Cruzes	23,8	1.421
São Sebastião	38,3	854
Sorocaba	19,8	1.444

Fonte: LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 293, localidades selecionadas

Com respeito aos chefes de domicílios com escravos, nas localidades estudadas por Luna e Costa, há predomínio de homens, com participação relativa variando de 77,3%, em Curitiba, e 87,3%, em Campinas, sendo esse um padrão homogêneo nas 10 localidades analisadas⁷⁰. Em Atibaia, encontramos um cenário semelhante nos anos analisados, com larga vantagem de homens: 81,1%, 82,2%, 78,5% e 83,9% (Tabela 9).

⁶⁹ A seleção das vilas se baseou em três critérios: importância econômica de cada vila, abrangência regional e distribuição demográfica, uma vez que elas contavam com cerca de um terço da população da capitania

⁷⁰ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 293

Tabela 10: Chefes de domicílio por sexo em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825								
	1810		1815		1820		1825	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Homens chefes de domicílios escravistas	141	81,1	143	82,2	139	78,5	156	83,9
Mulheres chefes de domicílios escravistas	33	18,9	31	17,8	38	21,5	30	16,1
Total	174	100	174	100	177	100	186	100

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

A classe escravocrata de Atibaia era essencialmente composta por homens e, das poucas mulheres que dela faziam parte, a maioria era de viúvas, o que nos leva a supor que herdavam os plantéis de seus maridos. Analisando-se a idade média dos escravistas de Atibaia, encontramos uma disparidade que nos leva a confirmar esse comportamento. Entre os homens proprietários de escravos, as idades médias foram de 43, 44, 45 e 44, enquanto as das mulheres escravistas ficaram acima dos 50: 54, 56, 57 e 54.

Embora fossem minoria, as mulheres proprietárias de escravos aparecem em todas as regiões e em quase todas as ocupações em São Paulo, de acordo com Luna e Klein⁷¹. Bacellar também encontrou essa participação em estudo sobre Sorocaba nos séculos XVIII e XIX, concluindo que:

As viúvas proprietárias de escravos tendiam a se manter na chefia do fogo, pois dispunham de mão-de-obra escrava para as auxiliar, ao passo que as não possuidoras de escravos tendiam a se agregar ao fogo do filho de um filho, visto terem dificuldades para se auto-sustentar. (BACELLAR, 2001)

Das viúvas de Atibaia que se declararam chefes de domicílio em 1810, no entanto, 62,5% não contavam com a mão de obra escrava, percentual que ficou abaixo dos 40% nos quatro anos avaliados, conforme Tabela 8, o que é de esperar em um contexto em que a maioria da população não possuía escravos.

Tabela 11: Viúvas chefes de fogo em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825				
	1810	1815	1820	1825
Chefes de fogo	72	78	89	88
Chefes de fogo escravistas	27	24	27	25
Porcentagem de escravistas entre total de chefes de fogo	37,5	30,8	30,3	28,4

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

⁷¹ LUNA e KLEIN, 2005, p. 142

A análise da situação conjugal dos chefes de domicílio escravistas nos mostra que, além de a maioria das mulheres ser viúva, a maior parte dos homens proprietários era casada, com grande diferença em relação a solteiros e viúvos. Entre as mulheres, a participação das solteiras dentre as escravistas superava à de casadas, ao contrário do que acontecia com os homens.

	1810	1815	1820	1825
Senhores de escravos				
Casados	86,5	87,4	88,4	83,3
Solteiros	7,1	6,3	5,8	9
Viúvos	4,3	4,9	5,1	6,4
Padres	2,1	1,4	0,7	1,3
Senhoras de escravos				
Casadas	3,0	9,7	10,5	3,3
Solteiras	15,1	12,9	18,4	13,3
Viúvas	81,9	77,4	71,1	83,4

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia

A partir dos dados de Luna para 25 localidades paulistas, vemos que Atibaia seguia o padrão no que se refere aos homens escravistas chefes de domicílio, com 82% casados, 11,6% de solteiros e 6,4% de viúvos. Com relação às mulheres, pode-se notar um quase equilíbrio entre viúvas e solteiras, com 50% e 41,1%, respectivamente, e 8,9% para as casadas.

Senhores de escravos	
Casados	82,0
Solteiros	11,6
Viúvos	6,4
Senhoras de escravos	
Casadas	8,9
Solteiras	41,1
Viúvas	50,0

Fonte: LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 350

Com base em dados de 1803, 1817 e 1836, Luna e Klein observam um aumento significativo dos proprietários de escravos em São Paulo: eles dobraram no período⁷². Em Atibaia, entretanto, não encontramos esse comportamento, com o número de escravistas mantendo-se estável. Ao levar em consideração a totalidade de proprietários, incluindo aqueles

⁷² LUNA e KLEIN, 2005, p.140

que não chefiavam domicílios, vemos uma variação mínima em relação ao total de chefes de domicílio.

Em 1810, em adição aos 174 chefes de fogo, temos duas menores de idade, que moravam com os avós e dividiam a posse de 8 escravos, e uma agregada, solteira branca de 57 anos, possuidora de 2 escravos, elevando o total de escravistas daquele ano para 177. O número cai para 176 em 1815, com 174 chefes de domicílio e duas agregadas brancas e solteiras com sete escravos. Em 1820, são contabilizados 178 escravistas, sendo um deles um agregado branco e casado, que vivia com o sogro e possuidor de um escravo. No último ano deste estudo, temos 187 escravistas, sendo um deles o filho agregado de um escravista.

Tabela 14: População escravista na população livre de Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825

	1810		1815		1820		1825	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
População escravista	177	5,8	176	5,5	178	5,9	187	6,4
População livre	3059	100	3181	100	2995	100	2936	100

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Apesar de a distribuição de proprietários por sexo repetir o padrão em outras regiões do território brasileiro, Luna ressalta que isso poderia mudar a depender do estágio de ocupação de um território ou de sua economia. Como exemplo, ele cita o caso de Minas Gerais no século XVIII. Quando se iniciou a ocupação das minas, os percentuais de homens proprietários de escravos chegavam a 95%, caindo para ao redor de 70% a 80%, níveis próximos aos paulistas, quando o povoamento se estabeleceu⁷³. E os números continuaram a cair com a decadência da mineração.

No ano de 1804, em Vila Rica, por exemplo, os proprietários participavam com apenas 62%; na soma de outras vinte localidades mineiras, na mesma data, a proporção de homens entre os proprietários resultou 69,6. (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 349)

Em seu estudo sobre a posse de escravos em Bananal no século XIX, Motta avalia que o baixo peso relativo de mulheres entre os proprietários acontece porque o plantel, via de regra, era atribuído ao cônjuge do sexo masculino, no caso de escravistas casados⁷⁴.

⁷³ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 348

⁷⁴ MOTTA, 1999, p. 116

Tabela 15: População escravista de Atibaia por sexo em 1810, 1815 1820 e 1825

	1810		1815		1820		1825	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Homens escravistas	141	79,7%	143	81,3%	140	78,7%	157	84,0%
Mulheres escravistas	36	20,3%	33	18,7%	38	21,3%	30	16,0%
Total	177	100%	176	100%	178	100%	187	100%

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Com relação à cor, os proprietários de Atibaia eram predominantemente brancos, com 98,9%, 98,9%, 97,1% e 97,8% no período analisado, o que se mostra em conformidade com os dados que Luna encontrou em seu estudo sobre 25 localidades paulistas, com 99,5%, 94,5% e 93,8% de escravistas brancos nos anos de 1777, 1804 e 1829, respectivamente. Nos mesmos anos, foram encontrados 0,5%, 5,2% e 5,7% de pardos escravistas, bem como 0,4% e 0,5% de negros em 1804 e 1829 (em 1777, apenas 1 escravista negro foi listado)⁷⁵.

Ainda de acordo com Luna, em Minas Gerais, no entanto, essa divisão era bastante diferente. Em Vila Rica, no ano de 1804, 48% dos proprietários eram brancos, com 45% de pardos e 7% de negros. Os valores se repetiam em outras quatro localidades mineiras, com 48% de brancos, 47% de pardos e 4% de negros⁷⁶.

Em 1810, por exemplo, havia apenas dois homens negros proprietários de escravos, ambos casados, em Atibaia. Na lista de 1815, temos um homem negro casado e uma mulher negra viúva escravistas. Cinco anos depois, o número de homens negros proprietários de escravos chegou a 4 e o de mulheres se manteve em uma, solteira. No último ano aqui analisado, temos 2 homens, um viúvo e outro casado, além de duas viúvas, todos declarados como negros.

Tabela 16: População escravista por cor em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825*

	1810		1815		1820		1825	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Escravistas brancos	175	98,9	174	98,9	170	97,1	182	97,8
Escravistas negros	2	1,1	2	1,1	5	2,9	4	2,2
Total	177	100	176	100	175	100	186	100

*Excluimos os escravistas sem cor definida que aparecem nas listas de 1820 e 1825

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

⁷⁵ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 349

⁷⁶ *idem*, p. 350

Como exposto anteriormente, a população escrava na vila de Atibaia correspondia a cerca de 20% dos habitantes no primeiro quarto do século XIX (gráfico 3). Luna e Klein encontraram a mesma porcentagem para as áreas paulistas dedicadas à produção de alimentos em seu levantamento dos anos 1803, 1817 e 1826⁷⁷. Dados levantados por Marcílio para São Paulo entre 1798 e 1836 apontam que as proporções de escravos nunca atingiram 30% do total na região e que de 74 a 77% dos domicílios produziam exclusivamente por meio do trabalho familiar livre entre 1798 e 1828⁷⁸.

Ano	Proporção (%)
1798	23%
1808	22%
1818	24%
1828	29%
1836	27%

Fonte: MARCÍLIO, 2000, p. 105

Entender a participação desses indivíduos na população da capitania é entender como estavam inseridos na economia e qual era seu papel. O primeiro ponto de destaque é que a população escrava era majoritariamente composta por homens, ao contrário da população livre (Tabela 7), padrão normal para regiões escravistas. Considerando-se a cor, havia uma preponderância de cativos negros em relação aos pardos (gráficos 6 e 7), tanto em Atibaia como em outras regiões. Tais comportamentos eram esperados e podiam ser encontrados em outras localidades da colônia, conforme a literatura sobre a demografia escrava brasileira citada acima.

Ano	Homens	mulheres	razão de sexo
1810	755	738	102,3
1815	835	717	116,4
1820	878	814	107,9
1825	925	858	107,8

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

⁷⁷ LUNA e KLEIN, 2005, p. 139

⁷⁸ MARCÍLIO, 2000, p. 105

Em regiões com as características de Atibaia, dedicadas aos cultivos de itens essenciais ao mercado interno, provavelmente ocorria a reprodução natural dos escravos, ao contrário das zonas voltadas para a grande exportação, onde havia um maior desequilíbrio entre os sexos. A análise da população cativa por faixa etária mostra a preponderância de cativos entre 10 e 19 anos, sendo a segunda faixa mais significativa a de 20 a 29 anos. A presença de crianças com até 4 anos sugere uma importante reprodução natural entre os cativos, uma vez que essa população superou todas as faixas de adultos acima de 30.

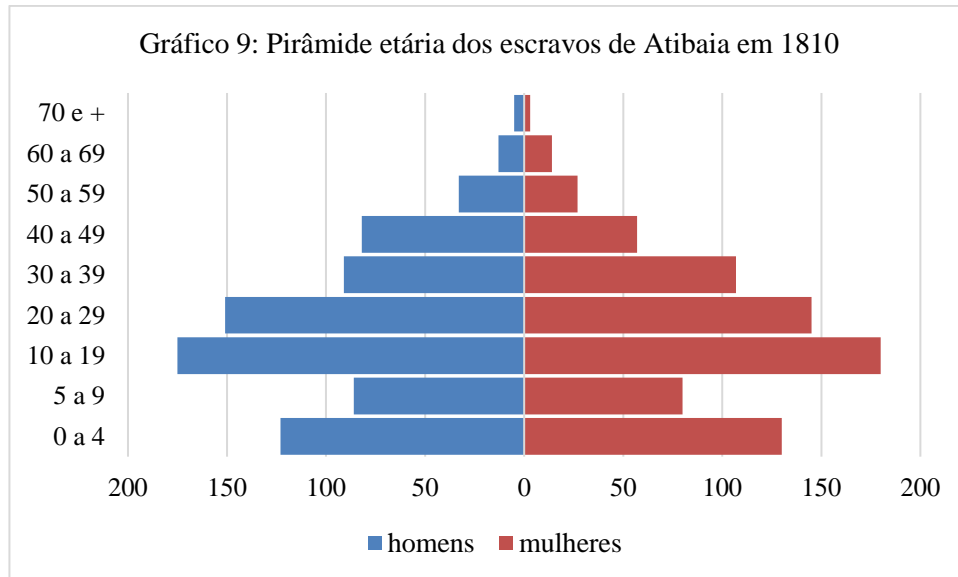
Tabela 19: Porcentagem de escravos de Atibaia por faixa etária de 1810 a 1825									
	0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e +
1810	16,8	11,1	23,6	19,7	13,2	9,3	4,0	1,8	0,5
1815	16,6	11,2	25,2	20,5	11,8	9,1	3,7	1,6	0,3
1820	15,5	12,5	27,5	19,0	12,5	7,2	3,8	1,7	0,1
1825	14,5	11,3	29,3	19,8	12,3	6,3	4,1	2,0	0,4

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

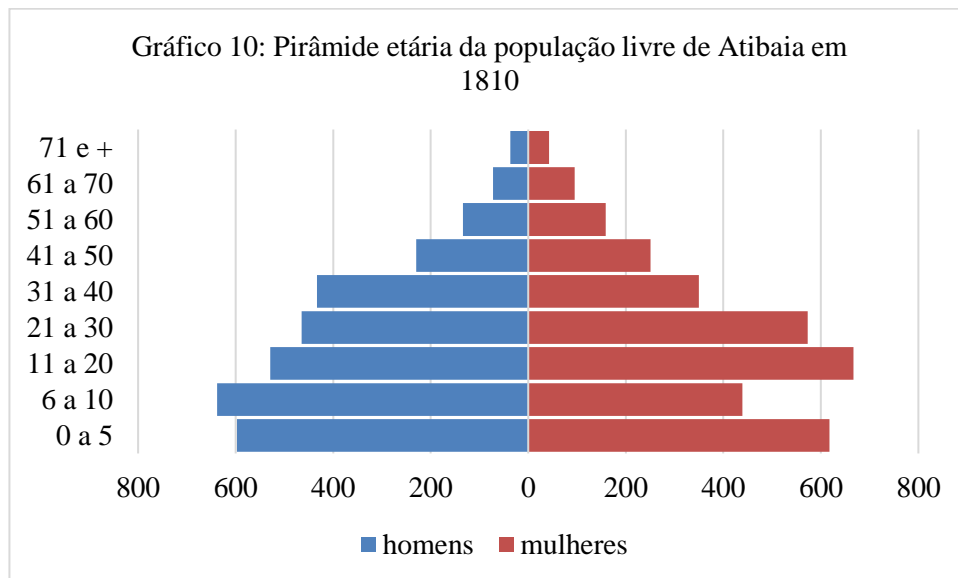
A pirâmide etária da população cativa de 1810, quando foram contabilizadas 258 crianças escravas de até 4 anos, 391 jovens na faixa de 10 a 19 anos e 319 adultos na faixa de 20 a 29, confirma tal hipótese, indicando uma baixa força do tráfico atlântico na escravaria atibaiana, devido aos menores níveis de cativos adultos. A importância relativa das crianças na população escrava de Atibaia se manteve estável nos quatro anos aqui analisados, o que pode ser entendido como um sinal de que não houve aumento na entrada de adultos cativos e foi mantida a capacidade de reprodução natural dos escravos.

Em 1829, de acordo com Luna e Klein, as regiões paulistas de cultivo de gêneros alimentícios apresentaram as maiores razões entre crianças e mulheres em idade fértil, com níveis superiores a quinhentas crianças com menos de 4 anos para cada mil mulheres de 14 a 44 anos⁷⁹. Em Atibaia, contabilizamos 544 crianças para cada mil mulheres em 1810.

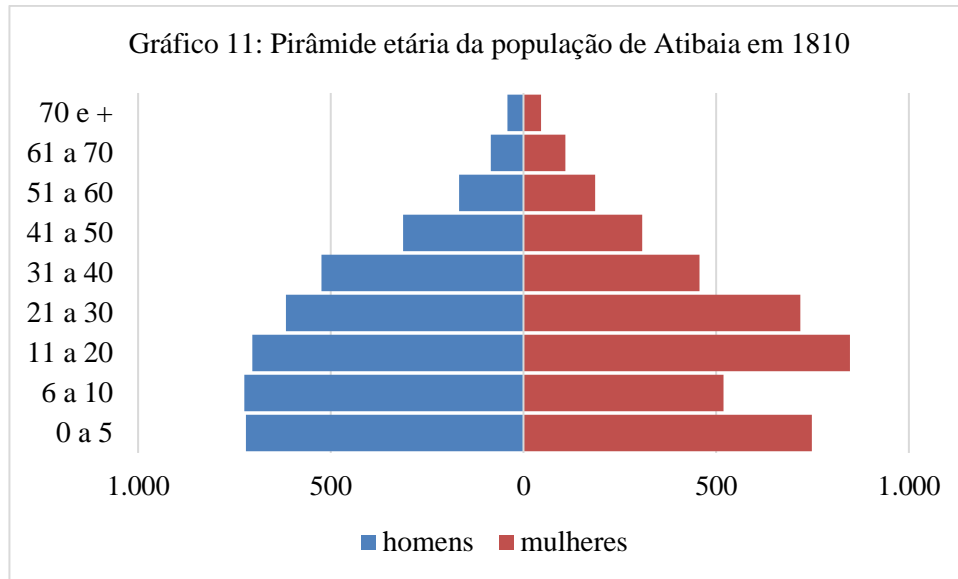
⁷⁹ LUNA e KLEIN, 2005, p. 180



Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados



Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados



Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

Como era esperado, em praticamente todas as faixas etárias encontramos preponderância dos homens, exceto entre as crianças de até 4 anos em 1810, 1820 e 1825. As maiores razões de sexo, excluindo-se a população com mais de 60 anos, proporcionalmente irrelevante, estavam entre os cativos entre 10 e 59 anos (faixa etária que inclui a população ativa), com algumas exceções (Tabela 19).

Tabela 20: Razão de sexo dos escravos de Atibaia por faixa etária em 1810, 1815, 1820 e 1825

	1810	1815	1820	1825
0 a 4	94,6	103,1	83,9	88,3
5 a 9	107,5	100,0	111,0	102,0
10 a 19	97,2	118,4	104,4	115,7
20 a 29	104,1	120,0	117,6	127,7
30 a 39	85,0	137,7	114,1	96,4
40 a 49	143,9	121,9	121,8	117,3
50 a 59	122,2	100,0	140,7	102,8

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

Em análise de dados de 1830 em áreas correspondentes aos atuais estados de São Paulo e Paraná, Costa e Guitérrez mostram que havia um comportamento oposto entre livres e

escravos quando se trata de estado conjugal. Entre os escravos, 75,9% (São Paulo) e 79,6% (Paraná) eram solteiros e cerca de um quinto deles eram casados (22,3% e 17,5% respectivamente). No segmento formado pelos indivíduos livres, os casados correspondiam a quase metade da população nas duas regiões, com 52,2% e 49,4% respectivamente, e os solteiros a 40,8% e 43,6%⁸⁰. Em Atibaia, a população se comportava da mesma forma, com os escravos sendo majoritariamente solteiros. Nos quatro anos aqui analisados, encontramos proporções de 73,8% (1810 e 1815), 75,2% (1820) e 71,8% (1825) para os cativos que não haviam se casado. Apesar disso, a porcentagem de cativos casados em São Paulo era superior ao padrão encontrado em outras regiões, como no Rio de Janeiro, de acordo com Slenes⁸¹. Tal característica faz da população cativa de São Paulo “a mais incomum de todas as populações escravas numerosas já registradas, não só no Brasil, mas nas Américas, no acesso e recurso ao matrimônio legal” (LUNA, e KLEIN, 2005, p. 182).

A disparidade numérica entre homens e mulheres na população escrava não é a única responsável pela diferença no volume de matrimônios entre livres e escravos. Um fator de peso mais importante nessa equação era o tamanho do plantel, conforme Slenes, Luna e Klein. Os casamentos aumentavam conforme aumentavam os plantéis. Há que se considerar que havia casos de escravos casados com indivíduos livres, principalmente forros. Entretanto, essas uniões eram exceção, não regra. Como destaca Luna, “o efeito inibidor provocado pela preferência nas uniões dentro dos plantéis (...) reduzia a proporção de escravos que conseguiam uma relação conjugal estável” (LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 576). Considerando-se que em Atibaia os pequenos plantéis eram maioria, é esperado que a porcentagem de casamentos entre os cativos da vila não superasse os valores encontrados em toda a região de São Paulo.

Tabela 21: Situação conjugal dos escravos em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825

	Solteiros		Casados		Viúvos		Total
1810	1108	73,8%	359	23,9%	35	2,3%	1502
1815	1147	73,8%	373	24,0%	34	2,2%	1554
1820	1273	75,2%	372	22,0%	47	2,8%	1692
1825	1280	71,8%	438	24,6%	65	3,6%	1783

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

Observando a maneira como o plantel de Lucas de Siqueira Franco foi listado em 1810, podemos deduzir a existência de pelo menos 7 casais de escravos em seu plantel de 53 cativos.

⁸⁰ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 513

⁸¹ SLENES, 2011, p. 88

Destacamos 2 desses potenciais casais, que aparecem em sequência: Elesbão, 65 anos, e Faustina, 45 anos, são seguidos por um jovem de 17 anos, também chamado Elesbão, que provavelmente era filho do casal. Após essa família, aparece outro possível casal formado por Ignácio, 26 anos, e Benta, 24 anos, que são seguidos por três crianças: Mariana, 6 anos, Anastácia, 4 anos, e Pedro, 2 anos, provavelmente seus filhos. Também é possível supor a presença de casais de escravos em plantéis pequenos, como o de João Pedroso de Oliveira. Com 5 cativos, o plantel lista Joaquim, 43 anos, e Isabel, 48 anos, como negros casados. Abaixo deles, o arrolamento traz Barnabé, 18 anos, Adão, 16 anos, e Floriana, 2 anos, todos solteiros e com idade para serem filhos dos dois primeiros. Entretanto, a falta de informações detalhadas sobre os cativos de cada domicílio não nos permite concluir com certeza.

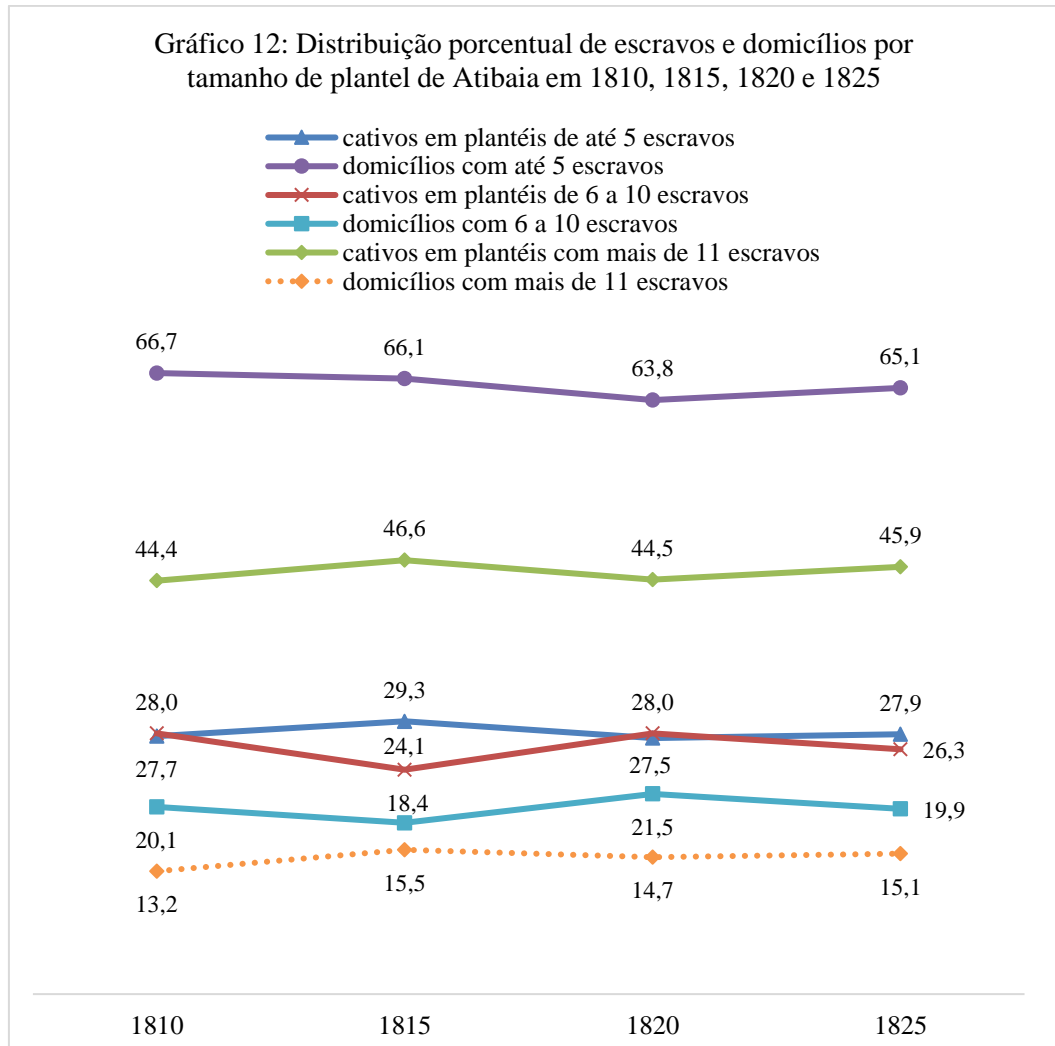
3.1. Estrutura da posse de escravos

Ao levar em conta unidades produtoras de alimentos, Luna e Klein mostram que a maioria delas dependia do trabalho familiar e um quarto contava com escravos, número considerável na avaliação deles. Os autores destacam, ainda, que a quantidade de escravos nesses domicílios não era grande.

Em contraste com os proprietários de escravos que produziam café e açúcar, os agricultores com escravos dedicados ao cultivo de “alimentos” tinham, em geral, pequenos plantéis: os que possuíam cinco cativos ou menos representavam dois terços desses proprietários, e 80% dos escravos existentes nesse segmento produtivo encontravam-se em domicílios com até 20 escravos. (LUNA e KLEIN, 2010, p. 300)

A posse da terra isoladamente não determinava a posição econômica de um indivíduo na sociedade colonial brasileira. Por outro lado, a posse de escravos é um identificador da capacidade de acumulação de um indivíduo, como explicam Luna e Klein.

Foi o tamanho da força de trabalho o fator mais importante na determinação da riqueza de um domicílio. O total de escravos e agregados, trabalhadores assalariados e membros da família era fundamental para determinar a capacidade de trabalho de um domicílio. (LUNA e KLEIN, 2005, p. 138)



Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

Observar a idade média dos proprietários de acordo com tamanho de plantel confirma que a aquisição de escravos era uma forma de acumulação de riqueza. Em geral, quanto mais velha a pessoa, mais escravos ela possuía, resultado do aumento do cabedal do proprietário no decorrer da vida. Em Atibaia, para a faixa de 1 a 5 cativos, vemos uma média de 42,8 anos entre os escravistas. O número aumenta nas duas faixas seguintes, com 51 anos para aqueles com no mínimo 6 e no máximo 10 escravos e, finalmente, 55,7 anos para aqueles com pelo menos 11 cativos nos 4 anos de nossa análise.

A distribuição da posse de escravos no Brasil, entretanto, variava de acordo com a economia local. Em comparação com aqueles que produziam café e açúcar, com grandes plantéis, vemos que os proprietários de escravos dedicados à produção de alimentos tinham plantéis pequenos, de até cinco cativos, representando dois terços dos agricultores escravistas⁸². Dentre os fogos escravistas de Atibaia, a maioria contava com até 5 escravos em todos os anos

⁸² LUNA e KLEIN, 2005, p. 110

de nosso estudo (66,7%, 66,1%, 63,8% e 65,1%, respectivamente), reunindo um número de escravos percentualmente menor do que aqueles alocados em domicílios com mais de 11 cativos.

Observamos uma relação inversamente proporcional entre domicílios de Atibaia e cativos, quando comparados por faixa de posse. Aqueles com mais de 11 cativos eram a minora dentre os escravistas (13,2%, 15,5%, 14,7% e 15,1%). Como a diferença entre domicílios e proprietários não era grande, podemos dizer que a sociedade escravista local era composta por muitos proprietários de poucos escravos e poucos proprietários de muitos escravos. Outro dado de corrobora essa afirmação é o levantamento da média de escravos por proprietários. Luna encontrou médias de 5,8 e 5,1 para homens e mulheres, respectivamente, no ano de 1804 em 25 localidades de São Paulo⁸³.

(...) em várias regiões do Brasil e em diversos pontos do tempo ao longo dos séculos dezoito e dezenove, foi marcante a presença, entre os escravistas, daqueles detentores de poucos cativos, os quais, não obstante, em todos os casos referidos, estiveram sempre de posse de parcela significativa da massa escrava. Nessas regiões, como é o caso de Atibaia, a grande quantidade de pequenos proprietários e a pequena quantidade de grandes proprietários era a tônica. (MOTTA, p. 97)

O mesmo padrão foi encontrado por Bacellar em Sorocaba em 1810, onde 11,4% dos domicílios tinham plantéis com mais de 11 escravos e detinham 46,8% dos cativos. Em oposição, 32,2% dos escravos estavam em plantéis de 1 a 5 em 73,9% dos domicílios escravistas⁸⁴.

Nas listas nominativas de Atibaia dos anos 1810, 1815, 1820 e 1825, foram arrolados respectivamente 118, 115, 113 e 121 chefes de domicílio, entre homens e mulheres, com pelo menos 1 e no máximo 5 escravos. Aqueles com um único cativo somaram 53, 39, 36 e 32 em números absolutos, com sua participação percentual diminuindo a cada 5 anos: em 1810, 45,7% dos proprietários de até 5 escravos tinham apenas 1 cativo. Essa proporção caiu para 33,9% em 1815, 31,8% em 1820 e 26,45% em 1825, podendo indicar que um acúmulo de riquezas por parte desses proprietários tenha lhes permitido ampliar seus plantéis.

Em 1810, havia em Atibaia 53 proprietários de um único escravo, sendo que os cativos se dividiam entre 11 homens e 42 mulheres, levando a uma razão de sexo de 26,2 (Tabela 21). Tal predominância das cativas não existia nos plantéis maiores, onde havia tendência à

⁸³ LUNA. COSTA, e KLEIN, 2009, p. 354

⁸⁴ BACELLAR, 2000, p. 240

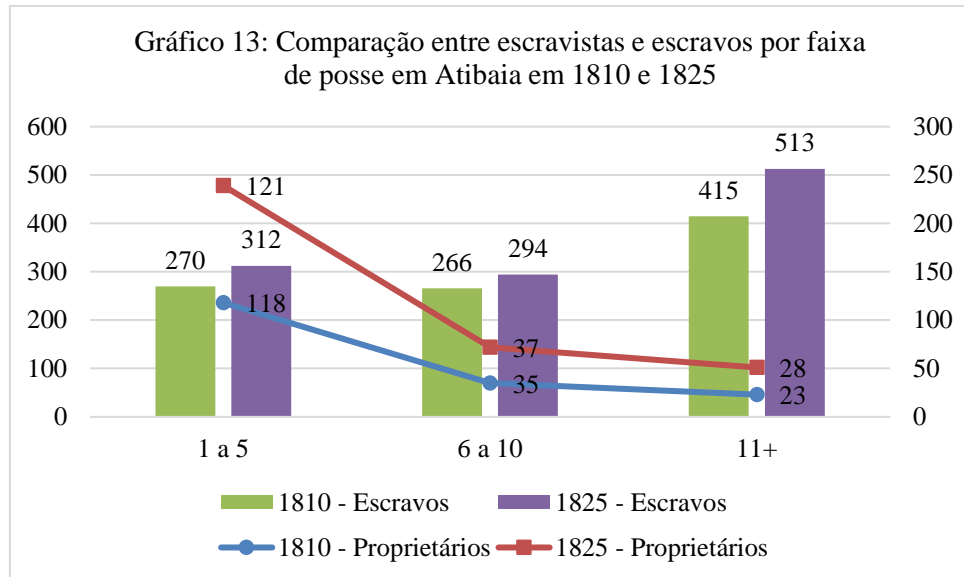
aquisição de homens, elevando a razão de sexo. Essa proporção se inverte na faixa de 6 ou mais escravos: 111 em 1810, 117 em 1815, 117,9 em 1820 e 129,9 em 1825.

A baixa razão de sexo observada nos plantéis de até 2 escravos sugere que, na compra do primeiro escravo, havia uma preferência por mulheres, seja por terem preço menor ou por serem aproveitadas em atividades diversas, como artesanato e trabalhos domésticos, no contexto da pequena unidade agrícola.

Tabela 22: Razão de sexo de escravos por tamanho de plantel em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825				
Plantel	1810	1815	1820	1825
1	26,2	77,3	38,5	68,4
2	72,7	50	100	69,2
3	108,7	106,3	122,9	85,7
4	85,7	130,3	100	93,1
5	81,8	92,1	104,5	105,1
6 ou +	111	117	117,9	129,9
Totais	97,7	109,4	111,1	115,6

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

A vila não contava com proprietários realmente grandes. Os tamanhos máximos de plantel, mesmo nas faixas mais ricas da sociedade, não passaram de 53 nos anos estudados e, de acordo com Luna e Klein, em toda São Paulo eram raros os proprietários com mais de cem cativos: “Do total de 35.500 senhores que estudamos nos vários anos considerados, apenas 47 possuíam mais de cem cativos” (LUNA e KLEIN, 2005, p. 155). Comparando-se os proprietários de Atibaia por faixa de plantel e a quantidade total de escravos, vemos o mesmo comportamento entre 1810 e 1825: muitos proprietários com até 5 escravos e poucos com mais de 11.



Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes de Atibaia, anos selecionados

A hipótese mais aceita é que o escravo era adquirido para complementar a força de trabalho dos domicílios e que poucos conseguiam reunir os meios suficientes para montar um grande plantel. O alferes Francisco Xavier Cezar, de 48 anos, é um exemplo: tendo 3 filhos, com idades variando de 10 a 14 anos, incrementava sua capacidade produtiva com a presença de uma escrava de 17 anos. Considerando-se a acumulação necessária para a aquisição do primeiro escravo, é compreensível que a razão de masculinidade seja menor nos plantéis de apenas 1 cativo, tendo em vista que estes eram os mais humildes.

3.2 – Ocupações dos escravistas

Para uma compreensão completa dessa sociedade, é necessário traçar um perfil dos escravistas de acordo com suas ocupações e atividades econômicas. Luna e Klein encontraram para 1804 uma proporção de dois terços dos proprietários com menos de 5 escravos dedicados à agricultura em São Paulo⁸⁵.

Em Atibaia, a maioria dos escravistas estava em domicílios voltados para a agricultura. Em 1810, a proporção de escravos trabalhando para agricultores era de 90,1%. É plausível que esses trabalhadores se dedicassem à lavoura, mas, com base apenas nas listas nominativas, não é possível confirmar tal hipótese, uma vez que não havia detalhamento sobre as atividades de cada habitante do domicílio.

⁸⁵ LUNA e KLEIN, 2005, p. 150

De acordo com levantamento fogo a fogo do documento de 1810, 407 chefes de família declararam-se como agricultores⁸⁶. Destes, 157 contavam com mão de obra de 857 cativos, 90,1% dos cativos arrolados na lista nominativa⁸⁷. Dentre os chefes de domicílio escravistas dedicados à agricultura, 66,7% possuíam plantéis de até 5 escravos, concentrando 237 cativos.

Plantel	Domicílios
1	44
2	18
3	14
4	15
5	11

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

O maior proprietário de escravos de Atibaia em 1810 era o sargento-mor Lucas de Siqueira Franco, com 53 cativos. Pertencente a uma das mais tradicionais famílias de Atibaia, Lucas era neto do primeiro capitão-mor da vila, de quem herdou o nome, e filho do segundo capitão-mor, Francisco da Silveira Franco. Sua avó paterna pertencia à família dos Camargos, povoadores iniciais da região⁸⁸. Integrante da elite local, Lucas declarou ter colhido 2.000 alqueires de milho, dos quais 300 foram vendidos a 160 réis naquele ano. Além do milho, produziu e vendeu 60 canadas de aguardente a 1\$600. Lucas continuou sendo o maior senhor de escravos de Atibaia em 1815 e 1820, com 42 cativos listados. Em 1825, já com o título de capitão-mor, seu plantel chegou a 47 escravos, sendo o segundo maior de Atibaia, perdendo apenas para João Francisco Dultra, que declarou possuir 52 cativos.

O grande peso da agricultura na economia paulista no século XIX se refletia nas atividades dos proprietários de escravos. Assim como Lucas, a maior parte dos escravistas de Atibaia dedicava-se à agricultura. Em 1810, 157 dos 174 chefes de domicílio com escravos declararam ser lavradores. Alguns deles tinham outras atividades, como a criação de animais, a produção de aguardente e negócios. Reis destaca os casos em que mais de uma atividade principal foi declarada para um domicílio, pois uma parcela considerável tinha outra ocupação além da agropecuária.

⁸⁶ Para esses dados, foram considerados os chefes de família que se declaram alguma atividade agrícola, mesmo que acompanhada de outra, como tropa ou negócios

⁸⁷ Como explicado anteriormente, havia discrepância nos números dos Mapas Gerais e das Listas Nominativas. Para a análise por proprietários e domicílios, usaremos os dados das últimas.

⁸⁸ SILVA LEME, 1903-1905, v.2, pp. 48-91

Havia tabelião que administrava fazenda, dono de negócio que era também alfaiate e plantava cana, fiandeira-negociante, músico-vendedor, soldado que se dedicava à criação de porcos, alferes-sapateiro, entre inúmeras outras situações. (REIS, 2010, p. 263)

Luna encontrou 65,7% de escravistas dedicados à agricultura em São Paulo em 1804⁸⁹. Em Atibaia, o peso da atividade era maior de acordo com nossa análise, com 87,9%, 88,8%, 88,2% e 88,7% nos anos analisados, o que vai ao encontro da característica da vila como produtora de alimentos para o abastecimento interno.

Como se comportavam os pequenos proprietários de escravos? Quais eram suas atividades principais? Em 1810, Manoel de Camargo Pimentel, de 84 anos, declarou sua principal ocupação como lavrador, tendo colhido 100 alqueires de milho e 16 de feijão. Para tanto, ele contou com 3 escravos e um agregado, além de 5 filhos em idade produtiva. A viúva Anna Maria Boenna, de 60 anos, que vivia com 12 agregados e 3 escravos, declarou ter colhido 50 alqueires de milho e 7 arrobas de algodão. O lavrador Antonio de Pádua Leite, de 32 anos, contava com 5 escravos em idade produtiva, além de sua mulher de 30 e 4 filhos com menos de 9 anos, e declarou ter produzido 100 alqueires de milho e 1 de feijão. Além da agricultura, ele negociava animais e declarou 4 potros e 20 bezerros.

	1810	1815	1820	1825
Agricultura	150	147	144	147
Agricultura + negócios	7	6	12	18
Negócios	6	8	4	8
Artesanato	4	1	6	5
Agricultura + artesanato	-	1	-	-
Atividades urbanas	3	3	3	3
Jornais de seu negro	-	-	1	-
Esmolas	-	2	-	-
Sem informação	4	6	7	5

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

⁸⁹ LUNA, COSTA E KLEIN, 2009, p. 360

⁹⁰ Para o termo “negócio”, incluímos as atividades descritas como tropa, negócio de compra e venda, negócio de padaria e negócio de venda. Em “agricultura”, incluímos atividades do campo, sejam lavoura ou criação de animais. Artesanato reúne atividades com fiação, carpintaria, alfaiataria, tecelagem e sapataria. Atividades urbanas é a rubricada usada para pessoas ligadas aos setores igreja, magistratura e profissionais liberais (como carcereiro, dizimeiro, tabelião e professor)

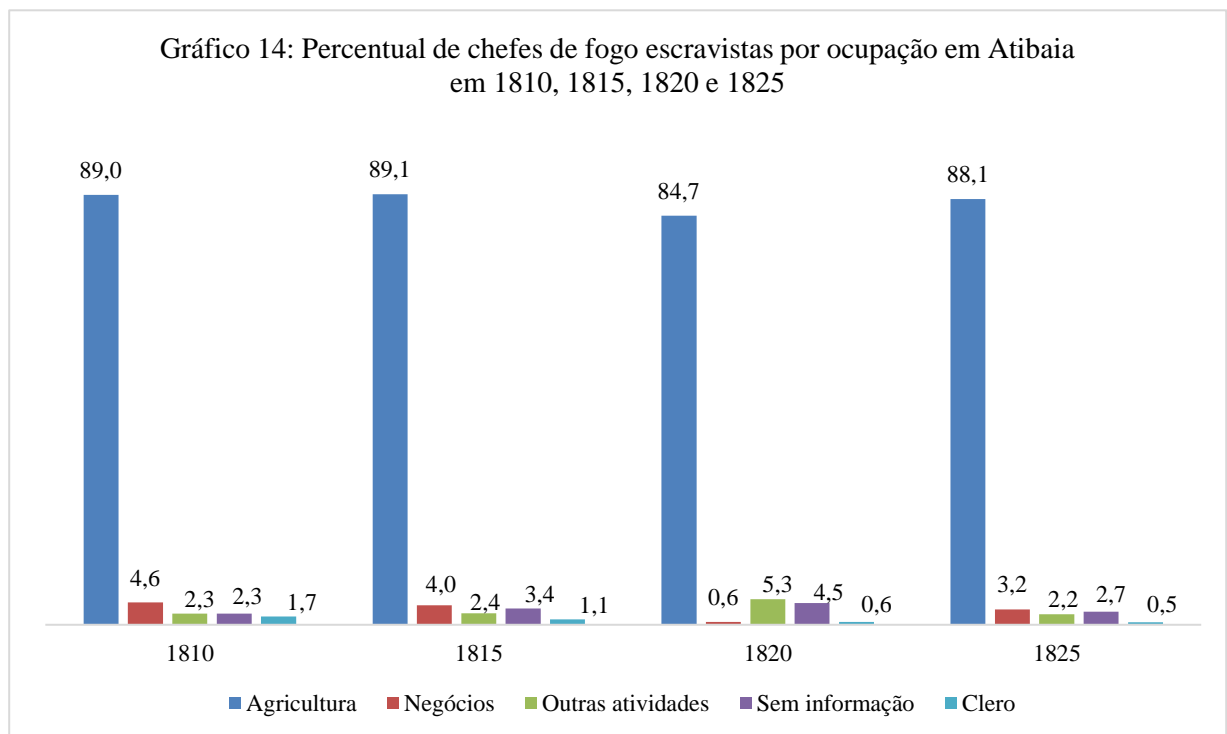
Além disso, foram 16 os chefes de domicílio com escravos que declararam outras atividades em 1810 sem relação com a agricultura. Em conjunto, eles eram responsáveis por 56 escravos daquele ano, com 13 escravistas tendo até 5 cativos.

Escolástica Ortiz de Camargo, uma viúva de 67 anos, declarou-se fiandeira e tinha uma escrava de 48 anos. Como o domicílio era composto pelas duas e a filha da chefe de fogo, podemos concluir que a cativa Thereza participava do dia a dia do domicílio dividindo tarefas com as mulheres livres.

Por outro lado, Jacinto José de Arruda Cintra, declarou possuir 13 escravos e ter seu negócio de fazenda seca como atividade principal. Completam a lista dos domicílios com escravos que não eram ligados à agricultura em 1810, 5 negociantes e comerciantes, um alfaiate, uma costureira, uma fiandeira e 3 padres. Para 3 domicílios não houve descrição das atividades.

O soldado miliciano Bernardino Dominguez, branco de 19 anos, natural de Atibaia e casado com Gertrudes Maria, de 18 anos, declarou apenas ser recém-casado. Além do casal, vivia no domicílio o escravo Joaquim, pardo de apenas 5 anos. Caso semelhante é o do soldado de cavalaria Joaquim Alves, branco de 22 anos. Recém-casado com Manoela Miquilina, de 17 anos, declarou apenas a posse dos pardos João, de 14 anos, Izabel, de 12, e Efigênia, de 4.

O auxiliar Lourenço Pires de Camargo, branco de 24 anos, não declarou nada com relação a sua ocupação ou a acontecimentos em seu domicílio. Casado com a branca Antonia Buena, de 18 anos, tinha uma escrava, a parda Faustina, de 3 anos.



Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Outro caso sem ocupação declarada é o de Salvador de Oliveira Preto, branco de 40 anos. Casado com Maria Dias, branca de 25 anos, vivia em seu domicílio com os dois filhos pequenos, Gertrudes e Albino, de 6 e 3 anos, respectivamente, além do agregado José, um negro de 10 anos, e do escravo João, negro de 41 anos casado. Mais que não declarar ocupação, o chefe do domicílio declarou nada ter, o que não se espera de um proprietário de escravos. A tenra idade do agregado e o fato de o escravo ser um homem casado nos leva a especular se o menino José seria filho de João e sua esposa que, apenas a partir das listas, é impossível ser identificada.

Quadro semelhante é encontrado em 1815, em que 89,3% dos escravos viviam em domicílios de agricultores. Naquele ano, o capitão Lourenço Franco da Rocha, de 29 anos, casado com Maria Madalena, de 17 anos, com quem tinha um filho de 7 meses, declarou ter 4 escravos e se dedicado exclusivamente à agricultura, tendo colhido 300 alqueires de milho, 20 de feijão e 3 arrobas de algodão.

Entre os pequenos escravistas, podemos destacar Escolástica da Silva, uma viúva de 53 anos, que vivia com o afilhado de 8 anos e um escravo, Matheus, de 18. Ela declarou ter vendido 20 alqueires de milho e 20 arrobas de algodão, além de ter colhido feijão para seu sustento e tido 4 bezerros.

Os casos de domicílios em que a lavoura não era a ocupação principal, mas fazia parte do trabalho também aparecem. Naquele ano, por exemplo, o capitão-mor José de Siqueira Franco continuou declarando seu negócio de fazenda seca como ocupação primária, mas informou plantar para seu sustento em seu sítio. Seu plantel de escravos havia crescido de 8 para 11 cativos.

Joana Franca, uma mulher 60 anos, solteira e branca, vivia no bairro de Campo Largo com três mulheres pretas: a escrava Benedita, viúva de 70 anos, e as agregadas Maria, de 48, e a filha desta, Rosa, de 13, ambas solteiras. Segundo declarou a chefe do domicílio, o sustento vinha de esmolas. É de se estranhar que uma proprietária de escravos, ainda que uma única idosa de 70 anos, dependa de doações para viver. Podemos supor que cabia às negras mendigar, mas este é mais um caso em que as informações presentes no arrolamento pouco explicam o que acontecia na residência.

O soldado miliciano Manoel de Oliveira Cardoso, branco de 30 anos casado com Christina Maria, de 25 anos, também é outro caso semelhante. Pai de dois meninos, João e José, de 2 e 1 ano, respectivamente, Manoel declarou nada ter além das escravas pretas Dionísia, de 14 anos, e Maria, de 1.

Outros sete domicílios não declararam ocupação naquele ano e respondiam por 14 escravos. Dentre eles, quatro casais recém-casados, um caso de ocupação ilegível e o de Maria Gertrudes do Carmo, que acabara de se mudar de Cuiabá. Aos 37 anos, a viúva branca chegou a Atibaia com seus três filhos, Albino, Maria e Manoela, os escravos José, de 24 anos, Ignácio, de 20, Eva, de 22, e Antonio, de 4, e o agregado Manoel, um negro de 60 anos casado. A lista não informa onde estava e quem era a mulher desse agregado.

O perfil dos escravistas de Atibaia mantém-se basicamente o mesmo em 1820, com os agricultores concentrando 92,7% dos cativos da cidade. A falta de informações em alguns domicílios listados torna possível acreditar que esse número poderia ser ainda maior, como é o caso de Ignácio Alves de Godois, um homem branco de 48 anos possuidor de 10 escravos. Casado com Gertrudes Maria, ele declarou ter 4 filhos e um agregado. No entanto, a lista não traz informação alguma sobre sua ocupação. Apesar disso, com base na lista de 1815, é possível deduzir que se tratava de um agricultor. Naquele ano, Ignácio declarou sucintamente plantar para seu sustento e possuir 8 escravos.

João Barbosa de Siqueira, de 43 anos, casado com Ignácia Maria, declarou ter 4 filhos menores de 9 anos, além de 3 escravos, sendo dois africanos e um nascido na colônia, e uma agregada de 24 anos. O arrolamento do domicílio atesta uma produção de 400 alqueires de milho, 12 de feijão, 2 de arroz, além de 5 bezerros e 10 porcos sem, no entanto, diferenciar as tarefas de cada morador.

O domicílio de Anna Esmeria de Siqueira, de 36 anos e natural de Parnaíba, era formado por ela e dois escravos, Jesuíno, de 20 anos, e Anna, de 18. A atividade principal do fogo era a costura, como declarado, sem detalhar as funções de cada morador.

Um fogo com número maior de habitantes era o do sargento Antonio Luís Leite Penteadado de 40 anos, com 15 pessoas. Dessas, 4 eram escravos com idades variando de 4 a 25 anos e 3 eram agregados. Sua família era formada por sua mulher, Anna Francisca, de 32 anos, e seus 6 filhos de 11 anos a 3 meses. A produção do domicílio ficou em 600 alqueires de milho, 20 de feijão e 10 de amendoim, além de 6 bezerros.

Percebe-se ainda, na lista de 1820, um pequeno aumento no número de negros escravistas, com cinco negros possuindo sete cativos. Em 1810, apenas dois dos 177 escravistas de Atibaia não eram brancos e tinham um cativo cada um. Um deles era o negro Lourenço Miguel de Siqueira, de 43 anos, um dos poucos escravistas da região não dedicados à agricultura. Natural de São Paulo, este chefe de família vivia do ofício de alfaiate e de um negócio de venda. Nos quatro anos aqui estudados, a escrava Suzana, natural de Angola, aparece sempre como única cativa da família.

Dos cinco negros proprietários de escravos em 1820, apenas um era lavrador. Trata-se de João Martins Torres, que informou ter colhido 30 alqueires de milho e 5 de feijão em 1820. Casado com Thomazia Maria, de 51 anos, este senhor de 67 anos declarou ainda a posse do escravo João, de 51 anos. Um músico, um tabelião e uma costureira eram os três outros negros escravistas daquele ano.

Manoel Julião da S. Ramos, mestre de música negro de 57 anos, natural de Minas Gerais, casado com Maria Apolinária, uma branca de 30 anos, natural de Goiás, não declarou nenhum bem além dos escravos Antonio e Joana, ambos de Angola.

O negro Caetano Affonso de Jesus Quintana, sargento de milícias e tabelião, vivia com sua mulher, Maria Cândida, branca de 30 anos, quatro agregados e os escravos Luís, de 60 anos, e Anna, de 38. A lista informa que os cativos eram casados, sem dar mais detalhes que possam indicar se eram cônjuges um com o outro.

A costureira Anna Esmeria, uma negra solteira de 47 anos, declarou viver com a escrava Joaquina, uma mulher parda de 26 anos, e com a agregada Gertrudes, uma negra de 32 anos, ambas solteiras.

Dentre os proprietários sem ocupação definida, destacam-se dois novos casais. Manoel Antonio Soares, de 24 anos, casou-se com Anna Francisca Pedrosa, de 20, e provavelmente recebeu a escrava Maria, de 20 anos, como parte do dote. O mesmo pode ser concluído sobre Ignácio José Correia, de 25 anos, que se casara com Maria Francisca, de 16, e tinha dois escravos, Miguel e Benedito, de 10 e 5 anos, respectivamente.

Na lista de 1825, 65% dos domicílios tinham entre 1 e 5 escravos. Destes, 83,5% se dedicavam à agricultura e concentravam 26,7% dos escravos. Jacinto da Cunha, de Nazaré, era casado com Joaquina de Oliveira, de 38 anos. Juntos, eles tinham 5 filhos, com idades variando de 4 a 20, além de 2 escravos, Antonio, de Nação, e Vicente, nascido em Atibaia, ambos em idade de produtiva. A produção do domicílio foi listada como 250 alqueires de milho e 30 de feijão.

No segmento dos escravistas com 5 cativos, destacamos José Franco Penteadado, de 54 anos, casado com Maria Luiza, de 45. Além das filhas, Manoela e Maria, o casal declarou 5 escravos, com 3 em idade produtiva e 2 menores de 6 anos, além de um agregado de 40. A produção total declarada foi de 200 alqueires de milho e 10 de feijão. Desta produção, a família comercializou 40 alqueires de farinha na cidade.

Tabela 25: Atividades declaradas por chefes de domicílios sem escravos em Atibaia em 1810, 1815, 1820 e 1825

	1810	1815	1820	1825
Agricultura	253	304	249	274
Jornais	38	49	77	49
Artesanato	37	49	53	52
Negócios	16	18	18	14
Atividades urbanas	8	10	7	5
Agricultura + artesanato	2	2	-	-
Agricultura + jornais	1	1	7	-
Agricultura + negócios	1	-	-	-
Artesanato + jornais	-	-	-	1
Esmolas/Pobres/Vadios	28	22	36	39
Sem informação	62	30	34	32

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Dentre os escravistas que não eram agricultores, havia três negros, além do alfaiate Lourenço, já mencionado anteriormente. Eram eles Thomazia de Oliveira, lavradora, Anna Maria de Jesus, fiandeira, e José Marcelino de Siqueira, alfaiate. Também merece destaque o ferreiro João Batista Teixeira, de 26 anos, branco e casado com Ana Maria de Oliveira, de 20 anos. Além da filha de 1 ano, eles contavam com a força de trabalho da escrava Maria, de Nação, e do agregado João Pedro, de Bragança. Completava o domicílio o agregado Antonio, de 9 anos.

Analisando as ocupações dos chefes de domicílios sem escravos, encontramos uma presença considerável de jornaleiros, bem como de artesãos. A agricultura, ainda que dominante, aparece com participação menor no comparativo com os proprietários de escravos.

A análise detalhada da demografia de Atibaia proporciona um retrato de uma sociedade colonial de economia voltada para o abastecimento interno, baseada na agricultura familiar em que poucos excedentes eram comercializados fora da vila. Percebe-se a repetição de padrões já verificados pela historiografia: maior presença de mulheres na população total, ao contrário da população cativa, em que os homens eram numericamente superiores.

Nota-se que a distribuição de escravos também se dava de maneira semelhante a outras regiões da capitania. Mesmo não havendo grandes senhores de escravos, Atibaia mantinha o

modelo de poucos proprietários de muitos escravos e muitos proprietários de poucos escravos, comum em toda a sociedade colonial.

Com relação aos habitantes de domicílios em que os plantéis de escravos não passavam de cinco, concluímos que o contexto devia ser de senhores e cativos trabalhando lado a lado, uma vez que a força de trabalho total em cada unidade domiciliar não era grande.

A agricultura apresenta-se como a principal atividade em todos os fogos, o que se mostra alinhado com a economia paulista da época, especialmente em vilas como Atibaia, mais próximas da capital e, portanto, mais conectadas a ela através da comercialização de itens de sobrevivência, tanto na venda de seus excedentes, como na compra de produtos não disponíveis localmente.

Compreendido o retrato da população de Atibaia, partiremos para a análise de sua economia, com o objetivo de desvendar o papel do braço escravo na produção local dos pequenos proprietários, ou seja, aqueles com até cinco cativos. Será possível avaliar o peso do trabalho cativo naquela economia? Possuir um escravo era suficiente para enriquecer um proprietário? A partir de que tamanho de plantel podemos observar isso em Atibaia? Essas são alguns das questões que tentaremos responder.

4. A economia de uma vila de abastecimento

O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. É vir à tona.

Fernand Braudel⁹¹

A produção de gêneros alimentícios para autoconsumo e o mercado interno era uma parte fundamental da economia paulista no período anterior a 1800 e assim continuou mesmo após o avanço do açúcar e do café na segunda metade do século XIX. De acordo com Luna e Klein⁹², na maioria dos casos, a produção era direcionada à subsistência e à venda em mercados locais. Alimentos básicos, como milho, feijão, arroz e carne suína eram produzidos em todas as áreas de São Paulo, em unidades agrícolas familiares que com frequência usavam a mão de obra escrava, inicialmente de indígenas e, depois, de africanos.

O setor produtor de alimentos permaneceu expressivo e cada vez mais integrado à economia escravista. Assim, o alicerce da agricultura paulista continuou sendo a produção de “alimentos”, que se expandiu paralelamente às culturas de “exportação” na primeira metade do século 19. Além disso, a crescente importação de escravos africanos para as lides açucareiras e cafeeiras significou que até mesmo produtores exclusivamente de “alimentos”, como os que plantavam milho, puderam ter acesso à mão de obra cativa. (LUNA e KLEIN, 2010, p. 316)

Analisando os arrolamentos populacionais de São Paulo disponíveis para os anos de 1804 e 1829, Luna e Klein concluem que, em 1804, 86% dos escravistas dedicavam-se à produção de alimentos típicos do mercado interno (milho, feijão, arroz, mandioca, toucinho e gado), controlando 70% dos escravos. Em 1829, 74% desses agricultores produziam alimentos baseando-se na mão de obra de 49% dos cativos. No que se refere aos produtores sem escravos, a análise se baseou em uma amostra de 20 localidades paulistas evidenciando que 95% deles se dedicavam à produção de alimentos⁹³.

⁹¹ BRAUDEL, 2009, p.12

⁹² LUNA e KLEIN, 2005, p. 107

⁹³ LUNA e KLEIN, 2010, p. 298

A participação de escravos nesse segmento da economia paulista revela uma capacidade de acumulação de riqueza suficiente para esses produtores acessarem o mercado escravista. Em Atibaia, encontramos uma média de 40 anos para os proprietários de 1 único escravo, um indicador de que o processo de acumulação se dava lentamente, como já afirmara Bacellar ao analisar Sorocaba no período colonial, onde a mesma idade média foi encontrada para os senhores de 1 cativo. “O fato de a idade média dos proprietários de somente um escravo ser de 40 anos (...) sugere que alcançar a posse desse cativo era processo de longa duração no ciclo de vida familiar” (BACELLAR, 2001, p. 156).

Além do acúmulo gradual de riqueza para a aquisição de cativos, a herança é outro fator para a entrada de indivíduos mais velhos no segmento de escravistas. Um caso exemplar para essa situação é o lavrador Jacinto Leite de Oliveira. Em 1810, aos 27 anos, ele aparece na lista ao lado da mulher, Rosa Maria, e das três filhas menores de cinco anos, Maria, Anna e Esmeria, declarando apenas plantar para seu sustento. Quadro igual aparece na lista de 1815, apenas com o acréscimo da filha Escolástica. Em 1820, já aos 38 anos, aparece o primeiro escravo do domicílio, Joaquim, uma criança de um ano que recebeu de herança. A produção naquele ano aparece detalhada como 150 alqueires de milho e 10 de feijão, somados à venda de 10 porcos. Em 1825, Jacinto declarou 4 filhos, Bento, José, Elena e Escolástica, além do escravo Joaquim, e uma produção de 100 alqueires de milho e 10 de feijão, mostrando que a situação econômica do domicílio não sofreu grandes mudanças, provavelmente devido a baixa mão de obra ativa, uma vez que apenas o casal estava nessa faixa etária.

Luna e Klein mostram que os gêneros de subsistência cresceram em participação no mercado, servindo tanto à alimentação de pessoas e animais, como para suplemento de renda daqueles que investiam em culturas de exportação como o café⁹⁴. Analisando a evolução desse mercado a partir das listas nominativas paulistas desde 1798, Luna e Klein concluíram que o açúcar respondia por dois terços de todas as exportações para além das vilas produtoras e o outro terço era formado por gêneros de abastecimento interno.

Em ordem decrescente de valor, a província exportou animais e aguardente, seguidos de produtos alimentícios básicos como arroz, feijão, milho e farinha de mandioca, e finalmente toucinho. Embora esses cultivos ocorressem em todas as áreas, houve significativa especialização em sua exportação. (LUNA e KLEIN, 2005, p. 108)

É preciso considerar que as listas nominativas pudessem subestimar a produção de gêneros alimentícios, especialmente aqueles que eram consumidos internamente nas próprias

⁹⁴ *idem*, p. 316

unidades agrícolas. A lista nominativa de Atibaia de 1815, por exemplo, não menciona quantidades colhidas, apenas o que foi vendido. Em comparação com as listas de 1810, 1820 e 1825, é o documento com menos detalhes sobre as atividades produtivas dos domicílios, frequentemente reduzindo as informações a “planta para seu passar”. Esse é o caso de João Franco de Camargo, natural de Atibaia. No arrolamento de 1815, ele é descrito como lavrador que “colheu para o seu gasto”. Em 1825, no entanto, a lista detalha a produção, incluindo a não comercializada: “Colheu de milho = 100 alqueires. Plantou e colheu feijão só para o seu passar. Vendeu 10 alqueires de milho na cidade”⁹⁵. Tais observações são um lembrete sobre a documentação, que não pode ser considerada totalmente fiel à realidade e deve ser usada como referência para análises. Essa falta de detalhamento sobre a produção nos levou a excluir o ano de 1815 da análise.

Entre 1804 e 1829, a produção de alimentos foi universal nas localidades paulistas, de acordo com análise de Luna e Klein. “Em 1804, cerca de 86% dos proprietários de escravos ocupados na agricultura, que controlavam 70% da escravaria nesse setor, dedicavam-se à produção para o mercado” (LUNA e KLEIN, 2005, p. 109). Assim como era o caso de Atibaia, o estudo conclui que a maioria das unidades produtoras não tinha escravos e dependia do trabalho familiar. Entre as unidades que contavam com a posse de escravos, a maioria tinha apenas um escravo. Em Atibaia, considerando-se os domicílios com até 5 escravos dedicados à agricultura, vemos que 43,1% deles tinham apenas um cativo. É possível concluir que essas unidades se assemelhavam àquelas sem escravos e que todos os integrantes do domicílio se dedicavam ao trabalho na roça.

O milho era o principal produto local, seguido por feijão e toucinho. A importância da cultura do milho em São Paulo no período colonial é tamanha que lhe rendeu a alcunha de “civilização do milho” por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra clássica, *Caminhos e Fronteiras*. Para o autor, o grão garantia especificidade à cozinha paulista, em contraponto com as demais regiões da colônia onde a mandioca assumia lugar de destaque. Aqui, as condições de solo e clima favoráveis garantiam à população um alimento que se produzia sem trabalho excessivo e também podia ser usado na alimentação das criações domésticas. Luna e Klein destacam a relevância da cultura do milho em São Paulo, afirmando que nenhum gênero alimentício do mercado interno foi tão onipresente:

Era um alimento consumido por pessoas e animais, portanto essencial à economia local. Como observou o oficial militar alemão Friedrich

⁹⁵ AESP, Lista Nominativa de Atibaia de 1825

von Weech em visita à região, o milho era tão importante nas zonas temperadas do Brasil quanto a mandioca nas zonas mais tropicais. (LUNA e KLEIN, 2010, p. 307)

Em sua dissertação de mestrado, Basso⁹⁶ analisa a incorporação do milho na alimentação paulista em detalhe. Uma das características que fizeram do cereal "o alimento por excelência dos sertanistas" está em sua alta produtividade e o curto tempo de maturação, garantindo oferta abundante.

Sabe-se que mesmo em solos não muito férteis, a gramínea indígena produzia-se em grandes quantidades, sendo na verdade difícil o solo em que não se dava, conforme nos informa Carlos Borges Schmidt, para o qual, o milho 'quando semeado em solo pouco fértil, produzia na relação de oitenta por um; ao passo que em terras bastante férteis chegava a dar até quatrocentas vezes a semente plantada'. Podemos imaginar como tais fatores não teriam ajudado na dispersão dos bandeirantes ao longo das trilhas que marchavam, onde não tinham muito tempo a perder. (BASSO, 2012, p.56)

O último aspecto relevante para a disseminação do milho na colônia é o fato de seu consumo não demandar processos elaborados, podendo ser ingerido de diversas maneiras: assado, cozido, na forma de pipoca e até mesmo cru, como ração para os animais. Além de base da alimentação dos paulistas, era “um componente básico de alimentação dos porcos e, portanto, usado indiretamente na fabricação do toucinho, importante produto naquele período, além de alimentar as mulas, vitais para a rede de transporte” (LUNA e KLEIN, 2010, p. 307).

De acordo com Basso, a facilidade do manejo do milho frente a outros produtos que exigiam preparos e processos elaborados para cultura e consumo fez com que ele prevalecesse sobre os demais gêneros⁹⁷. O grão era cultivado em todas as regiões de São Paulo e seu cultivo era fácil, rápido e de poucos investimentos necessários. De acordo com Luna e Klein, “à medida que a economia se expandiu na direção das culturas de exportação e do comércio regional, a produção total do milho foi acompanhando essa expansão” (LUNA e KLEIN, 2010, p. 311). Na vila de Atibaia não seria diferente: “Desde 1803 a quase totalidade dos fogos que declararam a produção realizada mencionaram o milho, na forma do cereal propriamente ou como produção de farinha” (REIS, 2010, p. 268).

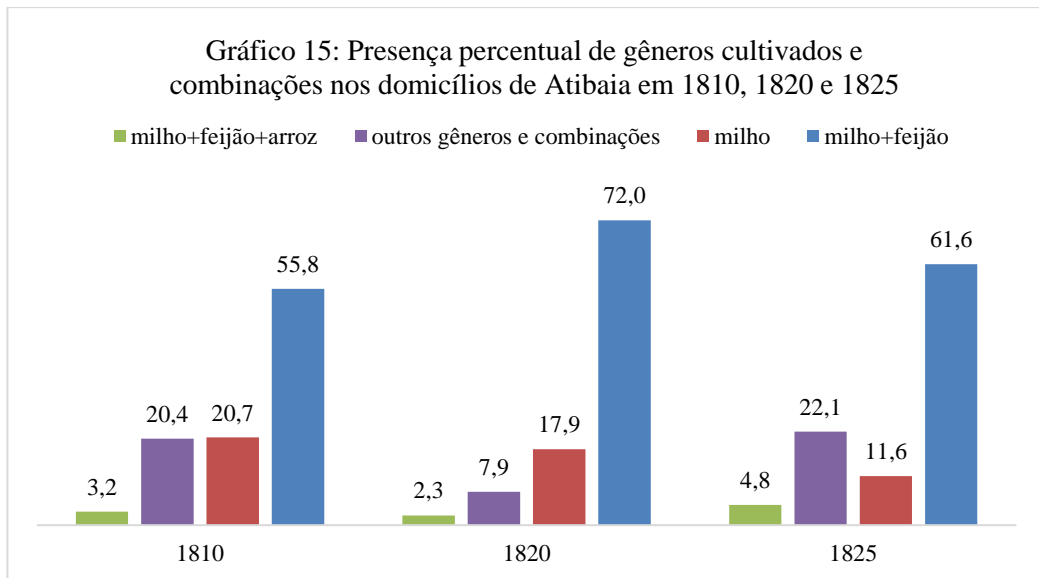
Raramente o milho era o único gênero cultivado em um domicílio. Num intervalo de 30 anos, Reis mostra a policultura como padrão, com o cereal associado a outros produtos. A

⁹⁶ BASSO, 2012, p. 56

⁹⁷ *ibidem*

combinação mais comum era entre milho e feijão, outro mantimento fundamental na alimentação cotidiana paulista e de grande potencial mercantil. Aparecem ainda arroz, algodão, amendoim, mandioca, cana (e aguardente), mamona, trigo e até mesmo café. Considerando-se os anos de 1810, 1820 e 1825⁹⁸, temos a recorrência do milho como item mais presente nas unidades produtoras e também combinado a feijão, arroz, amendoim, algodão e cana.

Outros arranjos de culturas aparecem ora em um dos anos estudados, ora em dois deles. A combinação de milho, feijão e trigo, por exemplo, foi declarada apenas em 1810; a policultura de milho, feijão, arroz, algodão e mamona foi citada apenas em 1820; a monocultura de algodão aparece nas listas de 1810 e 1825, e domicílios atestaram produzir milho, feijão, arroz e cana nos anos de 1810 e 1825. Isoladamente, entretanto, essas variações de cultivos não tinham participação proporcional relevante, tendo em apenas alguns casos contado com participação superior a 1%⁹⁹ dos domicílios. A vila contava também com alguma produção de aguardente e café que, em volume baixo, não era suficiente para considerar a participação de Atibaia no mercado de gêneros de exportação, mas pode ser um indicativo de sua presença no mercado regional, onde comercializava a aguardente.



Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Reis destaca a participação do algodão, utilizado na produção de tecidos para produção de vestimentas tanto de escravos como de homens livres, na agricultura de Atibaia no período entre 1799 e 1829.

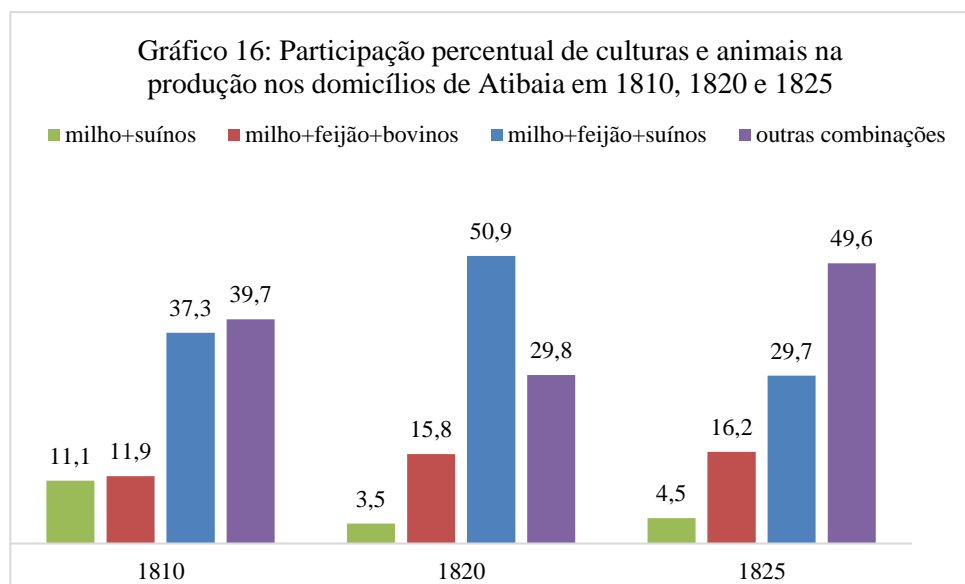
Entre os produtos mencionados merece certo destaque o algodão, em especial conjugado com milho e o feijão. De forma diversa aos grãos

⁹⁸ Excluímos o ano de 1815 porque a lista fogo a fogo não traz informações completas sobre a produção de cada domicílio e ofereceria dados distorcidos

⁹⁹ Para uma lista completa dos gêneros declarados e todas as combinações, vide apêndice

mencionados o algodão teve sua participação entre a produção realizada nos fogos instável e tendente à queda ao longo dos anos. Em 1799 sua produção foi declarada em 29,5% dos fogos em cultura, percentual que chegou a apenas 3,4% menos de quinze anos depois, e ao final do período analisado foi calculado em 11,9% dos fogos com produção mencionada. (REIS, 2010, p. 269)

Além da agricultura, Atibaia contava com criações de animais, com destaque a porcos e bovinos. Os muares também aparecem com frequência, usualmente relacionados ao trabalho de tropas. Considerando-se novamente as listas de 1810, 1820 e 1825, a pecuária aparece como atividade única em poucos domicílios. Em 1810, apenas um deles foi citado nessas condições, tendo declarado a criação de suínos. Em 1820, são dois os criadores de porcos e um criador de bovinos. Por outro lado, em 1825, quando vemos uma variedade maior nas combinações de culturas e criações, temos 6 domicílios declarantes exclusivamente de bovinos e 2 de muares.



Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

O cenário mais comum era aquele em que havia associação entre gêneros cultivados e criação de animais, sendo que a combinação principal é a de milho, feijão e suínos, seguida por milho, feijão e bovinos. Em 1825, vemos um crescimento das variações de gêneros e animais organizadas aqui sob a rubrica “outras combinações”, que inclui 49 delas, e fez essa categoria se sobrepôr às outras, ainda que individualmente nenhuma associação de atividades tenha tido peso relevante¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Para uma lista completa das combinações entre culturas e gêneros cultivados, vide apêndice

Quando consideramos apenas os animais, os porcos aparecem em 61,9%, 60,5% e 42,3% dos domicílios. A queda na participação dos suínos em 1825 deve-se principalmente ao aumento dos bovinos, que tiveram quase o dobro da presença em relação a 1820.

Dos porcos sabe-se que Atibaia produzia toucinho, um de seus principais produtos, ao lado do milho e do feijão. Entretanto, as listas não mencionam a produção do alimento nos domicílios e ele aparece apenas nos mapas gerais, compilados com outras mercadorias da vila. Luna e Klein destacam esse ponto em sua análise da economia de Cunha e questionam se os valores de porcos e toucinho são complementares, sem que seja possível encontrar uma resposta. Outra questão levantada é sobre a alimentação desses animais: seria o milho usado como ração contabilizado no total produzido por um domicílio?¹⁰¹

Tabela 26: Distribuição percentual dos animais nos domicílios de Atibaia em 1810, 1820 e 1825			
	1810	1820	1825
suínos	61,9	60,5	42,3
bovinos	23,8	22,8	43,2
suínos+bovinos	6,3	1,8	8,1
muares	4,8	4,4	3,6
suínos+muares	1,6	2,6	1,8
bovinos+muares	1,6	7,0	0,0
suínos+bovinos+muares	0	0,9	0,9

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Apesar do florescimento da produção açucareira no oeste paulista na segunda metade do século XVIII, com Jundiaí e Itu produzindo a maior parte do açúcar exportado pela capitania, não foi possível averiguar se Atibaia foi influenciada pelo aquecimento comercial na região. De acordo com os mapas gerais de 1815, 1820 e 1825¹⁰², conclui-se que grande parte da produção era consumida pelos próprios produtores, não havendo grandes investimentos para geração de excedentes que levassem à entrada no mercado regional. A única exceção a esse padrão acontece com três produtos em 1825, quando todos os 300 bovinos, 327 canadas de aguardente e 20 de azeite listados foram exportados, tendo sido vendidos principalmente na própria paróquia e também para São Paulo. Entretanto, considerando-se o todo, as proporções de bens consumidos e exportados foram praticamente as mesmas.

¹⁰¹ LUNA e KLEIN, 2005, p. 111

¹⁰² O mapa geral para o ano de 1810 não foi encontrado, não sendo possível afirmar se o documento se perdeu ou se o levantamento não chegou a ser feito

Analisando os destinos das exportações de Atibaia de acordo com os mapas gerais das listas nominativas, vemos, além da própria vila, São Paulo e Santos. Para Reis, a explicação possível para a Atibaia aparecer como destino de exportação é que os produtos eram comercializados na vila, mas levados para outros mercados por meio de intermediários:

Curiosamente encontramos nomeadas entre as localidades de exportação de Atibaia a própria localidade. Possivelmente, esses produtos eram comercializados na vila, porém tinham como destino final distintos mercados. Deveria aparecer aqui, com importância, a figura do intermediário, assim como a dos estaqueiros, figura presente nos comércios municipais até 1820, quando foi extinto o estanco. (REIS, 2010, p. 268)

	1815	1820	1825
Consumo na mesma paróquia	\$ 31.546.880 (71,72%)	\$ 34.635.280 (66,36%)	\$ 18.974.400 (61,56%)
Exportação da paróquia	\$ 12.438.960 (28,28%)	\$ 17.557.160 (33,64%)	\$ 11.846.240 (38,44%)
Total produzido	\$ 43.985.840	\$ 52.192.440	\$ 30.820.640

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

Em 1815, a maioria das exportações ficou dentro da própria paróquia, com São Paulo e Santos na sequência, com 31,7% e 25,5% dos negócios respectivamente. Em 1820 e 1825, São Paulo torna-se o principal destino das exportações, formadas basicamente de gêneros de primeira necessidade, com milho, feijão, farinha e toucinho.

	1815	1820	1825
São Paulo	\$ 3.942.800 (31,7%)	\$ 8.680.780 (51,2%)	\$ 4.968.000 (41,9%)
Vila de Santos	\$ 3.172.000 (25,5%)	\$ 2.080.000 (12,3%)	\$ 2.816.000 (23,8%)
Na mesma paróquia	\$ 5.324.160 (42,8%)	\$ 6.796.380 (36,5%)	\$ 4.062.240 (34,3%)
Total	\$ 12.438.960	\$ 17.557.160	\$ 11.846.240

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados

A partir dos dados dos mapas gerais de 1815, 1820 e 1825, somados aos dados de Reis, foi possível traçar um quadro geral dos produtos exportados por Atibaia entre 1806 e 1826. Farinha, milho, feijão e toucinho aparecem em todos os anos como mercadorias vendidas para

São Paulo e, até 1820, para Santos. Em 1822, não foi declarada exportação para a vila litorânea e, em 1825 e 1826, há o registro de apenas milho, feijão e toucinho como produtos comercializados. A maior variedade de produtos, no entanto, era negociada na própria Atibaia.

Quadro 1: Gêneros exportados de acordo com o destino (Atibaia - 1806 a 1826)			
	São Paulo	Santos	Atibaia
1806	farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, azeite, bois	farinha, milho, feijão, toucinho, bois	algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, potros, bois
1814	farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, azeite, bois	farinha, milho, feijão, toucinho, arroz	panos de algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, bois
1815	farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, bois	farinha, milho, feijão, toucinho	algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, bois
1816	farinha, milho, feijão, toucinho, azeite, bois	farinha, milho, feijão, toucinho	panos de algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, bois
1818	vaca, algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite	farinha, milho, feijão, toucinho	vaca, algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite
1820	farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, azeite, bois	farinha, milho, feijão, toucinho	algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, bois
1822	farinha, milho, feijão, toucinho, bois	-	algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, aguardente, azeite, bois
1825	farinha, milho, feijão, toucinho, bois	milho, feijão, toucinho	algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, bois
1826	farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, bois	milho, feijão, toucinho	farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, azeite, bois

Fonte: REIS, 2010, p. 278, e AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia 1815, 1820 e 1825

Em termos do valor total produzido, seja para consumo ou exportação, milho, farinha e toucinho foram os principais, o que vai ao encontro do que encontramos nas declarações dos domicílios. De maneira constante, o toucinho aparece como principal produto de Atibaia em valores relativos, respondendo por 23,19%, 33,40% e 26,68% em 1815, 1820 e 1825 respectivamente. Infelizmente as listas nominativas pouco citam a produção de toucinho nos domicílios, apenas com dados sobre criação e comercialização de porcos, não sendo possível fazer uma análise sobre quem eram os produtores. Analisando um período amplo de exportações e produções, Reis também conclui que o produto era o principal gerador de renda para Atibaia.

(...) o toucinho, que teve seu percentual vendido a outras praças elevado e variando em amplo intervalo que esteve, em regra, entre 47,7% (1799) e 83,2% (1805 e 1814), foi o principal responsável pelas receitas de exportação. (REIS, 2010, p. 273)

A análise dos valores relativos gerados por cada gênero exportado mostra que o algodão teve uma participação importante em 1815, tendo contribuído com 23,15% do total vendido. Entretanto, a cultura da planta perdeu espaço em 1820 e 1825, quando gerou 9,40% e 1,08% dos dividendos de exportações. Para alguns produtos, a maior parte da produção se consumia na própria vila, como é o caso da farinha, do milho e do feijão. Por outro lado, produtos como aguardente, gado e azeite se consolidavam como produtos para exportação.

Seis domicílios declararam produção de aguardente e todos contavam com mão de obra escrava, sendo que 5 tinham mais de 6 escravos em seu plantel. Os valores gerados pela venda da bebida confirmam o perfil de Atibaia como vila não produtora de artigos voltados para a exportação, uma vez que seu volume não era suficiente para produzir ganhos importantes. Com 95,36%, 86,73% e 100% da produção exportada, a bebida gerou apenas 11,42%, 9,01% e 5,30% do montante exportado.

Produtos	1815		1820		1825	
	% da produção exportada	% do valor exportado	% da produção exportada	% do valor exportado	% da produção exportada	% do valor exportado
aguardente	95,36	11,42	86,73	9,01	100	5,30
bovinos	63,27	3,99	87,97	8,79	100	18,74
azeite	62,30	1,56	80,95	1,30	100	0,86
feijão	53,42	7,51	23,19	9,12	41,18	10,26
arroz	45,30	0,75	67,43	1,02	47,62	0,54
toucinho	43,86	23,19	58,97	33,40	44,44	26,68
algodão	31,69	23,15	35,83	9,40	11,11	1,08
farinha	15,32	18,46	23,18	15,22	21,25	7,83
milho	6,98	9,97	5,73	12,76	13,79	28,70

Fonte: AESP, Mapas comparativos das produções com a especificação do que se consumiu na localidade e nela se exportou, Atibaia, anos selecionados

O milho teve parte pouco significativa de sua produção exportada em 1815 e 1820, mostrando que grande parte dela era consumida internamente, provavelmente nas unidades produtoras, seja na alimentação dos moradores, seja para ração de animais ou para alimentação e/ou venda para tropeiros que passassem pelas vendas de beira de estrada. No período, o grão

não respondeu por mais de 13% do valor total da receita, mas, em 1825, tornou-se o maior responsável pelo montante gerado, com 28,70%. De acordo com Reis, em 1826 o milho se consolida como “a principal fonte de receitas no comércio regional atibaense, com participação de 55,7% no valor vendido a outros mercados” (REIS, 2010, p. 270).

A importância do milho não pode ser avaliada apenas pelo valor gerado. Luna e Klein afirmam que a maior parte do produto era comercializada na própria região produtora ou em mercados próximos. “A demanda por milho era constante em toda parte, e quaisquer deficiências na produção local eram compensadas pelos produtores da região ou das áreas vizinhas” (LUNA e KLEIN, 2010, p. 311).

Tabela 30: Valor dos gêneros produzidos em Atibaia e sua participação percentual no valor total gerado na vila em 1815, 1820 e 1825						
Produtos	1815		1820		1825	
	valor	%	valor	%	valor	%
milho	11.320.000	25,74	19.360.000	37,10	13.400.000	43,48
farinha	13.336.000	30,32	11.471.840	14,32	4.208.000	13,65
algodão	9.088.000	20,66	7.472.000	8,85	1.152.000	3,74
toucinho	6.084.000	13,83	5.431.800	21,98	6.160.000	19,99
feijão	1.414.400	3,22	4.617.000	10,41	2.816.000	9,14
aguardente	1.451.520	3,30	1.718.000	3,06	627.840	2,04
bovinos	784.000	1,78	1.597.440	3,29	2.220.000	7,20
azeite	312.330	0,71	288.960	0,55	102.400	0,33
arroz	195.600	0,44	226.400	0,43	134.400	0,44
Total	43.985.850	100,00	52.183.440	100,00	30.820.640	100,00

Fonte: AESP, Mapas comparativos das produções com a especificação do que se consumiu na localidade e nela se exportou, Atibaia, anos selecionados

Além de exportar esses artigos, Atibaia também cumpria um papel no mercado interno ao importar produtos de São Paulo, Santos, Curitiba e Minas Gerais. A leitura dos dados de importação reforça a ideia de um mercado interno colonial dinâmico do qual Atibaia fazia parte. De São Paulo vinham principalmente os manufaturados, como panos de linho, lã e algodão, bem como ferramentas, como enxadas, machados e foices. De Curitiba, vinham bestas e potros, usados principalmente no serviço de tropa. Itens não essenciais, mas de consumo cotidiano, como vinho, fumo e aguardente também eram importados. Já o sal, fundamental para a alimentação de homens e animais, vinha tanto de São Paulo como de Santos.

Quadro 2: Gêneros importados por Atibaia de acordo com origem em 1815, 1820 e 1825

	São Paulo	Santos	Curitiba	Minas Gerais
1815	vinho, sal, açúcar, enxadas, panos, chapéus, machados	vinho, sal, ferro, enxadas,	bestas, potros	fumo
1820	vinho, sal, açúcar, enxadas, panos, chapéus, machados	vinho, sal, ferro, enxadas,	bestas, potros	fumo
1825	vinho, aguardente, sal, açúcar, enxadas, machados, foices, farinha de trigo, fumo de ilha	vinho, aguardente, sal, enxadas, farinha de trigo, fumo de ilha	bestas, potros	fumo

Fonte: AESP, Mapas comparativos das produções com a especificação do que se consumiu na localidade e nela se exportou, Atibaia, anos selecionados

Tal participação como consumidora de produtos de fora teve um peso considerável na balança comercial da vila em 1815, quando os valores importados superaram os exportados, mostrando que os dividendos gerados pela comercialização dos produtos locais não foram suficientes para bancar o consumo de itens importados. Em 1820 e 1825, no entanto, a balança se inverte, com a exportação superando a importação, gerando saldo positivo e sinalizando um enriquecimento da população local.

Tabela 31: Valores em réis exportados e importados em Atibaia em 1815, 1820 e 1825

	Importação	Exportação	Saldo
1815	16.114.600	12.438.960	- 3.675.640
1820	13.460.480	17.557.160	4.096.680
1825	4.546.440	11.846.240	7.179.800

Fonte: AESP, Mapas comparativos das produções com a especificação do que se consumiu na localidade e nela se exportou, Atibaia, anos selecionados

4.1 – Um mergulho na economia de Atibaia em 1820

Para compreender o papel da posse de escravos na economia de Atibaia, optamos por fazer uma análise detalhada a partir dos dados de 1820. A escolha se justifica pela qualidade da lista nominativa desse ano, com os melhores dados para tal estudo, no que se refere à produção de cada domicílio.

A análise será feita com base nas informações fornecidas por cada chefe de fogo no momento do arrolamento. Considerando-se que havia um receio pela cobrança de impostos e

pela demanda por fornecimento de mantimentos para as tropas, a fidelidade dos dados não pode ser confirmada e, por conta disso, é seguro supor que as declarações subestimassem a produção real.

Dos 658 fogos elencados na lista nominativa de 1820, 306 deram informações sobre o que foi produzido, sendo milho, feijão e a criação de animais as ocorrências mais frequentes, em combinações variadas. Devido à impossibilidade de diferenciar o que foi consumido pelos próprios produtores e o que foi de fato comercializado, usamos os dados da seguinte maneira: Quando o texto informar volume de colheita, o número será usado como marcador de produção. Quando o volume aparecer sem qualquer referência a colheita ou comercialização, também consideraremos como produção.

Mencionaram cultura exclusiva de milho 48 fogos, sendo que nove deles contavam com mão de obra escrava. A produção média nas unidades sem escravos foi de 54 alqueires e a daquelas com escravos, 165 alqueires. Em sua maioria, os moradores que declararam apenas a produção de milho mencionam resultados de até 50 alqueires. Situações como a de Albino Preto eram as mais comuns para esse seguimento mais empobrecido. Com 20 anos, o lavrador branco e natural da vila vivia com sua mulher, de 14 anos, e o filho, de 2 anos, tendo declarado uma produção de 50 alqueires de milho durante o ano.

Da mesma forma, os outros domicílios pertencentes a essa faixa de produtores eram compostos em sua maioria por casais com poucos filhos ou por moradores que ainda não faziam parte da população produtiva devido a suas idades. Antonio José de Oliveira, com 28 anos, tinha, além da mulher, quatro anos mais jovem, quatro filhos. No entanto, as crianças eram todas menores de 9 anos e o casal não contava com mão de obra complementar, tendo declarado uma produção anual de 50 alqueires de milho “para seu passar”.

Ponto fora da curva é a chefe de família Maria Gertrudes, branca, solteira de 40 anos que, mesmo tendo declarado uma produção tímida de 40 alqueires de milho, contava com a mão de obra de um escravo, Agostinho, de 25 anos. Completava a força de trabalho uma agregada, Rita, de 37. Além das idades e cor de pele, a lista informa apenas que Agostinho e Rita não eram solteiros. A hipótese é que fossem casados e pais das crianças Izabel, Lourença e Pedro, de idades 6 anos, 4 anos e 5 meses, respectivamente.

	Sem escravos	Com escravos
Produziram até 50 alqueires	25	1
Produziram mais de 51 alqueires	14	8
Total	39	9

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Dos produtores apenas de milho, 22 declararam volumes acima de 50 alqueires, sendo que o mais produtivo chegou a 400 alqueires do cereal. O chefe desse fogo é Joaquim Franco, de 52 anos, casado com Maria Úrsula, de 43 anos. A lista nominativa informa que o casal vivia com seus cinco filhos, com idades variando de 20 a 7, sendo apenas dois em idade produtiva, e uma escrava de 17 anos.

Os outros domicílios que contavam com mão de obra escrava também não chegavam a ter um plantel significativo. O maior deles era o do viúvo de 86 anos Francisco Ferreira de Camargo, que declarou a posse de quatro cativas crioulas: Florinda, de 50 anos, Efigênia, de 45 anos, Rosa, de 70 anos, e Lucianna, de 50 anos. Compunham o fogo o agregado José Pires com sua mulher, Joaquina, e seus três filhos menores de 10 anos. Com base nas informações da lista nominativa, podemos concluir que o domicílio de Francisco, apesar de contar com quatro escravas e 5 agregados, não tinha uma mão de obra produtiva, pois, dos 10 habitantes, 5 tinham idades entre 14 e 50 anos. Entretanto, a monocultura de milho era exceção. Predominava a combinação com outros produtos agrícolas, bem como a criação de animais

milho+feijão	126 (41,20%)
milho+feijão+suínos	62 (20,30%)
milho	48 (15,70%)
milho+outras combinações	47 (15,30%)
milho+feijão+bovinos	19 (6,20%)
outras atividades	4 (1,30%)

Fonte: AESP, Maços de População de Atibaia, anos selecionados

Quando partimos para a análise da produção de milho, mesmo que em combinação com outras culturas, vemos que o volume mais repetido, ou seja, a moda, foi de 100 alqueires para aqueles com escravos e 50 para os com mão de obra exclusivamente livre. Essas estatísticas mostram que a presença do escravo fazia diferença no resultado de cada domicílio, o que também verificamos para domicílios com outras culturas combinadas. Bacellar chegou a conclusão semelhante ao analisar a produção de milho de Sorocaba, mostrando como a entrada

do escravo, mesmo que em plantéis pequenos, era necessária para o crescimento da produção do cereal¹⁰³.

Tabela 34: Estatísticas da produção de milho de acordo com força de trabalho (Atibaia, 1820)

	Fogos com escravos (136)	Fogos sem escravos (166)
Média	332 alqueires	77 alqueires
Moda	100 alqueires	50 alqueires
Volume produzido	45.235 alqueires	12.763 alqueires

Fonte: AESP, Listas nominativas de Atibaia, 1820

Dos domicílios com produção declarada, 137 contavam com mão de obra escrava, sendo que 83 possuíam entre 1 e 5 escravos, 34, entre 6 e 10, e 22 contavam com plantéis de, no mínimo, 11 escravos. Outros 170 domicílios que declararam a produção não contavam com trabalhadores cativos. Os dados da produção de milho por domicílio, levando em consideração sua presença associada ou não a outros gêneros, nos mostra mais uma vez a importância da mão de obra de obra escrava para o resultado da colheita. Domicílios com até 5 escravos tiveram uma média produtiva três vezes maior do que aqueles sem escravos. Quando se considera a média anual dos plantéis maiores, com mais de 11 cativos, o resultado é 8,7 vezes maior.

Tabela 35: Produção de milho de acordo com tamanho de plantel em Atibaia em 1820

Plantel	Domicílios	Produção total de milho em alqueires	Produção anual média
Sem escravos	170 (54,79%)	12.763 (21,89%)	75,07
1 a 5 escravos	83 (27,06%)	19.205 (32,94%)	231,38
6 a 10 escravos	34 (10,56%)	11.860 (20,34%)	348,82
11 + escravos	22 (7,59%)	14.470 (24,82%)	657,72

Fonte: AESP, Listas nominativas de Atibaia, 1820

Sabe-se que ao estudar o impacto da mão de obra escrava na produção agrícola é imprescindível levar em consideração a qualidade dessa força de trabalho. Como as listas não detalham as condições para o trabalho de cada cativo, optamos por considerar como aptos para o serviço todos aqueles com idades entre 14 e 50 anos, excluindo totalmente os que não se encaixam nessa faixa etária.

Ao todo, temos 2.103 pessoas produtivas em 1820, 1.014 brancas, 620 mulatas e 452 negras, sendo que a lista não traz a informação da cor de 17 delas. O grupo conta ainda com 473 chefes de domicílio, dos quais 109 são escravistas. Com relação aos improdutivos, a lista

¹⁰³ BACELLAR, 2001, p. 138

nominativa aponta 1.563 crianças (829 brancas, 496 mulatas, 220 negras e 18 sem cor declarada), das quais 23% (361) eram escravas. Além dos menores, havia 336 pessoas com mais de 50 anos, sendo 185 brancas, 89 mulatas, 61 negras e 1 sem informação sobre cor da pele. Com relação a suas atividades, 52 eram escravas, sendo 20 mulheres e 32 homens. Dentre os livres, 185 eram chefes de fogo e os outros 99 incluem agregados, filhos e esposas.

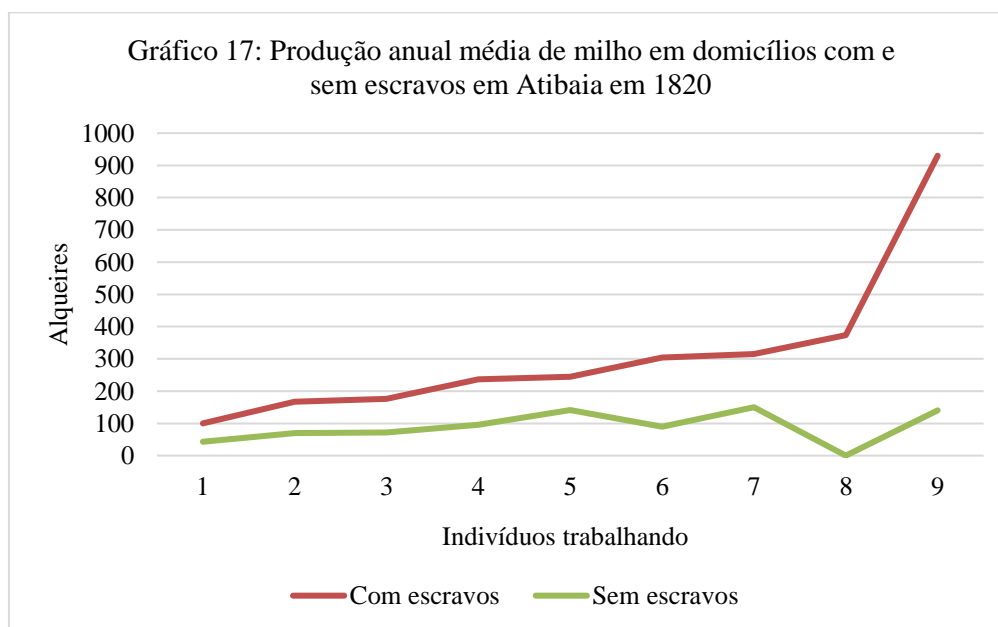
Tabela 36: População por situação produtiva de acordo com cor da pele*

	População total	Brancos	Pardos	Negros
Menores de idade	1.563 (39,06%)	53,66%	32,10%	14,24%
Produtivos	2.103 (52,55%)	48,61%	21,67%	29,72%
Idosos	336 (8,40%)	55,22%	26,57%	18,21%

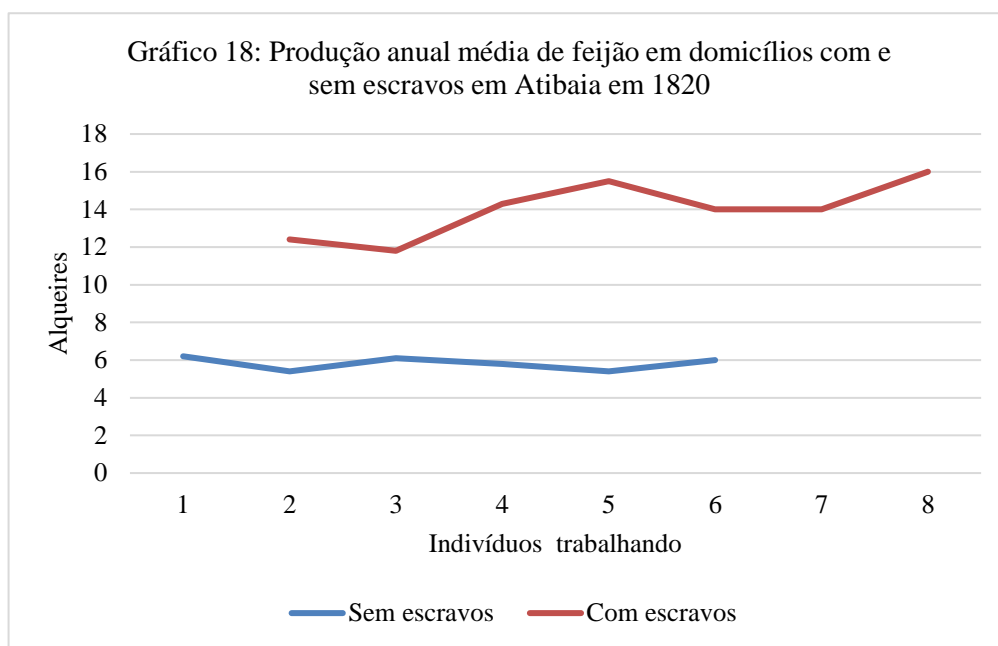
*As porcentagens foram feitas com relação à população total, incluindo as pessoas sem cor declarada

Fonte: AESP, Listas nominativas de Atibaia, 1820

A diferença no resultado das safras fica evidente quando traçamos um gráfico linear das médias anuais de produção de acordo com a mão de obra disponível por domicílio. Com o mesmo número de indivíduos trabalhando, a produção tendia a ser maior nas unidades com a presença de cativos. A diferença aumenta conforme cresce o plantel, comprovando a influência dos escravos nesses resultados.



Fonte: AESP, Listas nominativas de Atibaia, 1820

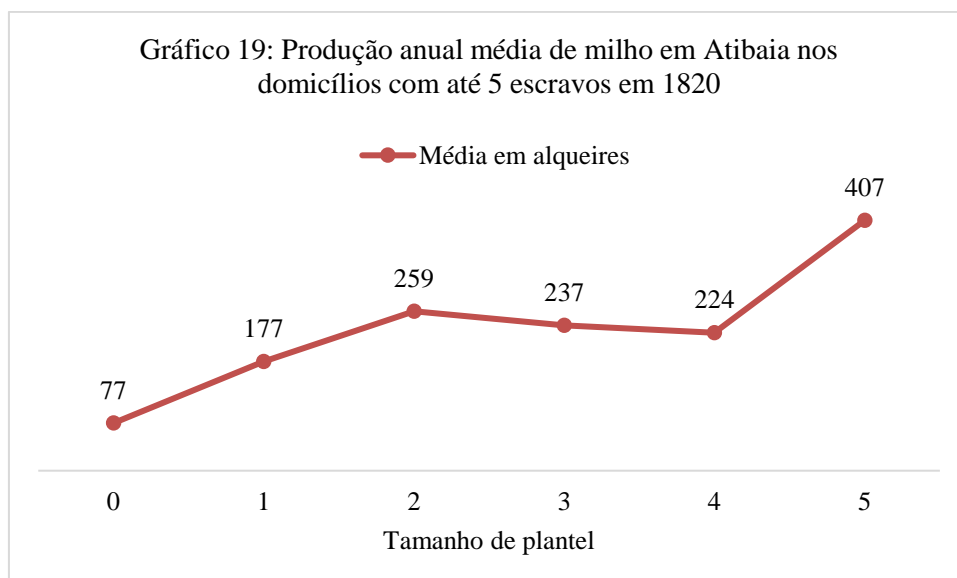


Fonte: AESP, Lista nominativa de Atibaia, 1820

Bacellar encontrou comportamento semelhante em Sorocaba, onde a introdução do escravo levou à ampliação dos resultados em cerca de 50% no caso do milho, com o feijão apresentando resultado semelhante¹⁰⁴. Em Atibaia, o quadro também se repete para a produção de feijão, com a presença de escravos praticamente triplicando o resultado em relação aos fogos dependentes da mão de obra livre, com exceção de 1820. No segmento sem escravos, a média anual foi de 6,1 alqueires e no escravista, 11,8, em uma proporção de 1,93.

A média produtiva de acordo com tamanho de plantel, sem considerar a mão de obra ativa em cada domicílio, mostra que, entre unidades sem escravos e as com 1 escravo, a média produtiva aumentou 2,3 vezes. Entre os plantéis de 2 e 1 escravos, o crescimento da média é de 1,3 e entre os plantéis de 2, 3 e 4 cativos, há uma relativa estabilidade, enquanto os plantéis de 5 escravos apresentam uma média de quase o dobro em relação aos de 4.

¹⁰⁴ *idem*, p. 150



Fonte: AESP, Lista nominativa de Atibaia, 1820

Dentre os proprietários de 1 escravo, dois tiveram a maior produção de milho do segmento, com 500 alqueires colhidos cada um. Salvador Nascimento Franco, sargento de ordenanças branco de 40 anos, declarou, além do milho, a colheita de 16 alqueires de feijão e a venda de 42 porcos. Em 1810, ele havia declarado 400 alqueires de milho e a posse de dois escravos. Em 1815, o plantel já havia sido reduzido à metade, bem como a produção, que foi de 200 alqueires de milhos e 10 de feijão. Apesar de o plantel continuar igual, supomos que a produção teve um aumento porque os filhos do lavrador atingiram idade produtiva em 1820, podendo contribuir com o trabalho na lavoura. O outro proprietário de um escravo com produção considerável de milho foi Francisco Pires de Camargo. Aos 25 anos, o lavrador branco declarou, além dos 500 alqueires de milho, 18 de feijão. Seu domicílio contava com outras 4 pessoas, sua mulher, Maria Jacinta, suas duas filhas menores, Manoela e Josefa, e o agregado Ignácio, de 13 anos. Em 1825, o plantel de Camargo passou para 6 escravos e a produção chegou a 600 alqueires de milho, 20 de feijão. O tamanho do domicílio também cresceu, com mais um filho e 3 cunhados agregados. Ele também declarou um rendimento de 200 mil réis com sua tropa.

No segmento de proprietários de dois escravos, destaca-se José Pires de Camargo, um agricultor branco de 50 anos, que colheu 600 alqueires de milho e 9 de feijão, além de ter vendido 9 porcos. Em 1825, no entanto, ele não contava com mais nenhum cativo e a produção de milho caiu para 200 alqueires, 20 de feijão e a venda de 4 capados.

O capitão reformado Joaquim Siqueira, viúvo de 65 anos, declarou uma colheita de 500 alqueires de milho em 1820, com um plantel de 3 escravos que reduziu à metade depois de 3

deles terem sido encaminhados para os herdeiros após a morte de sua mulher, Gertrudes Franca. Em 1815, o casal declarou 7 escravos e uma produção de 600 alqueires de milho e 25 arrobas de algodão. Em 1810, a produção de milho no domicílio foi de 400 alqueires, associada a 70 de feijão e 2 de arroz, com um plantel de 6 cativos.

Dentre os planteis de 4 escravos, o maior produtor de milho foi o sargento Antonio Luís Leite Penteado, com 600 alqueires. Além dos cativos, o domicílio era formado pela mulher de Antonio, Anna Francisca, os seis filhos do casal, todos menores de 11 anos, e três agregados negros. A produção do fogo foi completada por 20 alqueires de feijão, 10 de amendoim e 6 bezerros. Trata-se de um exemplo ideal do enriquecimento ao longo da vida, uma vez que na lista de 1810, o lavrador, então com 25 anos, colheu 200 alqueires de milho e 5 de feijão, tendo dois cativos e um agregado em seu domicílio, além da mulher e dos dois filhos. Cinco anos depois, a produção não foi declarada, mas o plantel chegou a 3 escravos. Em 1825, os habitantes do domicílio somaram 25 pessoas, com os filhos do casal aumentando em dois, o plantel chegando a 5 escravos e os agregados a 10

O português Manoel Canedo, de 43 anos, casado com Antonia de Oliveira, teve uma produção de 800 alqueires de milho, 50 de feijão e vendeu 50 porcos, tendo um plantel de 5 escravos à sua disposição, sendo o maior produtor da faixa de 5 cativos. Em 1825, Manoel declarou a compra de 3 escravos, além do nascimento de uma cativa. Sua produção foi de 600 alqueires de milho e 80 de feijão e ele vendeu 30 porcos. Apesar de uma diminuição no resultado, pode-se supor que houve enriquecimento do proprietário, pois seu plantel chegou a 9 cativos naquele ano.

O acompanhamento das trajetórias desses proprietários reforça aquilo que as estatísticas de produção exibem, ou seja, que a presença de escravos aumenta a produtividade elevando, consequentemente, as chances de acúmulo de riqueza.

Domicílios com maior presença de cativos tendiam a ter uma produção mais variada, indicando um poder econômico mais elevado. Maior proprietário de escravos da vila em 1820, o sargento-mor Lucas de Siqueira Franco contava com 42 cativos e declarou uma produção de 200 canadas de aguardente, além de 2.000 alqueires de milho e 100 de feijão. Outro caso de produção variada combinada a um plantel considerável é o do capitão Jerônimo de Godoy Moreira que, com 23 escravos, declarou uma produção anual de 1.000 alqueires de milho, 110 de feijão, 12 de arroz, 40 arrobas de algodão e 67 canadas de aguardente.

Tabela 37: Produtores de aguardente de Atibaia em 1820

Nome	Plantel	Produtos	Canadas
Lucas de Siqueira Franco	42	aguardente, milho e feijão	200
Jeronimo de Godoy Moreira	23	aguardente, milho, feijão, arroz e algodão	67
Francisco Rodrigues Bueno	12	aguardente, milho, feijão, algodão e capados	Não consta
João de Oliveira Leme	11	aguardente, milho, feijão e algodão	7
Antonio Luís da Rocha	9	aguardente, milho, feijão e algodão	12
José de Oliveira Matozinho	3	aguardente, milho e feijão	20

Fonte: AESP, Lista nominativa de Atibaia, 1820

A relação entre a variedade de produtos e a riqueza dos domicílios também pode ser constatada a partir da análise dos valores exportados. De acordo com os mapas de produção de 1820, vê-se que o milho, apesar de estar presente em quase todos os domicílios e responder por 37,09% do valor produzido na vila, não passava de 12,76% do valor comercializado por Atibaia. Outros produtos com menor participação em unidades produtivas tinham mais peso no saldo comercial da vila, como é o caso do toucinho e da aguardente. Mesmo sendo apenas 3,06% do valor produzido em Atibaia, a bebida respondia por 9,01% do valor total exportado. Já o toucinho, com 21,98% do valor produzido, respondeu por 33,40% do valor exportado.

5. Considerações finais

O estudo de Atibaia dos pontos de vista histórico, demográfico e econômico oferece um retrato do dinamismo do mercado regional na região paulista no século XIX. Integrada com a cidade de São Paulo e outras vilas importantes, como Santos e Curitiba, Atibaia manteve uma teia mercantil fortemente ativa no intervalo entre 1810 e 1825.

A análise da escravidão em Atibaia no primeiro quarto do século XIX deixa clara a presença de dois grupos de escravistas: o dos pequenos e o dos grandes proprietários. Mesmo que a vila não tenha se destacado por ter grandes plantéis, é grande a separação entre homens como Lucas de Siqueira Franco que, em 1810, declarou 53 cativos e aqueles com apenas um escravo em seu domicílio. Entretanto, é importante ressaltar que, assim como acontecia em outras regiões de São Paulo, a maioria da população não possuía sequer 1 escravo, não se enquadrando em nenhum dos dois grupos. Em termos demográficos gerais, Atibaia tampouco se diferenciou de outras vilas paulistas, com presença maior de livres e brancos.

A história de Atibaia reflete a de São Paulo e é resultado das ações dos primeiros colonizadores da região. Foi através da busca por mais indígenas para serem escravizados que os caminhos para o interior foram abertos por desbravadores e, eventualmente, um deles se instalou onde hoje se encontra a cidade de Atibaia. A participação dessa população na economia paulista cresce com a descoberta das minas e a consequente necessidade de alimentos e animais de carga para abastecer a região mineradora. Com o aumento da demanda, o escravo indígena foi gradualmente substituído pelo africano e a região no entorno da cidade de São Paulo se consolidou como abastecedora de gêneros básicos, como milho, toucinho e animais de carga.

Destacamos a participação de Atibaia nessa economia dinâmica. Grande produtora de milho, era da comercialização do cereal que vinha a maior parte dos rendimentos da vila. Outros produtos essenciais para a economia local, e para a alimentação cotidiana, eram o toucinho e a farinha. Não encontramos evidência de que a vila tenha sido o celeiro que Canabrava e Marcílio descreveram, mas sua participação no mercado interno é certa.

A presença do trabalho escravo nesse contexto torna-se objeto relevante de análise. Adquirir um escravo era um passo importante no cotidiano do Brasil oitocentista em direção à ampliação da renda familiar, mas outros fatores também tinham influência nisso, de maneira que a presença do cativo não garantia por si só o enriquecimento de um domicílio. As listas nominativas aqui estudadas não trazem informações suficientes para ampliarmos essa análise,

mas reforçam a ideia de que ter um escravo não se tratava apenas de reforço na mão de obra, mas de status, em uma sociedade fortemente desigual e estratificada.

Embora o acesso à terra fosse fundamental para a produção, era o tamanho da força de trabalho que determinava a riqueza de um indivíduo. E é nesse ponto que a presença de escravos tinha papel essencial pois implicava um processo de acumulação capaz de permitir ao indivíduo o investimento em cativos, gerando uma certa importância social, mesmo que em pequenos plantéis em modestas unidades de produção.

O mecanismo que levava apenas alguns pequenos lavradores a conseguir ter ao menos um escravo ainda não está claro entre os estudiosos da escravidão brasileira. Herança, boas estratégias para acumulação de capital e ajuda dos filhos na lavoura são algumas hipóteses para o que levava apenas alguns indivíduos a reunir posses suficientes para a aquisição de um cativo. Sabe-se que muitos acessavam a classe escravocrata através da compra de crianças escravas, mais baratas no mercado negro.

O que este estudo deixa claro é a presença da mão de obra escrava fora da produção para a exportação. Trabalhos anteriores já haviam mostrado que São Paulo apresentava um número considerável de escravistas dedicados à produção de alimentos para o mercado interno e Atibaia é um exemplo perfeito disso, mesmo com grande massa de lavradores sem escravos. A presença do escravo na vila se dava tanto na agricultura como em atividades consideradas urbanas, como o artesanato. A partir dos balanços produtivos, pudemos confirmar que a presença do escravo tinha efeito positivo no rendimento dos domicílios, mesmo naqueles com plantéis de no máximo 5 cativos. Outras análises a partir dessas conclusões se fazem necessárias para podermos atestar de maneira mais completa o enriquecimento desses proprietários a partir da acumulação vinda do comércio regional, bem como as estratégias que os levaram a adquirir cativos.

6. Referências

Fontes manuscritas do Arquivo Público do Estado de São Paulo

- a) Listas nominativas anuais por habitantes (Maços de População de Atibaia). Listas de 1810, 1815, 1820 e 1825
- b) Inventário dos Bens Rústicos, Capitania de S.Paulo, 1818.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

ATAS DA CÂMARA DA CIDADE DE SÃO PAULO – 1656 A 1669. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, v. 6.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: revista de História*. Juiz de Fora, v.14, n. 1, p.107-124, 2008

_____. Para conhecer os súditos d’El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. *Revista Estudos Amazônicos* Belém, v. 9, nº 1, p.32-57, 2013

_____. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luis do Paraitinga, 1773-1840). In: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. Caderno de Resumos. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 27-28.

_____. “A Escravidão Miúda em São Paulo Colonial”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.239-254

- _____. *Viver e Sobreviver em uma Vila Colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001
- BASSO, Rafaela.** *A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho? (1650-1750)*. Ano de Obtenção: 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli.** *Autoridade e conflito no Brasil colonial – O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007
- BERGAD, Laird W.** *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: Edusc, 2004
- BLAJ, Ilana.** Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, p. 239-259, dez. 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/MPurCa>>. Acesso em: 27 jan. 2018
- _____. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 281-296, 1998
- _____. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP e Fapesp, 2002
- BORGES MARTINS, Roberto; e MARTINS FILHO, Amilcar.** Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, 63(3), 537-568, 1983
- _____. Slavery in a Nonexport Economy: A Reply. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, 64(1), 135-146, 1984
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes.** Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (século XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 18, n.1, p. 11-41, 2010.
- _____. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010
- BRAUDEL, Fernand.** *A Dinâmica do Capitalismo*. 3ª edição. Lisboa: Teorema, 1989
- _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII – O Jogo das Trocas*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009

- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira.** Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n. 2. p. 251-294. jul.- dez. 2009
- CAMPOS, R. S. de, CARNEIRO, C. D. R.** Geologia da região de Atibaia e possíveis causas das inundações de 2009 e 2010. *Terræ*, Campinas, 10(1-2):21-35, 2013
- CANABRAVA, Alice P.** *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: Edusp, 2011
- _____. Uma economia de decadência: Os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 26, n° 4, out/dez, 1972-a
- _____. Decadência e riqueza, 1765-67. *Revista de História*, São Paulo, 100 (1): 335-366, set/dez, 1974
- _____. A Repartição de Terra na Capitania de São Paulo, 1918. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n° 6, dez. 1972-b
- CARDOSO, Ciro F.** “A brecha camponesa no sistema escravista”. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. pp. 133–154
- CLETO, M.; et al.** *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. Introdução e notas por Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977. Coleção paulística, v.1
- COSTA, Iraci del Nero da.** *Arraia-miúda: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores, 1992
- _____. Ciclo de vida e posse de escravos: algumas relações entre cortes transversais e estudos longitudinais. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, 16(2): 550-565, Inverno, pp. 550-565, 2011
- CUNHA, Maísa Faleiros da.** *Demografia e família escrava. Franca - SP, Século XIX*. 2009. 265 p. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas. 2009
- DERNTL, Maria Fernanda.** Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.20, n.1, jan.- jun. 2012.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO, v. 7. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1894

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO, v. 72. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1952

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO, v. 74. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1954

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano: Pesquisas nos documentos seiscentistas publicados pelos governos estadual e municipal.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934

_____. *O Café e a Paulistânia.* São Paulo: FFCL/USP, 1951

_____. *Capítulos da História Social de São Paulo.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944

_____. *A Evolução da Economia Paulista e suas Causas.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937

EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos da Embrapa*, 5ª edição revista e ampliada. Embrapa: Brasília, DF, 2018. disponível em <<https://www.embrapa.br/tema-solos-brasileiros/solos-do-brasil>>, último acesso em 11.nov.2018

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - Séculos XVIII e XIX.* Campinas: Editora da Unicamp, 1989

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira.* São Paulo: Global Editora, 1ª edição digital, 2013

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural – 1830-1880.* Editora Unesp, 2005. Formato eBook Kindle.

FRAGOSO, João; e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 11, 1906

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* 51ª ed. São Paulo: Global, 2006

- FUNCHAL, William de Andrade.** *Governo local em uma capitania sem governador (São Paulo, 1748-1765)*. 196 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 2016.
- FURTADO, Celso.** *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003
- GORENDER, Jacob.** *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 6ª edição, 2001
- GUEDES, Roberto.** *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798- c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2008
- GUTIÉRREZ, Horacio.** Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 17, n. 2: 297-314, maio/agosto 1987
- _____. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *História*. São Paulo, v. 25, n.1, p. 100-122, 2006
- _____. Fazendas de gado no Paraná escravista. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-127, Dec. 2004. Disponível em < <http://goo.gl/oROZIC>>. Acesso em: 25 mar. 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.** *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- _____. *Monções*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989
- _____. Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 1, p. 55-111, dec. 1966. ISSN 2316-901X. Disponível em: < <http://goo.gl/VMHfc7>>. Acesso em: 25 mar. 2016.
- IBGE.** *Panorama da cidade de Atibaia*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/atibaia>>. Último acesso em 18.jul.2018
- _____. *Mapa de Potencialidade Agrícola*. in Atlas Nacional do Brasil. Disponível em <<https://mapas.ibge.gov.br/tematicos/solos>>. Último acesso em 11.nov.2018
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais.** *Informação sobre as minas de São Paulo (1772)*. São Paulo: Melhoramentos, 19-?
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais.** *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010

_____. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005

_____. Escravos e Senhores no Brasil no Início do Século XIX: São Paulo em 1829, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 20(3): 349-379, set/dez. 1990. Também publicado como: Slaves and Masters in Early Nineteenth - Century Brazil: São Paulo, *Journal of Interdisciplinary History*, XXI, 4 (Spring 1991), 549-573.

_____. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, n. 21, março de 2001.

_____. Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no século 19. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 40(2): 295-317, abr/jun. 2010

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial 2006

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850)*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2014

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998

MARQUES, Manuel Eufrazio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo - Seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Belo Horizonte: Itatiaia, e São Paulo: EDUSP 1980

MARTINS, Nelson Silveira. *Atibaia: O paraíso possível na Terra*. São Paulo: Mario M. Ponzini, 1940

- MATTOS, Hebe.** *Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo.* Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2009
- MATTOS, Renato de.** *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808).* Ano de Obtenção: 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009
- _____. Problematizando a “decadência” paulista: a complexa inserção de São Paulo nas redes mercantis do Império português (1765-1808). *Revista de Historia Regional y Local. Medelim*, vol. 6, n. 11, 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/xFyknU>>. Acesso em: 27 jan. 2018
- MATTOSO, Kátia de Queirós.** *Ser Escravo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2003
- MONTEIRO, John Manuel.** *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- MORENO, Breno Aparecido Servidone.** *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860.* 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/7Ng4oT>>. Acesso em: 25 mar. 2016
- MOTA, Carlos Guilherme.** São Paulo: exercício de memória. *Estudos Avançados.* São Paulo, v. 17, n. 48, p. 241-263, 2003
- MOTTA, José Flávio.** *Corpos Escravos, Vontades Livres: Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829).* São Paulo: Fapesp e Annablume, 1999.
- _____. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 26, n. 52, p. 15-47, 2006.
- MOURA, Clóvis.** *Dicionário da escravidão negra no Brasil.* São Paulo: Edusp, 2013
- MULLER, Daniel Pedro.** *Ensaio d'um quadro estatístico da província de S. Paulo - Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837.* 1ª ed 1838. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1923 (Reedição literal)

- NOVAIS, Fernando A. (coord.) e MELLO E SOUZA, Laura (org.).** *História da vida privada no Brasil (vol. 1): cotidiano e vida privada na América portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PAIVA, Eduardo França.** Escravidão, dinâmicas de mestiçagens e o léxico ibero-americano. *Perspectivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, n. 10, junho, 11-24, 2013
- PETRONE, Maria Thereza Schorer.** *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difel, 1968
- PNUD, FJP e IPEA.** *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013* (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.). Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Último acesso em 18.jul.2018
- PRADO Jr., Caio.** *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- _____. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2008
- REIS, Déborah Oliveira Martins dos.** *Cinturão paulistano: economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (c. 1798 - c. 1830).* 2010. 525 p. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010
- ROCHA, Cristiany Miranda.** *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX.* 1999. 143 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999
- SAINT-HILAIRE, Auguste de.** *Segunda viagem a São Paulo e Quadro histórico da Província de São Paulo.* Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953
- _____. *Viagem à província de São Paulo.* Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo:Itatiaia e Edusp, 1976
- SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso.** A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista Paranoá*, Brasília, n. 18, 2017

- SCHWARCZ, Lilia M. (dir.); COSTA E SILVA, Alberto da (coord.).** *Crise colonial e independência: 1808-1830*, vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011
- SCHWARTZ, Stuart B.** *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550 - 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988
- _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Edusc: Bauru, 2001
- _____. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. *Economia e Sociedade*, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999
- _____. Patterns of Slaveholding in the Americas: New Evidence from Brazil. *The American Historical Review*, v. 87, n. 1: 55–86, fev. 1982
- SCOTT, Ana Silvia Volpi.** O Avesso e o direito: Concubinato e casamento numa comunidade do noroeste português. *Paidéia*, Ribeirão Preto, [S.l.], v. 12, n. 22, p. 39-56, jan. 2002. Disponível em <<http://goo.gl/3UJ8Hw>>. Acesso em 25 mar. 2016
- _____. A contribuição da demografia histórica para a história da população e da família no Brasil. *Revista de Demografia Histórica*, Madri, Vol. 16, Nº 1, 1998, págs. 297-354. Disponível em <<https://goo.gl/Qm2IfS>>. Acesso em 25 mar. 2016
- _____. Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836). *Revista de Demografia Histórica*. Madri, XIII, 2, pp.91-139, 1995. Disponível em <<https://goo.gl/iAA9sd>>. Acesso em 25 mar. 2016
- SEADE, Fundação.** *PIB dos municípios paulistas*. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/pib-municipal/>. Último acesso em 18.jul.2018
- SENA, Divino Marcos de.** Tropas e condutores em Mato Grosso: camaradas e arrieiros (primeira metade do século XIX). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. São Leopoldo, Vol. 3 Nº 5, Julho de 2011
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da.** *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp, 1903-05
- SILVEIRA, Waldomiro Franco.** *História de Atibaia*. São Paulo [s.n.], 1950
- SIMONSEN, Roberto C.** *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005
- SLENES, Robert W.** Comments on “Slavery in a Nonexport Economy”. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, 63(3), 569-581, 1983

- _____. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011
- SOUZA, Fernando Prestes de.** *Milicianos pardos em São Paulo: cor, identidade e política (1765-1831)*. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011.
- SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de; SILVA, Luiz Geraldo.** A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: SANTOS, A. C. de A.; DORÉ, A. (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2008. p. 67-83.
- TAUNAY, AFFONSO DE.** História da cidade de São Paulo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004
- _____. História das bandeiras paulistas (v.1 e v.2). São Paulo: Edições Melhoramentos. 1951
- TOMICH, Dale W.** *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011
- VIANNA, Oliveira.** *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999
- ZEMELLA, Mafalda P.** *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990

	35. Bibianna	11	-	P	
	36. Dionizio	8	-	P	
	37. Izabel	49	S	N	
	38. Modesto	27	S	N	
	39. Daniel	36	S	N	
	40. Venancio	18	S	P	
	41. Marcellinno	13	S	P	
	42. Ilias	33	C	P	
	43. Maria	21	C	P	
	44. Florencio	6	-	P	
	45. Joaquina	1	-	P	
	46. Domingos	29	S	P	
	47. Silvestre	41	S	N	
	48. Margarida	44	C	N	
	49. Jozefa	20	S	N	
	50. Jozefa	12	S	N	
	51. Thereza	8	-	N	
	52. Benedito	15	S	N	
	53. Andre	2	-	N	
3º	Jeronimo de Godois Moreira, capitão de ordenança natural desta	54	C	B	Lavrador
	Maria Joaquina Pedroza natural de Parnaíba, m	54	C	B	Vendeu 100 alqueires de milho na cidade a 160 r
	Filhos				Vendeu 20 alqueires de feijão na cidade a 800 r e 12 em sua casa pelo mesmo preço
	Daniel da Rocha Franco ajudante	22	S	B	Tem seu engenho de cana, vendeu 25 canadas de cachaça a 1600 r
	Maria	18	S	B	
	Escravos				
	1. Joanna de Nação	15	S	N	
	2. Seriacco	55	C	P	
	3. Maria	22	C	P	
	4. Francisco	47	S	N	
	5. Luiz natural de Parnaíba	33	C	N	
	6. Ignacio natural do Juquiri	33	C	P	
	7. João	16	S	P	
	8. Caetano	2	-	N	
	9. Diogo de Nação	25	S	N	
	10. Antonio	26	S	N	
	11. Maria de Nação	16	S	N	
	12. João de Nação	19	S	N	
	13. Francisco	16	S	N	
	14. Bento	12	S	P	
	15. Dionizio	9	-	P	
	16. José natural de Nazaré	41	C	P	
	Agregados				
	Fellipa	36	C	P	
	Joaquina	11	-	P	
	Lourenço da Conceição	23	C	P	
	Esperança	16	C	P	
4	Francisco Barboza de Vazconcelos cap. mil.	50	C	B	Plantou para seu passar e vive de seu negócio de fazenda seca. Tem de acréscimo dos escravos que comprou
	D. Gertrudes Maria n. de Santos, m	43	C	B	Caetano, Manoel, Thereza, João, Paulo e Mactheus
	Filhos				
	Francisco cadete de milícias	16	S	B	
	Francisco cadete de milícias	12	-	B	
	Maria	15	S	B	
	Miguel	11	-	B	
	Antonio	9	-	B	
	José	7	-	B	
	Escravos				
	1. Ricardo	32	C	N	
	2. Ignacio	18	S	N	
	3. José, de Nação	30	C	N	
	4. Jenoveva	31	C	P	
	5. Maria	24	C	P	
	6. Maria, de Nação	16	S	N	
	7. Benedito	7	-	N	
	8. Benedita	10	-	N	
	9. Caetano, de Nação	55	C	N	
	10. Manoel	46	S	N	
	11. Thereza	20	S	P	
	12. João	3	-	N	
	13. Paulo, de Nação	12	S	N	
	14. Mactheus, de Nação	12	-	N	
	Rita, agregada	70	V	N	

Fonte: AESP, Lista Nominativa da População de Atibaia, 1810

Tabela 38: Domicílios que declararam produção em Atibaia em 1820		
milho+feijão	126	41,2%
milho+feijão+capados	62	20,3%
milho	48	15,7%
milho+feijão+gado	19	6,2%
milho+feijão+potros+gado	6	2,0%
milho+feijão+arroz	4	1,3%
milho+capados	4	1,3%
milho+gado	3	1,0%
milho+feijão+algodão	3	1,0%
milho+feijão+cana	2	0,7%
milho+feijão+algodão+cana	2	0,7%
milho+feijão+arroz+amendoim+gado	2	0,7%
milho+feijão+arroz+capados	2	0,7%
milho+feijão+capados+potros+bestas	2	0,7%
milho+feijão+potros	2	0,7%
capados	2	0,7%
milho+feijão+arroz+algodão+cana	1	0,3%
milho+feijão+arroz+capados+gado	1	0,3%
milho+feijão+amendoim	1	0,3%
milho+feijão+algodão+capados+cana	1	0,3%
milho+potros+bezerros	1	0,3%
milho+feijão+gado+potros+capados	1	0,3%
milho+feijão+arroz+mamona+algodão+capados	1	0,3%
milho+feijão+algodão+amendoim+bestas	1	0,3%
milho+feijão+amendoim+arroz+algodão+capados+farinha de mandioca	1	0,3%
milho+algodão	1	0,3%
milho+feijão+amendoim+algodão	1	0,3%
milho+feijão+amendoim+gado	1	0,3%
milho+feijão+amendoim+gado+potros	1	0,3%
milho+feijão+gado+capados	1	0,3%
milho+arroz+potros+gado	1	0,3%
feijão	1	0,3%
gado	1	0,3%

Fonte: AESP, Listas Nominativas da População de Atibaia, anos selecionados

Tabela 39: Domicílios que declararam produção em Atibaia em 1810, 1820 e 1825						
	1810		1820		1825	
milho+feijão+suínos	47	37,3%	58	50,9%	33	29,7%
milho+feijão+bovinos	15	11,9%	18	15,8%	18	16,2%
milho+suínos	14	11,1%	4	3,5%	5	4,5%
milho+feijão+suínos+bovinos	6	4,8%	1	0,9%	5	4,5%
milho+feijão+arroz+bovinos	5	4,0%	-	-	4	3,6%
milho+feijão+amendoim+arroz+bovinos	4	3,2%	2	1,8%	-	-
milho+feijão+arroz+amendoim+algodão+suínos	3	2,4%	-	-	-	-
milho+feijão+muares	3	2,4%	3	2,6%	2	1,8%
milho+feijão+amendoim+muares+cana	2	1,6%	-	-	-	-
milho+feijão+amendoim+bovinos	2	1,6%	1	0,9%	-	-
feijão+suínos	2	1,6%	-	-	-	-
milho+algodão+suínos	2	1,6%	-	-	-	-
algodão+bovinos	-	-	-	-	1	0,9%
algodão+suínos	2	1,6%	-	-	-	-
milho+feijão+trigo+bovinos	2	1,6%	-	-	-	-
milho+suínos+muares	2	1,6%	-	-	-	-
suínos	1	0,8%	2	1,8%	-	-
milho+feijão+algodão+arroz+suínos	1	0,8%	-	-	1	0,9%
milho+feijão+arroz+suínos+bovinos	1	0,8%	1	0,9%	-	-
milho+bovinos	1	0,8%	2	1,8%	3	2,7%
milho+suínos+bovinos	1	0,8%	-	-	2	1,8%
milho+feijão+cana+suínos	1	0,8%	-	-	1	0,9%
milho+feijão+arroz+amendoim+suínos	1	0,8%	-	-	-	-
milho+feijão+equino+bovinos	1	0,8%	6	5,3%	-	-
milho+feijão+algodão+suínos	1	0,8%	1	0,9%	4	3,6%
milho+feijão+arroz+suínos	1	0,8%	2	1,8%	1	0,9%
milho+feijão+arroz+amendoim+algodão+muares+bovinos	1	0,8%	-	-	-	-
milho+arroz+suínos	1	0,8%	-	-	-	-
milho+arroz+amendoim+suínos	1	0,8%	-	-	-	-
milho+feijão+amendoim+muares	1	0,8%	-	-	-	-
milho+feijão+arroz+amendoim+trigo+bovinos	1	0,8%	-	-	-	-
milho+muares+bovinos	-	-	1	0,9%	-	-
milho+feijão+muares+bovinos+suínos	-	-	1	0,9%	1	0,9%
milho+feijão+arroz+algodão+mamona+suínos	-	-	1	0,9%	-	-
milho+feijão+algodão+amendoim+muares	-	-	2	1,8%	-	-
milho+feijão+amendoim+bovinos+muares	-	-	1	0,9%	-	-
Bovinos	-	-	1	0,9%	6	5,4%
milho+feijão+mandioca+bovinos	-	-	1	0,9%	-	-
milho+feijão+arroz+amendoim+algodão+mandioca+suínos	-	-	1	0,9%	-	-
milho+feijão+suínos+muares	-	-	3	2,6%	2	1,8%
milho+arroz+muares+bovinos	-	-	1	0,9%	-	-

milho+suínos+cana	-	-	-	-	1	0,9%
milho+feijão+algodão+arroz+bovinos	-	-	-	-	1	0,9%
Muare	-	-	-	-	2	1,8%
milho+feijão+cana+bovinos	-	-	-	-	1	0,9%
milho+feijão+arroz+algodão+suínos+bovinos	-	-	-	-	2	1,8%
milho+feijão+algodão+bovinos	-	-	-	-	9	8,1%
milho+feijão+arroz+algodão+bovinos	-	-	-	-	1	0,9%
milho+feijão+algodão+cana+suínos	-	-	-	-	1	0,9%
milho+feijão+algodão+cana+bovinos	-	-	-	-	1	0,9%
milho+algodão+bovinos	-	-	-	-	2	1,8%
milho+feijão+arroz+cana+bovinos	-	-	-	-	1	0,9%

Fonte: AESP, Listas Nominativas da População de Atibaia, anos selecionados

Produtos	1815		1820		1825	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação	Produção	Exportação
Farinha	27.160 alqueires	4.160 alqueires	15.620 alqueires	3.620 alqueires	10.400 alqueires	2.200 alqueires
Algodão	568 peças	180 peças	307 peças	110 peças	72 peças	8 peças
Toucinho	5.700 arrobas	2.500 arrobas	9.157 arrobas	4.157 arrobas	4.500 arrobas	2.000 arrobas
Aguardente	756 canadas	740 canadas	714 canadas	706 canadas	327 canadas	327 canadas
Feijão	3.220 alqueires	1.720 alqueires	7.811 alqueires	1.811 alqueires	3.400 alqueires	1.400 alqueires
Milho	45.150 alqueires	3.150 alqueires	90.800 alqueires	5.200 alqueires	58.000 alqueires	8.000 alqueires
Bovinos	245 animais	155 animais	291 animais	256 animais	300 animais	300 animais
Azeite	61 canadas	38 canadas	63 canadas	51 canadas	20 canadas	20 canadas
Arroz	585 alqueires	265 alqueires	307 alqueires	207 alqueires	210 alqueires	100 alqueires

Fonte: AESP, Mapas Gerais de População de Atibaia, anos selecionados